



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

HILMARIA XAVIER SILVA

A invenção de um lugar: vivências e memórias (n)da Favela da Cachoeira
(Campina Grande 1959 – 2006)

Campina Grande
2013

HILMARIA XAVIER SILVA

A invenção de um lugar: vivências e memórias (n)da Favela da Cachoeira
(Campina Grande 1959 – 2006)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal de Campina
Grande como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre.
Orientador: Prof. Dr. Alarcon Agra do
Ó.

Campina Grande
2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S586i Silva, Hilmária Xavier.
A invenção de um lugar : vivências e memórias (n)da
Favela da Cachoeira (Campina Grande 1959 - 2006) / Hilmária
Xavier Silva. – Campina Grande, 2013.
144 f : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal
de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2013.

"Orientação: Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó".
Referências.

1. Favela da Cachoeira. 2. Campina Grande (PB).
3. Bairro da Glória. I. Ó, Alarcon Agra do. II. Título.

CDU 364.682.444(043)

SILVA, Hilmaria Xavier. A invenção de um lugar: vivências e memórias (n)da Favela da Cachoeira (Campina Grande 1959 – 2006). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó – PPGH/UFCG (Orientador)

Prof. Dr. Antônio Paulo Rezende – PPGH/UFPE (Examinador externo)

Prof. Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza – PPGH/UFCG (Examinador interno)

Profa. Dra. Keila Keiroz Silva – PPGH/UFCG (Suplente interno)

Aos meus
Hilda, Martim, Hilmartom, Hilmário, Bartira, Calanta e Poesia,
“pedaço de mim, metade adorada de mim”.

AGRADECIMENTOS

E como me foi gratificante escrever este trabalho... a realização de um projeto profissional e um sonho pessoal, que no fim de dois anos se materializa aqui, nessas páginas escritas. Há muito o que e a quem agradecer durante a trajetória dessa pesquisa, seres e gestos de luz que me motivaram desde a idealização do projeto, mesmo antes de eu me incorporar ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, até a dissertação acabada.

Agradeço...

Aos meus pais, Hilda e Martim, pela vida, pelo amor, pela educação que me deram, pela confiança, pelo incentivo. Meu título de Mestre em História deve-se à semente plantada por vocês, semeada, colhida e saboreada por nós, em conjunto!

Aos meus irmãos Hilmartom e Hilmário, meu exemplos desde sempre, meus heróis desde sempre, obrigada pela parceria, conselhos, conversas, opiniões. É bom tê-los perto. É um orgulho tê-los!

Às minhas cunhadas Edileide e Jennifer, pelo apoio que sempre encontrei em vocês, e que sei que posso encontrar. Fonte que não seca!

Às minhas pequenas Bartira, Calanta e Poesia, pelos sorrisos e brincadeiras que espalham e deixam minha vida mais colorida, mais doce, mais cheia de amor. Vê-las nascer, crescer e descobrir o mundo a sua volta me inspira! E não há nada mais bonito que seus olhos, nem nada mais gostoso de se ouvir quando vocês dizem “titia” com dois T’s.

Aos professores do PPGH – UFCG, cujo trabalho contribuiu para minha formação intelectual. As leituras, indicações e debates durante as disciplinas cursadas foram essenciais para a escrita dessa dissertação.

Ao professor Alarcon Agra do Ó, pelo desafio de assumir a orientação do trabalho. E o fez de forma brilhante. As lacunas que esta dissertação possa vir a ter são de responsabilidade minha, mas os méritos que o trabalho tem são divididos com sua pessoa. Grata por me ajudar a pensar a História e amadurecer um pouco mais enquanto historiadora.

Ao professor Antônio Clarindo Barbosa de Souza, que desde a graduação aposta em meu trabalho, em meu crescimento profissional. Sem falar na amizade construída

durante este tempo. E lá se vão anos de aprendizado juntos. Espero que muitos outros venham.

Ao professor Antônio Paulo Rezende, que de forma tão atenciosa se dispôs a avaliar este trabalho. É uma honra tê-lo como interlocutor e poder refletir sobre as artimanhas da História, a prática historiográfica, os labirintos da memória e do tempo que nos envolve.

Ao professor Celso Gestemeier, que nesses dois anos assumiu comigo o desafio da condição de Bolsista Reuni, me orientando, planejando comigo, me apoiando. Celso para mim é exemplo de professor, de compromisso com a profissão e com os alunos, de didática em sala de aula, de discricção, de ética. Nele, assim como em Clarindo e em Alarcon, encontrei um amigo de profissão e de vida.

Agradeço aos colegas de (per)curso da turma de 2011. Os debates em sala, os seminários organizados, as concordâncias e discordâncias em sala de aula, tudo o que academicamente dividimos durante esses dois anos foi por demais frutífero. Agradeço em especial a amizade, ao carinho e a descontração dos queridos Kelly Catão, Gláucia Freire, Janailson Macêdo, Muriel Oliveira, Pollyana Cardoso, Alionália Sharlon, Lucélia Narjera e Antônio Gutemberg... Ah... quantas histórias, quantas interpretações!

Aos funcionários do PPGH, Arnaldo e Felipe, bem como aos funcionários do Museu Histórico de Campina Grande, da Cehap e da Defesa Civil de Campina Grande por viabilizarem a pesquisa e escrita deste trabalho.

A equipe da Escola Carrossel, onde me sinto em casa, por ter seguido as atividades planejadas mesmo com minhas ausências em função das pesquisas.

Ao Grupo de Estudos Paulo Freire, espaço que me permite refletir sobre educação e sociedade de forma tão plural. Em especial ao Professor Cícero Agostinho e Paulo Marcio, pela amizade atemporal e ad infinitum.

Aos queridos Simone Rodrigues, Rafael Fernandes Lopes, Lígia Reis, Cristina Conserva, Jackellyne Oliveira, Shirleyde Santos, Paulo Ribeiro, Eliane Brito e Diego Barros, pelos incentivos das mais variadas formas.

E o agradecimento especial aos homens e mulheres cujos relatos de memórias sobre a Favela da Cachoeira me deram os instrumentos necessários para fabricar minha própria versão da favela. Angelita dos Santos, Daniela dos Santos, Elenilda Francisca,

Floripa Martins, José Leonardo, José Martins, Juciléia dos Santos, Macária dos Santos, Pedro José e Severino da Silva. O meu mais sincero “muito obrigada”. Deus os abençoe!

- ...O viajante põe-se a caminho e cavalga por três jornadas entre o vento nordeste e o noroeste... – prosseguia Marco, e relatava nomes e costumes e comércios de um grande número de terras. Podia-se dizer que seu repertório era inexaurível, mas desta vez foi ele quem se rendeu. Ao amanhecer, disse: - Sire, já falei de todas as cidades que conheço.

- Resta uma que você jamais menciona.

Marco Polo abaixou a cabeça.

- Veneza – disse o Khan.

Marco sorriu.

- E de que outra cidade imagina que eu estava falando?

O imperador não se afetou.

- No entanto, você nunca citou seu nome.

E Polo:

- Todas as vezes que descrevo uma cidade digo algo a respeito de Veneza.

- Quando pergunto das outras cidades, quero que você me fale a respeito delas. E de Veneza quando pergunto a respeito de Veneza.

- Para distinguir as qualidades das outras cidades, devo partir de uma primeira que permanece implícita. No meu caso, trata-se de Veneza.

- Então você deveria começar a narração de suas viagens do ponto de partida, descrevendo Veneza inteira, ponto por ponto, sem omitir nenhuma das recordações que você tem dela.

A água do lago estava encrespada; o reflexo dos ramos do antigo palácio real dos Sung fragmentava-se em reverberações cintilantes como folhas que flutuam.

- As margens da memória, uma vez fixadas com palavras, cancelam-se – disse Polo. – Pode ser que eu tenha medo de repentinamente perder Veneza, se falar a respeito dela. Ou pode ser que, falando de outras cidades, já a tenha perdido pouco a pouco.

Ítalo Calvino.
Cidades invisíveis.

RESUMO

SILVA, Hilmaria Xavier. A invenção de um lugar: vivências e memórias (n)da Favela da Cachoeira (Campina Grande 1959 – 2006). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2013.

Pensar a cidade implica pensar espacialidades e temporalidades. Deste modo, devemos ter em mente que as cidades são produzidas em determinados espaços e tempos históricos em que a dinâmica dos homens em sociedade vai modelando seus contornos. A cidade pensada neste contexto é Campina Grande. O presente texto tem a preocupação de tornar possível um outro olhar sobre como se deu o processo de construção da Favela da Cachoeira em Campina Grande – construção enquanto um espaço habitado, a partir do ano de 1959, e construção enquanto um lugar significado por seus moradores e por outros cidadãos. Passearemos pelas experiências urbanas de alguns populares na cidade. Contaremos uma história de moradores da Favela da Cachoeira, especialmente o modo como se tornavam possíveis vivências na favela e como se experimentavam essas vivências de modo nem sempre harmônico. Abordaremos o modo como cotidianamente os agentes sociais da Cachoeira reivindicavam e lutavam pela melhoria de sua qualidade de vida, movimento que acabou resultando na remoção no ano de 2006 das cerca de 670 famílias da favela para um espaço projetado para recebê-las: o Loteamento Glória, ou, como é mais conhecido, Bairro da Glória. Para realizar nosso trabalho utilizamos entrevistas feitas com os ex-moradores da favela, bem como lançamos mão de documentos oficiais e obras de cunho historiográfico. Acreditamos que à medida em que levantamos questões sobre como pensar a cidade, a historicidade dos sujeitos, as práticas cotidianas dos moradores da Favela da Cachoeira, as condições de vida, aspectos sociais dos moradores da comunidade, quais forças e interesses se relacionavam quando da elaboração do processo de transição para o Bairro da Glória, sobre o papel ou o lugar dos populares nessa conquista enquanto produtores de uma cultura e agentes que militavam em prol de medidas eficientes de melhoria das condições de vida da comunidade, estamos contribuindo com os debates que vem sendo realizados na academia que versam sobre as relações e conflitos sociais, sobre o cotidiano, sobre as reformas urbanas e as tramas políticas e econômicas que estão atreladas.

Palavras-chave: Campina Grande, Favela da Cachoeira, Bairro da Glória.

ABSTRACT

SILVA, Hilmaria Xavier. A invenção de um lugar: vivências e memórias (n)da Favela da Cachoeira (Campina Grande 1959 – 2006). Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2013.

Think the city, implies think in spatiality and temporality. Therefore, we have to keep in mind that cities are produced in certain spaces and times historical in that the dynamics of men in society model their contours. The city thought in this context is Campina Grande. The present paper has the concern to make possible another look of how was the construction process of Cachoeira slums in Campina Grande - while a building living space, from the year 1959, construction while place meaning by its residents and other citizens. We'll strolled through the experiences of some popular in the city. We will tell a story of residents of Cachoeira slums, especially the way became possible experiences in the slums and how they experienced these experiences are not always so harmonious. We will discuss how everyday social agents of Cachoeira claimed and fought for improving their quality of life, movement that eventually resulted in the removal in 2006 of about 670 families of the slum into a space designed to receive them: the Allotment Gloria, or, as it is known, Gloria District. We will discuss how everyday social agents from Cachoeira claimed and fought for improving their quality of life, movement that eventually resulted in the removal in 2006 of about 670 families of the slum into a space designed to receive them: the Allotment Gloria, or, as it is known, Gloria District. To conduct our work, we used interviews with former residents of the slums, and we used official documents and works of historiographical imprint. I believe that as we raise questions about how think the city, the historicity of the subject, the daily practices of the slum dwellers Cachoeira, living conditions, social aspects of community residents, forces and interests which were related to drafting process transition to the Gloria district, about the role or place of this popular achievement as producers of culture and agents that militated in favor of effective measures to improve the living conditions of the community, we contributing to the discussions that have been held in the academic that deal with relations and social conflict, about the everyday, on reforms urban plots and political and economic structures are linked.

Keywords: Campina Grande, Favela da Cachoeira, Glory District.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
A escolha do caminho.....	14
Documentos, fontes, metodologia: como caminhamos	19
Experiências historiográficas.....	23
Diário de campo das entrevistas: experiência de uma historiadora aprendiz	27
“Gente, espelho de estrelas”	28
CAPÍTULO I - A gênese do lugar habitado e a produção de sentidos.	36
Quando o lugar é resignificado	45
CAPÍTULO II – Forjando vivências na favela	63
A Favela da Cachoeira de Angelita e Severino	65
A Favela da Cachoeira de José Martins	75
A Favela da Cachoeira de Juciléia e Daniela	86
A Favela da Cachoeira de Elenilda Francisca e José Leonardo	95
A favela de muitos ordinários.....	102
CAPÍTULO III – A favela se desfaz: agora o tempo de Glória	105
Ressignificando o viver	116
DEPREENSÕES SOBRE A FAVELA	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130
FONTES CONSULTADAS	135
ENTREVISTAS REALIZADAS	135
ANEXO	136

INTRODUÇÃO.

A cidade é também sociabilidade: ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. Marcas, todas, que registram uma ação social de um domínio e transformação de um espaço social no tempo. A cidade é concentração populacional, tem um pulsar de vida e cumpre plenamente o sentido da noção do 'habitar', e essas características a tornam indissociavelmente ligada ao sentido do 'humano', (...) cidade, moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais.¹

É esse tecido de relações sociais, do qual nos fala Pesavento, que vamos trabalhar nas páginas seguintes. O tecido específico que cobrirá essas páginas terá como referência a cidade de Campina Grande.

Os escritos sobre essa cidade tem se mostrado sob vários olhares e perspectivas historiográficas, eles e elas vem sendo (re)vistos e (re)significados ao longo do tempo. Neste trabalho, pretendemos apontar algumas daquelas visões e significações sobre Campina Grande.

O recorte do tecido que aqui vai ser exposto tem a preocupação de tornar possível um outro olhar sobre como se deu o processo de construção da Favela da Cachoeira – construção enquanto um espaço habitado, a partir do ano de 1959, e construção enquanto um lugar significado por seus moradores e por outros cidadãos. Passearemos pelas experiências urbanas de alguns populares na cidade. Contaremos uma história de moradores da Favela da Cachoeira, especialmente o modo como se tornavam possíveis vivências na favela e como se experimentavam essas vivências de modo nem sempre harmônico. Abordaremos o modo como cotidianamente os agentes sociais da Cachoeira reivindicavam e lutavam pela melhoria de sua qualidade de vida, movimento que acabou resultando na remoção no ano de 2006 das cerca de 670 famílias da favela para um espaço projetado para recebê-las: o Loteamento Glória, ou, como é mais conhecido, Bairro da Glória².

¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy, Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. Revista Brasileira de História, vol. 27, nº 53, junho de 2007, p.14,15.

² Oficialmente o lugar não é considerado como bairro, pois as ruas ainda não tem nomes registrados. Elas estão divididas em quadras e lotes. No decorrer do trabalho não nos preocupamos em usar a nomenclatura formal de loteamento. Por vezes usamos o termo bairro, que é mais comum entre os moradores da região. Pensamos que o sentido de bairro atribuído àquele espaço parece com o conceituado por Certeau, quando diz que “um bairro, poder-se-ia dizer, é assim uma ampliação do habitáculo; para o usuário, ele se resume à soma das trajetórias inauguradas a partir do seu local de habitação. Não é propriamente uma superfície urbana transparente para todos ou estatisticamente mensurável, mas antes a possibilidade oferecida a cada um de inscrever na cidade um sem-número de trajetórias cujo núcleo

Pensar a cidade, implica pensar espacialidades e temporalidades³. Deste modo, devemos ter em mente que as cidades são produzidas em determinados espaços e tempos históricos em que a dinâmica dos homens em sociedade vai modelando seus contornos.

No caso de Campina Grande, a cidade no contexto histórico acima apontado, não foge à regra dos problemas de outras cidades grandes e médias do país. Problemas e conflitos de toda ordem rondam a cidade: o lugar dos pobres, a desventura dos que conheceram a violência, as investidas dos planejadores da cidade, e a dos anônimos que efetivamente a produzem todos os dias, e tecnologias que não dão conta das demandas urbanas a exemplo do transporte, do acesso aos serviços de saúde, educação, moradia e trabalho.

Nossa preocupação, e certamente a de inúmeros outros pesquisadores ao se debruçarem sobre os estudos sobre as cidades, é levar ao leitor o conhecimento de algumas experiências que vem sendo desenvolvidas nos mais variados centros urbanos. No nosso caso em particular, como se deu a experiência de construção e significação pelos cidadãos de um espaço específico da cidade de Campina Grande, a Favela da Cachoeira.

Entendemos que pensar a cidade no atual momento histórico pelo qual atravessa nosso país, vai muito além de pensar apenas os interesses acadêmicos e científicos, mas atravessa o pensar da própria política brasileira, tendo em vista que mais de 80% da população brasileira vive em áreas urbanas⁴, e que junto a isso, nossa sociedade desenvolveu uma série de instrumentos analíticos e jurídicos, todo um aparato legal, para pensar a gestão das cidades, do crescimento urbano e até mesmo o funcionamento das cidades, como por exemplo a criação do Ministério das Cidades e do Estatuto das Cidades⁵. Sendo assim, torna-se para nós, pesquisadores, uma obrigação, não só teórica,

irredutível continua sendo sempre a esfera do privado”. In.: CERTEAU, Michel de, GIARD, Luce e MAYOL, Pierre; *A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 10. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

³ Ver Teresina Gonçalves, A cidade como palco da urbanidade. In. *Cidade e meio ambiente: estudos interdisciplinares*. Coordenação: Teresinha Maria Gonçalves, Robson dos Santos. Criciúma, SC: ED. Unesc, 2010.

⁴ Ver *Brasil urbano*. Edésio Fernandes e Márcio Moraes Valença, organizadores. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

⁵ No dia 10 de julho de 2001 foi aprovada a Lei Federal nº. 10.257, chamada “Estatuto da Cidade”, que regulamenta o capítulo original sobre política urbana aprovado pela Constituição Federal de 1988 (arts. 182 e 183). Esta lei intenciona dar suporte jurídico mais consistente às estratégias e aos processos de planejamento urbano, e sobretudo à ação daqueles governos municipais que se tem empenhado no enfrentamento das graves questões urbanas, sociais e ambientais que tem diretamente afetado a vida de brasileiros que vivem em cidades. A proposta é garantir a legitimidade social dos processos de

mas prática, entender como se dão as relações entre os homens, seja na esfera administrativa ou civil, e como essas relações moldam as cidades. Essa é a proposta de pesquisa desenvolvida no Programa de Pós Graduação em História, na linha de Cultura e Cidades, a que estamos vinculados.

Acreditamos que à medida em que levantamos questões sobre como pensar a cidade, a historicidade dos sujeitos, as práticas cotidianas dos moradores da Favela da Cachoeira, as condições de vida, aspectos sociais dos moradores da comunidade, sobre o papel ou o lugar dos populares enquanto agentes e produtores de uma cultura, estamos contribuindo com os debates que vem sendo realizados na academia que versam sobre as relações e conflitos sociais, sobre o cotidiano, sobre as reformas urbanas e as tramas políticas e econômicas que estão atreladas.

Nas páginas que seguem, o leitor é convidado a conhecer uma experiência histórica da cidade de Campina Grande, tendo como lócus específico a Favela da Cachoeira, e quem sabe tornar possível um outro olhar, uma outra interpretação sobre aquele espaço urbano.

A escolha do caminho

Nasci em Campina Grande. Cresci, estudei, trabalhei nesta cidade. Enquanto historiadora, meu olhar sobre Campina foi sendo construído e trabalhado a partir do que foi experimentado por mim como cidadã. Moradora de periferia, na Zona Leste da cidade, cresci conhecendo e circulando pelos espaços dessa periferia. Sempre morei num bairro chamado Santo Antônio, e observava as condições de moradia dos habitantes da Favela da Cachoeira, localizada a aproximadamente quatro quilômetros de minha casa.

planejamento urbano, formulação de políticas públicas, aprovação de leis urbanísticas e gestão de cidades. Ver mais em Do Código Civil ao Estatuto da Cidade: Algumas notas sobre a trajetória do Direito Urbanístico no Brasil – Edésio Fernandes. In *Cidade (i)legal*. Márcio Moraes Valença, org. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

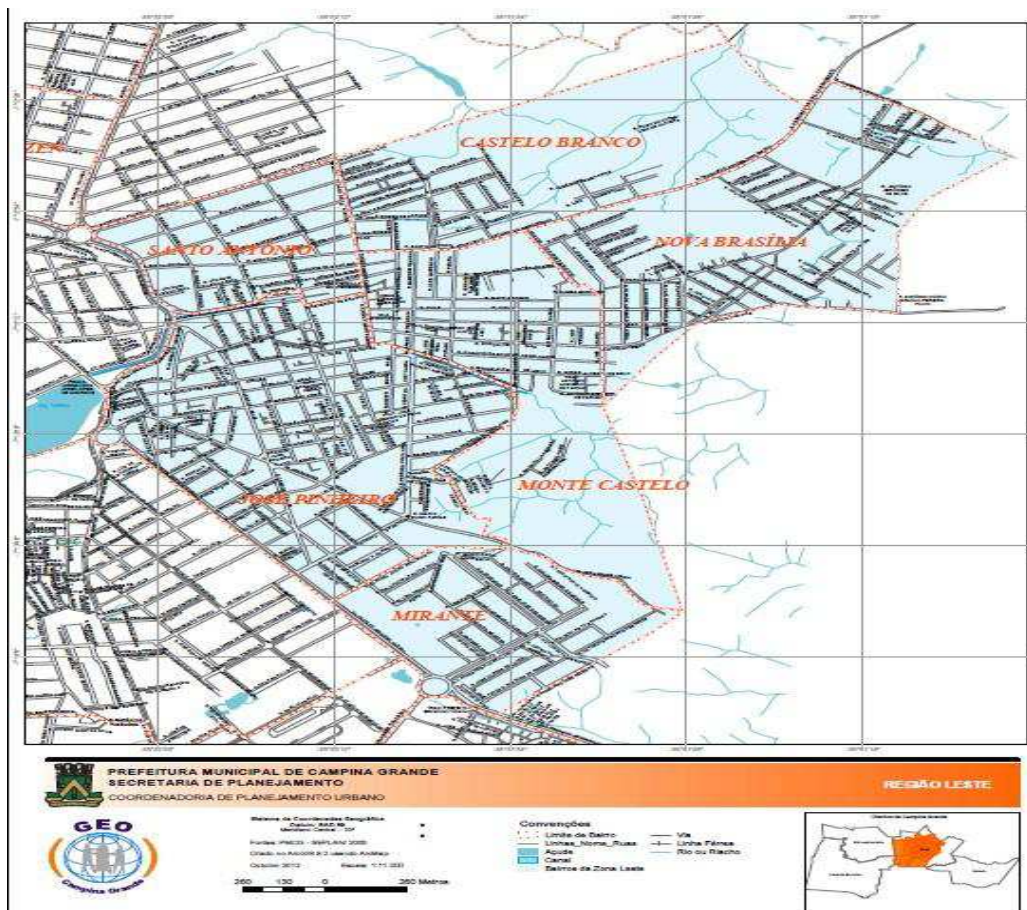


Figura 1. Mapa da Zona Leste da cidade. Fonte: SEPLAN – Secretaria de planejamento de Campina Grande.

A Favela da Cachoeira foi considerada pelo senso comum a favela campinense portadora das piores condições habitacionais. Além da falta de saneamento, coleta de lixo, pavimentação e outros serviços básicos, os moradores locais conviviam com problemas como o desabamento de encostas e barreiras. Por mais de quatro décadas, dezenas de casas foram ao chão no período de chuvas, deixando famílias inteiras desabrigadas. A favela chegou a ter, entre os anos de 1959 e 2006 (datas que marcam respectivamente o início de sua formação espacial e a desconstrução daquele espaço enquanto lugar habitado) cerca de 2.336 habitantes, 670 habitações, sendo 40% delas em situação de risco⁶.

Lembro-me bem que era comum o reclame dos populares por melhores condições de moradia, por uma morada mais digna. Corriam as notícias de casas que caíam em épocas de chuvas, arrastadas por barreiras, que ameaçavam a saúde e a vida das pessoas. Essas notícias, que corriam à boca miúda, nas esquinas dos bairros vizinhos, nas portas

⁶ Números dados pelo Relatório de Trabalho Técnico Social de Reassentamento da População Beneficiária da Favela da Cachoeira, escrito em julho de 2007, disponível na sede da Cehap.

da igreja, nos balcões dos mercados e bares próximos à favela, também eram veiculadas pelos jornais locais. Junto com a falta de saneamento básico, de assistência à saúde, também se falava sobre a violência na favela, sobre venda de drogas e outras atividades ilícitas bem como as investidas da polícia no local. Problemas que assolam grandes e médios centros urbanos e acabam por criar um estigma que reproduz conceitos e estereótipos discriminatórios, fomentando representações negativas sobre o espaço e sobre seus habitantes.

Com o passar dos anos, os moradores da cidade, aqueles que moravam dentro e fora da favela, foram criando e refazendo imagens para aquele lugar. Essas imagens variavam entre o lugar de morada de alguns, onde pessoas se sentiam acolhidas, seguras, até o lugar temido, lugar do alheio, do ilegal, onde a marginalidade imperava e devia-se manter um distanciamento do espaço habitado e dos seus habitantes.

Para além das imagens criadas para aquela favela, uma coisa nos parece certa: seus moradores tiveram que desenvolver estratégias para sobreviver naquele lugar insalubre. Foi necessário um tanto de criatividade para desenvolver formas de vivências e estabelecer relações, pacíficas ou não, dentro e fora da favela, afinal, mesmo parecendo marginalizada – entenda-se no sentido de posta à margem da sociedade – a Cachoeira estabelecia ligações com outros setores da cidade.

Anos se passaram até que em 2006, o Governo do Estado atendeu às reivindicações que os moradores da Favela da Cachoeira faziam há décadas às autoridades políticas: efetivou-se a remoção das mais de 600 famílias para o Bairro da Glória, construído a cerca de três quilômetros da favela, para recebê-los.



Figura 2. Zona leste da cidade. Em destaque as áreas correspondentes à Favela da Cachoeira e loteamento Glória⁷.

No novo bairro outras vivências e experiências tornam-se possíveis. A cidade foi reconfigurada em sua cartografia. Os atores sociais circulam e estabelecem suas práticas cotidianas de outro modo, com outra criatividade, adaptando-se a uma nova forma de viver, não mais subindo e descendo ladeiras e escadas, mas tendo o mínimo de estabilidade em sua nova caminhada, mas partindo sempre de seu referencial cultural.

Como disse Michel de Certeau: “toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural⁸”. Assim, algumas questões me incomodavam quando das reflexões acerca desses lugares: Qual o papel daqueles “favelados” da sociedade? Quais seus métodos de sobrevivência num lugar aparentemente inóspito? Quais atos possibilitaram as mudanças ocorridas ao longo dessas quase cinco décadas? Por que nós historiadores ainda negligenciamos a história

⁷ Fonte: ARAÚJO, Mateus Augusto. *A política nacional de habitação e a produção do espaço urbano: o conjunto Glória em Campina Grande – PB*. Bacharelado em Geografia. Universidade Federal da Paraíba, 2010.

⁸ Ver CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*; tradução de Maria de Loudes Menezes. 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

dos populares e da periferia de Campina Grande? Por que uma história sobre a Cachoeira e o Glória ainda não foi contada? A que se deve esse silêncio? Inquietações pessoais enquanto moradora de periferia, e inquietações profissionais, enquanto historiadora, que pretendo enfrentar do desenvolvimento da minha pesquisa, na escrita deste trabalho.

Um preocupação metodológica emerge dessas inquietações: sou historiadora que trato de um contexto histórico em cujo recorte cronológico e social estou inserida. Uma historiografia mais tradicional aponta essa proximidade do objeto como algo arriscado ao ofício do historiador. O pesquisador deveria manter uma distância, se não social, pelo menos cronológica, de seu objeto de estudo, a fim de garantir um distanciamento e neutralidade para sua análise. O objeto deveria, segundo aquela historiografia, estar no passado, ser passado.

Não condeno esta linha de pensamento, mas o lugar teórico-metodológico a partir do qual eu me coloco me permite estabelecer relações de proximidade sem alterar a fidelidade, o rigor e o estudo necessário a minha pesquisa. Me permite estabelecer fronteiras entre as paixões e a ciência da História. Partilho a ideia de Roger Chartier quando diz que

O pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história.⁹

Também rompendo esta concepção que defende a ideia de distanciamento para a realização da análise histórica, Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira nos dizem que a proximidade do objeto de pesquisa é “um lugar privilegiado para uma reflexão sobre as modalidades e os mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos de mesma formação social”¹⁰.

Depois do que foi exposto até aqui, considerando a cidade como um território de confrontos, e não como um lugar estável, onde a cada dia as pessoas criam para si novos referenciais de existência, espero deixar para a comunidade acadêmica, para o campo

⁹ Ver CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

¹⁰ Ver *Usos e Abusos da História Oral*. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P. XXIV.

historiográfico e para meus possíveis leitores, que a Favela da Cachoeira, mesmo sendo um território espacialmente extinto, e o recente Bairro da Glória, estão inscritos na história de Campina Grande, à medida em que alteraram as características da malha urbana, e, muito mais, estão inscritos na memória e na história das famílias que habitaram aquela área, ao passo em que eles foram agentes que, a partir de experiências em comum, resistiram ao poder local através de pequenas ações e acabaram produzindo vivências possíveis na favela e novas maneiras de experimentar o bairro depois da relocação para outra área.

Esta é uma parte da história de Campina Grande que ainda é silenciada, que ainda é omitida. A partir disso, espero abrir mais um caminho para que outras tantas histórias sejam escritas, que outros tantos sentidos sejam dados à experiência dos populares na cidade.

Documentos, Fontes, Metodologia: como caminhamos

- “Mas você, moça tão estudada, sabida, vindo saber de mim as coisas... oxe, como é que pode isso?”
- “Pois aí é que está, seu Bino. O senhor sabe de coisas que meu estudo ainda não conseguiu saber. O senhor pode me ajudar?”
- “Pois pronto, eu vou lhe contar como foi!”¹¹

Este é um trecho de um diálogo que mantive com o senhor Severino da Silva Nunes, o seu Bino, como é chamado por parentes e amigos. Seu Bino pareceu surpreso ao notar que suas memórias e relato sobre sua vida e condições de moradia de sua família interessavam a “moça tão estudada”. Começou seu relato, respondendo as minhas questões, enquanto cortava em pedaços um melão retirado da pequena venda de frutas que ele tem no terraço de sua casa, no Bairro da Glória, venda que serve de sustento para sua família. Relato e melão eram saboreados por mim de forma prazerosa.

O que seu Bino não sabia quando começamos nossa entrevista era que a sua memória significa, não apenas para meu trabalho, mas para a pesquisa em história, rica fonte. Não apenas fonte de descrições pontuais ou factuais sobre a favela, ou sobre as práticas que favoreceram a remoção dos moradores para um outro bairro, mas fio que tece a trama da história, do imaginário urbano, das realidades vivenciadas, de

¹¹ Em conversa com o senhor Severino da Silva Nunes, antes da entrevista concedida por ele em 23/08/2011.

sentimentos que se expressaram nas práticas cotidianas, no fazer-se diário, individual e coletivo.

As entrevistas foram feitas no sentido de buscar entender como se registra na memória¹² a dinâmica dos sujeitos moradores da favela, as articulações políticas que eles faziam para melhorar as condições de vida da comunidade, as relações de poder que se estabeleciam no local, como foi para eles o processo de mudança da Favela da Cachoeira para o Bairro da Glória. Entendo que a partir desses relatos orais de memória é possível conhecer a visão que os populares tem de sua vida e do mundo ao redor, numa versão geralmente diferente daquela produzida pela mídia, pela elite ou pelos documentos oficiais, ainda que em diálogo permanente com elas.

A partir do problema colocado, enfatizo o interesse em analisar práticas culturais e sociais que colocam as possibilidades de vivenciar e experimentar o espaço urbano pelos populares, reorganizando aquele espaço, atentando para as práticas e estratégias que dão significado próprio ao seu viver em periferia e que burlam a ordem estabelecida ou desejada pela classe mais abastada. A história oral nos permite esse movimento, como aponta Paul Thompson,

É uma história constituída em torno de pessoas. Ela lança vida para dentro da própria história e isto alarga seu campo de ação. Admite heróis vendo-os não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Traz a história *para dentro* da comunidade e extrai a história *de dentro* da comunidade¹³ (grifos nossos)

Assim, fez-se importante para minha pesquisa ouvir os então moradores do Bairro da Glória, outrora moradores da Favela da Cachoeira. Deste modo, minha fonte principal foram os relatos orais de memórias daqueles homens e mulheres. Certamente um corpus documental oficial foi analisado, a exemplo de relatórios e dados da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos da cidade, da Defesa Civil, da Cehap, dos mapas da região estudada, bem como o livro de atas das reuniões da associação dos moradores da favela reivindicando do poder público melhoria das suas condições de moradia. No entanto, concebo que a melhor forma de atingir os objetivos propostos é ouvindo os atores sociais no que tange aos seus modos de viver na favela e no bairro.

¹² Nossas leituras sobre memória foram sobre os escritos de autores como Antônio Torres Montenegro, Regina Beatriz Guimarães Neto, Paul Thompson, Ecléa Bosí, Verena Alberti, dentre outros. Muito embora nem todos tenham sido citados ao longo do texto, esses autores nos serviram como indicações teóricas e metodológicas para se trabalhar a memória.

¹³ THOMPSON, Paul, *A voz do passado*, 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 44.

Um estudo que se preocupe com uma história da cidade a partir de relatos orais de memória pode nos oferecer ricas ferramentas para se pensar e criticar práticas sociais, políticas e culturais da Campina Grande de 1959 a 2006¹⁴.

Os homens e mulheres que entrevistei trouxeram à tona histórias vividas em um tempo e um espaço específico, além de relatos sobre estratégias de lutas e de resistências pela sobrevivência em um lugar aparentemente inóspito, notadamente insalubre e de difícil acesso. Eles e elas falam sobre as reivindicações de seu direito a morar dignamente na cidade. Mas também nos dizem acerca da topografia dos lugares habitados e de como isso estava imbricado aos sentidos, à percepção, à subjetividade daquelas pessoas: o lugar de outrora - das ladeiras, barreiras, escadarias, lamas, dejetos jogados ao ar livre, do córrego d'água, do canal, da chuva derrubando madeira, dos cheiros, e dos sons; e do lugar de agora - das ruas largas e quase planas onde moleques correm e jogam bola, do calçamento, do fácil acesso da rua à porta da casa e da porta da casa à rua.

Segundo Michel de Certeau¹⁵, esses homens, a partir de suas experiências “seriam praticantes ordinários da cidade, caminhantes, pedestres que jogam com espaços que não se veem: tem dele um conhecimento tão cego como no corpo a corpo amoroso”. Como nos diz Regina Beatriz Guimarães Neto,

Trata-se de uma representação da cidade e do território praticado que associa elementos da cartografia convencional com os dados das experiências apoiadas em signos culturais múltiplos, destinados a oferecer uma outra compreensão, para além dos discursos dos planejadores e administradores urbanos que defendem uma racionalidade técnica¹⁶

São relatos que também apontam seus múltiplos referenciais e significados culturais, quando falam da relação entre vizinhos, das redes de solidariedade, do papel da igreja para a associação dos moradores, de como comemoravam as datas festivas, da infância nem sempre lúdica, mas de uma infância possível à condição em que viviam, dos enfrentamentos com marginais, dos enfrentamentos com a polícia, dos debates com lideranças políticas locais. É através de relatos de acontecimentos específicos e

¹⁴ O recorte temporal que vai de 1959 a 2006 se dá em função dos anos em que foi construída e desconstruída respectivamente a Favela da Cachoeira enquanto um espaço físico, concreto e habitado.

¹⁵ Ver CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

¹⁶ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Espaços e tempos entrecruzados na história: práticas de pesquisa e escrita. In: *História: cultura e sentimento, outras Histórias do Brasil*. Recife: Ed. Universitária UFPE; Cuiabá: Ed. Da UFMT, 2008.

particulares, de homens e mulheres trabalhadores, que se escreve uma história desses populares, da Favela da Cachoeira, do Bairro da Glória, de Campina Grande, enfim.

Assim, valorizamos a experiência dos atores sociais, as táticas e estratégias que se configuravam, as experiências individuais ou coletivas sobre o contexto social no qual aqueles atores estavam inseridos. Atentamos para como as memórias representam as experiências e os espaços habitados, como se deu para aquelas pessoas o processo de reterritorialização espacial e subjetiva. Valorizamos a liberdade dos sujeitos sem perder de vista as relações de poder. Valorizamos algo que pela historiografia tradicional eram considerados documento, fonte e metodologia menores: os relatos de memória e a história oral. Entendemos que os relatos orais de memória são construções de representações que dão significado ao real vivido, ao espaço habitado, às práticas efetuadas por ações individuais e coletivas.

Deste modo, entendemos que a dimensão narrativa é formada por ações individuais e coletivas, reveladora da experiência vivida em diferentes momentos, e que vai muito além do simples ato de descrever, como algo mecânico, mas amplia o que antes parecia inexpressivo, o que antes não se procurava ouvir, o que antes podia ser considerado irrelevantemente comum, mas que aponta a história ainda não dita do cotidiano urbano.

É preciso deixar claro que não utilizamos a história oral como um recurso para extrair dos documentos escritos o que eles não “dizem”, ou apenas para acrescentar dados à nossa pesquisa. Concordamos com José Carlos Sebe Bom Meihy quando nos diz que

Atualmente a história oral já se constitui em partes integrantes do debate sobre a função do conhecimento social e atua em uma linha que questiona a tradição historiográfica centrada em documentos oficiais. Por isso, a história oral é hoje parte inerente dos debates sobre tendências da historiografia contemporânea ou da história do tempo presente. Como pressuposto, a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. É isso que marca a história oral como ‘história viva’¹⁷

Assim, na perspectiva de que fazemos uma história viva, num processo histórico que se faz nascer a cada dia, os indivíduos que narram suas histórias atribuem sentidos

¹⁷ MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 5ª edição. São Paulo. Edições Loyola, 2005. p.19.

às experiências individuais e coletivas, representam e explicam o mundo em que vivem. Deste modo as narrativas pessoais ganham uma dimensão social, e nós historiadores podemos ter a consciência de que os nossos caminhos de análises estão sempre em construção.

Experiências historiográficas

Nas últimas décadas observamos que a produção historiográfica que tem a cidade como centro de suas inquietações vem sendo crescente. Também podemos perceber as diversas influências teóricas que nortearam os estudiosos de cidades. Revisando parte de historiografia que foi dedicada às cidades, num primeiro momento observamos que a historiografia tradicional fazia uma vasta análise das cidades e suas características essencialmente políticas e econômicas, enfocando os feitos dos ilustres senhores que contribuíram para a manutenção do status de “grande” cidade. Num segundo momento, principalmente nas produções feitas a partir de leituras da História Cultural e História Social, percebemos que as cidades eram observadas a partir de múltiplos olhares, inclusive os que questionavam o seu lugar de cidade moderna ou modernizada, e que apontavam o lugar do homem no processo de construção histórica de sua cultura e de sua sociedade.

Para caracterizar os campos teóricos e delimitarmos nosso lugar, faremos um breve comentário sobre algumas das produções acerca da cidade de Campina Grande, ou mesmo cidades paraibanas de modo geral, que julgamos mais relevantes pelo alcance que tiveram no debate acadêmico e pelo seu caráter teórico-metodológico¹⁸.

Numa perspectiva teórica tradicional e factual, as pessoas que mais contribuíram para os estudos da nossa cidade foram Epaminondas Câmara, em *Alicerces de Campina Grande*¹⁹ e *Datas Campinenses*²⁰; Elpídio de Almeida, com sua *História de Campina*

¹⁸ Existem outras produções bibliográficas que não são de cunho historiográfico, mas que apontam narrativas significativas e diversificadas sobre Campina Grande, a exemplo das crônicas de Cristino Pimentel e das entrevistas de Ronaldo Dinoá. No entanto não as trazemos para essa discussão. Achamos pertinente guardá-las para um outro momento.

¹⁹ CÂMARA, Epaminondas, *Alicerces de Campina Grande*. Oficina Gráfica da Livraria Moderna, 1943.

²⁰ CÂMARA, Epaminondas, *Datas Campinenses*. João Pessoa: Departamento de publicidade, 1947.

Grande²¹ e Josué Sylvestre, em *Da Revolução de 30 à Queda do Estado Novo*²². Essas obras tinham por característica a ênfase dos feitos heroicos da elite campinense de seu tempo.

Consideradas obras voltadas para os estudos sócioeconômicos, ou mesmo para o que se chamou de materialismo histórico, temos as obras *Latifúndio e Algodão em Campina Grande: Modernização e Miséria*²³, de Josefa Gomes de Almeida, e *Morte e Vida das Oligarquias*²⁴ de Eliete Queiroz Gurjão. Nelas, as autoras fazem duras críticas ao capitalismo por entenderem que o sistema é o responsável pela manutenção da miséria e exploração dos trabalhadores rurais e urbanos. Essa concepção teórica talvez tenha sido a que mais problematizou e criticou as ambiguidades e contradições do processo de modernização e progresso das cidades, também a que mais influenciou historiadores durante a década de 1980.

Já em fins dos anos 1980 e início da década de 1990, observamos trabalhos acadêmicos que estudam cidades paraibanas a partir de uma perspectiva teórico-metodológica diferente da vigente até então. Como exemplos do que se convencionou chamar de novas tendências historiográficas, temos o trabalho de Ariosvaldo da Silva Diniz, *A Maldição do Trabalho: homens pobres, mendigos e ladrões no imaginário das elites nordestinas*²⁵, onde o autor faz uma análise do mercado de trabalho e industrialização na Paraíba aproximando os conceitos de Thompson, historiador social inglês, aos conceitos de Foucault, filósofo pós-estruturalista francês, considerados divergentes. Num movimento ousado, semelhante ao que Margareth Rago fez em *Do Cabaré ao Lar*²⁶, nosso paraibano deu contribuições para se pensar o mundo do trabalho em nosso Estado sem cair em grandes armadilhas de correntes teórico-metodológicas distintas.

²¹ ALMEIDA, Elpídio, *História de Campina Grande*. 2º Ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.

²² SYLVESTRE, Josué, *Da Revolução de 30 à Queda do Estado Novo*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1993.

²³ SILVA, Josefa Gomes de Almeida, *Latifúndio e Algodão em Campina Grande: Modernização e Miséria*. Mestrado em História, UFPE, 1985.

²⁴ GURJÃO, Eliete Queiroz, *Morte e Vida das Oligarquias*. João Pessoa,: Editora Universitária/UFPB, 1994.

²⁵ DINIZ, Ariosvaldo da Silva, *A Maldição do Trabalho: homens pobres, mendigos e ladrões no imaginário das elites nordestinas – 1850-1930*. Mestrado em Ciências sociais, João Pessoa, UFPB, 1988.

²⁶ RAGO, Margareth, *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar Brasil 1890-1930*, Editora Paz e Terra, 1985. A autora analisa a formação no início da industrialização no Brasil, da constituição de uma nova figura do trabalhador, agora dócil e submisso, mas economicamente produtivo, e o processo disciplinar para a vida do trabalhador dentro e fora das fábricas.

Ainda na perspectiva de utilizar os conceitos de Foucault e do pós-estruturalismo como norte de seu trabalho, e fazer também uma leitura de gênero, temos as autoras Silêde Leila Oliveira Cavalcanti com *Campina Grande De(fl)vorada por Forasteiros: a passagem de Campina patriarcal a Campina burguesa*²⁷, e Keila Queiroz e Silva em *Sem lenço e Sem Documento: Mulheres de 60, filhas de um novo tempo?*²⁸. A primeira trata da cidade enquanto um corpo feminino e suas transformações. A segunda trata questões de modernidade e pós-modernidade, tendo como objeto algumas mulheres campinenses e suas práticas em sociedade.

Escritos na perspectiva da história social e história cultural temos os trabalhos: *Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande - 1920-1945*, de Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa²⁹, em que recupera as múltiplas formas dos moradores viverem na cidade, suas relações com o espaço urbano e com o trabalho que aqueles populares desenvolviam. *Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-ecômicas e práticas culturais (1880-1925)*, de Gervácio Batista Aranha³⁰, onde o autor vem problematizar a noção de modernidade e dos seus símbolos, onde o moderno se reconhece no passado, questionando as situações da contemporaneidade.

Luciano Mendonça de Lima em *Uma porta estreita para a liberdade: as ações cíveis e alguns aspectos do cotidiano escravo na Campina Grande do Século XIX*³¹, acompanhou a luta dos escravos como sujeitos históricos que recusavam a submissão, criando suas estratégias de luta. Temos ainda a produção de Antônio Clarindo em *Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos: Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945 – 1965)*³², que trata dos divertimentos e tensões sociais entre os populares e de como eles burlavam as normas de comportamento colocadas pela elite campinense.

²⁷ CAVALCANTI, Silêde Leila Oliveira, *Campina Grande De(fl)vorada por Forasteiros: a passagem de Campina patriarcal a Campina burguesa* In *Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*. Organizado por Eliete Queiroz Gurjão. Campina Grande: A União, 2000.

²⁸ SILVA, Keila Queiroz, *Sem lenço e Sem Documento: Mulheres de 60, filhas de um novo tempo?* In *Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*. Organizado por Eliete Queiroz Gurjão. Campina Grande: A União, 2000.

²⁹ SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande - 1920-1945*, Doutorado em História. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2001.

³⁰ ARANHA, Gervácio Batista. *Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político ecômicas e práticas culturais (1880-1925)*. Doutorado em História. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2001.

³¹ LIMA, Luciano Mendonça. *Uma porta estreita para a liberdade: as ações cíveis e alguns aspectos do cotidiano escravo na campina Grande do Século XIX* In. *A Paraíba no Império e na República: estudos de História Social e Cultural*. João Pessoa: Idéia, 2003.

³² SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. *Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos: Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945 – 1965)*. Tese de doutorado, UFPE, 2002.

Alarcon Agra do Ó, em *Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de cidades – Campina Grande (1959)*³³, pensa a cidade de Campina Grande e suas necessidades de organização a partir dos projetos e planos de governo dos candidatos à prefeitura da cidade naquele ano de 1959, num movimento que nos faz conhecer que cidade tínhamos e que cidade desejavam a população e os políticos de Campina.

Cito esses trabalhos como exemplo da rica produção que já se tem, dentre tantos outros publicados, sobre cidades. Como disse no início deste texto, para reconhecer o campo de atuação teórica o autor tem que fazer esse exercício de revisão bibliográfica. Dentre as obras acima citadas, de algumas me aproximo mais, de outras, bem menos. Sem querer hierarquizar os lugares teóricos das obras apresentadas, a minha identificação é maior com as que tem influências da história cultural e social, no entanto, mesmo aquelas cujo norte teórico diverge do meu caminho, servirão de contraponto e de referência para a aproximação e distanciamento dos meus colegas, marcando meu lugar na pesquisa que desenvolvo. Creio que os posicionamentos teóricos que essas obras trazem suscitam grande parte das inquietações, questões e demandas levantadas pelo nosso olhar de pesquisador.

Para nós, a importância da revisão historiográfica é ímpar, primeiro porque ela permite o reconhecimento do campo no qual se vai trabalhar e produzir, esse reconhecimento do campo nos é familiar nas leituras de Certeau³⁴ quanto ao ofício do historiador e quanto aos usos da ciência. Segundo, porque permite que o pesquisador estabeleça os recortes que deseja fazer dentro do campo, criando assim seus deslocamentos. Terceiro, porque permite nosso reconhecimento perante nossos pares, visto que, o que nós escrevemos diz aos nossos pares quem nós somos no nosso campo. Enfim, essa reflexão historiográfica não se encerra aqui, na verdade a partir de cada nova leitura ela se expande e se renova.

³³ AGRA DO Ó, Alarcon, *Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de cidades - Campina Grande*. Campina Grande: EDUFPG, 2006.

³⁴ Ver Michel de Certeau, *A Escrita da História*; tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

Diário de campo das entrevistas: experiência de uma historiadora aprendiz.

*Gente olha pro céu. Gente quer saber o um
 Gente é o lugar de se perguntar o um
 Das estrelas se perguntarem se tantas são
 Cada estrela se espanta à própria explosão
 Gente é muito bom, gente deve ser o bom
 Tem de se cuidar, de se respeitar o bom
 Está certo dizer que estrelas estão no olhar
 De alguém que o amor te elegeu pra amar
 Marina, Bethânia, Dolores, Renata, Leilinha, Suzana, Dedé
 Gente viva, brilhando estrelas na noite
 Gente quer comer, gente que ser feliz
 Gente quer respirar ar pelo nariz
 Não, meu nego, não traia nunca essa força, não
 Essa força que mora em seu coração
 Gente lavando roupa, amassando pão
 Gente pobre arrancando a vida com a mão
 No coração da mata gente quer prosseguir
 Quer durar, quer crescer, gente quer luzir
 Rodrigo, Roberto, Caetano, Moreno, Francisco, Gilberto, João
 Gente é pra brilhar, não pra morrer de fome
 Gente deste planeta do céu de anil
 Gente, não entendo gente, nada nos viu
 Gente, espelho de estrelas, reflexo do esplendor
 Se as estrelas são tantas, só mesmo o amor
 Maurício, Lucila, Gildásio, Ivonete, Agripino, Gracinha, Zezé
 Gente espelho da vida, doce mistério
 (Gente , Caetano Veloso)*

Gente. É ela que faz a História. É dela que a História ganha vida, alimento, corpo. Não é a História que move a gente, mas a gente que move a História. Gente e História, relação de dependência, de laço, de amor e desamor. A gente que faz a História pode estar ausente de nossa contemporaneidade ou simultaneidade. Pode estar em livros, em arquivos, em processos crimes, em relatórios de governos, ou pode estar bem próximo, logo ali na calçada sentada à sombra, passando num ônibus, andando apressada, pedindo comida ou pagando caro para tê-la. Gente vivendo, gente experimentando, gente sendo.

Para contar uma história da extinta Favela da Cachoeira, contei com gente cujas histórias, experiências e relações com a cidade são simultâneas às minhas. Pude ouvir e registrar relatos orais de memórias de pessoas que forjaram vivências possíveis naquela favela, e são esses relatos que utilizo como fonte primeira para escrever uma versão de

como aquele lugar foi construído (e posteriormente desconstruído) como um lugar habitável, praticável e até mesmo enunciável.

Outrora moradores da Favela da Cachoeira, aquelas pessoas hoje residem no Bairro da Glória. Foi lá onde as visitei, onde fui buscar subsídios para minha pesquisa, e onde elas acionaram sua memória para enunciar um passado vivido.

Nas páginas que seguem não relato apenas minha experiência enquanto ouvinte e historiadora que foi à casa dessas pessoas realizar seu trabalho de campo para uma dissertação acadêmica. Aprendi muito mais que metodologia da pesquisa ou teoria da história visitando aquelas pessoas. Aprendi como são valiosas as experiências de pessoas comuns, de como seus saberes me ensinaram coisas que as carteiras, os livros e a biblioteca da universidade não podem ou não poderiam me ensinar. Aprendi que viver pode ser simples, mas que há de se viver com dignidade, acima de tudo. Eles já sabiam. Eu aprendi.

E assim, pelo fato de ter aprendido, justifico esse relato de impressões ou leituras pessoais neste trabalho acadêmico. Também é uma forma de apresentar ao meu leitor quem são as pessoas com quem trabalhei, como cheguei até elas e o contexto de como elas expuseram suas memórias para que eu fabricasse minha versão da história da Favela da Cachoeira.

“Gente, espelho de estrelas”

No dia 23 de agosto de 2011, eu visitei as irmãs Juciléia dos Santos Nunes e Daniela dos Santos Nunes. Daniela tem 25 anos, tem uma filha, é casada e não trabalha fora de casa. Já Juciléia tem 27 anos, dois filhos, também é casada e seu trabalho é cuidar da casa e das suas crianças. Ambas nasceram em Campina Grande, e foram morar na favela quando ainda eram crianças. Nossa conversa foi na casa de Daniela, no Bairro da Glória, um duplex acolhedor.

Ao contrário de todos os outros entrevistados, eu já conhecia Daniela e Juciléia. Fui professora de seus filhos numa escola no bairro vizinho. Fiquei sabendo que elas eram moradoras do Bairro da Glória através da ficha de dados das crianças na escola, logo imaginei que fosse provável que elas tivessem morado anteriormente na Favela da Cachoeira.

Timidamente, expliquei para elas que estava fazendo um trabalho sobre a Cachoeira e perguntei se elas poderiam me ajudar, contando-me um pouco sobre sua

vivência naquele lugar. Para o meu alívio, ambas se prontificaram, sem cerimônias, a contar sua história de vida. Conversamos longamente. Juciléia mais falante que Daniela, não sei se por ser mais velha ou por ser menos tímida. Pareciam a vontade me narrando suas memórias, talvez porque já havia a proximidade pela relação mãe/professora, mas ousou apostar que naquele momento me viam mais como uma jovem, de idade aproximada à delas, que conhecia um pouco da realidade do lugar por morar próximo, e que naquele momento estava ali para aprender.

Ambas me deram uma contribuição muito valiosa para minha pesquisa. Fizeram-me perceber como duas adolescentes experimentaram aquele lugar. Elas não me apresentaram quase nada de histórias de sua infância, mas de sua juventude, das dificuldades em residir em um lugar sem infraestrutura, da pobreza, dos preconceitos que sofriam, das cenas de violência que presenciaram, de como fazer para se divertir e estudar, e principalmente da perspectiva de sair daquele lugar. Elas, diferente de outros colaboradores, não demonstram sentir saudades da favela em que viveram. Remontavam suas histórias, mas olhavam para trás não com saudades, mas com a satisfação de terem mudado e melhorado de vida.

Daniela e Juciléia foram fundamentais para o decorrer da minha pesquisa. Elas me apresentaram a maioria dos outros colaboradores. Foram gentilmente comigo à casa de alguns para me apresentarem, elas mesmas diziam o meu propósito ali, e isso causou logo de início uma simpatia deles para comigo. Elas lançaram, dessa forma, sementes para que se estabelecesse uma relação de confiança entre os moradores do bairro e eu. Caberia a mim expandir essa relação. Por tudo, sou grata aquelas duas jovens para quem a extinção da Favela da Cachoeira, como diz Juciléia, foi *“a coisa mais boa do mundo!”*.

Também em 23 de agosto de 2011, conversei com o casal Angelita dos Santos Nunes e Severino da Silva Nunes. Dona Angelita, que prefere ser chamada de Ester por achar mais bonito, tem 46 anos de idade. O senhor Severino, de 47 anos, disse que podia chamá-lo de Bino. Pois bem. Cheguei até eles pela mediação de Daniela e Juciléia. Quando disse o motivo que me levava até sua casa, seu Bino pareceu surpreso. - *“Mas você, moça tão estudada, sabida, vindo saber de mim as coisas... oxe, como é que pode isso?”*- *“Pois aí é que está, seu Bino. O senhor sabe de coisas que meu estudo ainda não conseguiu saber. O senhor pode me ajudar?”*- *“Pois pronto, eu vou lhe contar como foi!”*. Começamos a conversar na sala da casa cuja porta e janela abertas

davam para a rua e outra porta atrás do sofá onde estávamos dava acesso ao terraço da casa transformado em venda de frutas.

Depois que se mudaram de Alagoa Nova para a Cachoeira, há mais de 23 anos, foi de vender frutas que Ester e Bino sustentaram seus filhos. Eu fazia as perguntas que achava pertinentes para a pesquisa e eles me surpreendiam com respostas tão ricas de significados que outras questões foram possíveis, outras foram desnecessárias. Eles lembravam com muita saudade do lugar em que moravam.

Apesar das dificuldades que passaram ali, dona Ester deixou muito claro seu sentimento de saudades pela favela. Saudades não da favela em si, mas da favela que ela construiu para si enquanto o lugar onde viu seus filhos crescerem, onde conversava na porta de casa com suas amigas – *“Do terreiro cheio de moleque, comendo rapadura com farinha e falando da vida. Porque assim, lá era cheio de mulher, mas meu terreiro era o ponto ideal pra ficar lá conversando de tarde. Porque a paisagem era mais bonita do meu terreiro”* – das atividades que desenvolvia no clube de mães, enfim, da favela que ela criou.

Senhor Bino também lembra com saudades, relata o quão difícil foi o dia da mudança para o novo bairro e da dificuldade inicial de se adaptar, mas nos conta isso sorrindo, com uma boa dose de humor. Ele aprendeu a rir nas e das dificuldades. No meio da conversa, uma parada para atender alguém que veio comprar uma fruta, ou para degustarmos um melão docinho, ou para o senhor Bino me explicar a diferença entre inhame e cará (mais uma coisa que a moça estudada não sabia. Ele gostou de me ensinar e eu gostei de aprender), ou para cumprimentar a vizinha que chega à porta e logo vai embora quando vê uma jovem com um gravador. Saí daquela casa emocionada, grata pela receptividade, carinho e disposição daquelas pessoas, torcendo para que um dia Dona Ester sossegue seu coração da saudade que sente do que viveu um dia.

Carinho e recepção também foi o que encontrei quando cheguei à casa de Elenilda Francisca, dona de casa de 48 anos de idade, nascida em Campina Grande, e de seu esposo, José Leonardo de 50 anos de idade, natural de Massaranduba, onde trabalhava de pedreiro na construção civil antes de ter problemas de coluna. Qual não foi minha agradável surpresa quando Elenilda me apresentou o senhor Pedro José, seu tio, de 76 anos, aposentado, natural de Alagoa Grande, que estava lá por acaso, para fazer uma visita à sobrinha. A família reunida, duas gerações de moradores da Cachoeira, narrando para mim, naquele momento, um real vivido.

Elenilda, mulher de fibra, com um sorriso doce nos lábios, se emocionou contando sobre sua infância, juventude e sobre sua luta para conservar suas casas que as chuvas teimavam em derrubar. Seu companheiro nessa jornada era seu esposo, que lembrava e contava de forma bem humorada toda a angústia que passaram ao construírem com as próprias mãos suas casas com toda dificuldade para no inverno a chuva destruir. Ao todo foram 3 casas de taipa e uma de alvenaria nesse processo de construir-reconstruir.

E o senhor Pedro José estava lá, com sua fala pausada, com seus óculos e sua pouca visão, seu jeito de quem sabe muito da vida porque viveu experiências enriquecedoras, porque lutou por aquela comunidade, porque fez viagens e conheceu políticos de quem cobrou melhoria de vida para a favela. Contou-me de como a Cachoeira foi ocupada, dos incentivos do poder público na época da ocupação, de sua experiência como líder comunitário. As memórias do senhor Pedro José vem de uma lucidez admirável.

Senti-me muito à vontade com aquelas pessoas, a conversa durou quase toda a tarde do dia 24 de agosto de 2011. Elenilda bordava enquanto narrava, e parecia que cada ponto era acompanhado de doces e duras memórias do vivido. As crianças da casa, seus netos, corriam pelo terraço, o senhor Pedro, sentado numa cadeira ao pé da porta, ouvia com atenção as histórias dos sobrinhos, admirado me dizia *“Se fosse contar a história direitinho dos primeiros que entraram na Cachoeira até o dia em que saíram os primeiros, dava um livro desse tamanho!”*, o senhor José Leonardo sorria ao contar as dificuldades passadas. Eles são uma família cuja união falou e ainda fala muito alto para dizer que a esperança de bons dias deve ser sempre preservada.

Em 10 de setembro de 2011, registrei as memórias de José Martins de Paiva, também conhecido como Martins da Cachoeira. Martins tem 39 anos de idade e trabalha no serviço de limpeza pública. Nascido na favela, Martins conta que não sente vergonha disso. Pelo contrário, se orgulha de ter enfrentado as dificuldades e ter se tornado um homem de bem, trabalhador e estudioso.

Junto com as memórias de uma infância cuja fome e pobreza reinaram, onde o preconceito se fez presente, Martins nos trouxe memórias de luta. Ele foi um dos integrantes da associação de moradores que lutavam pela remoção dos moradores da Cachoeira. Contou com empolgação os embates discursivos entre ele e líderes do poder público, de como a comissão da qual ele fez parte lutou para que a mudança daquelas pessoas fosse possível. Em sua casa, Martins me mostrou seus livros, falou de sua

trajetória para estudar e ser aluno do curso de direito de uma universidade particular de Campina Grande, falou de sua inserção na política, dos sonhos de infância e dos sonhos que ainda tem para realizar, da educação de seus filhos e de como tudo isso é fruto do aprendizado que teve na Favela da Cachoeira. Segundo ele, *“foi uma experiência que eu vivi que me deu uma maturidade muito grande. Hoje eu sei o que é viver”*.

De todos os colaboradores, a exposição de sua memória pareceu a mais consciente e menos emotiva. Me disse que hoje, tendo conquistado a condição de morar num bairro com condições mais dignas de viver, a motivação foi que fez com que ele e os demais moradores da favela estivessem naquele lugar. E essa motivação perdura e faz a diferença em suas vidas.

Em 03 de março de 2012, subi os degraus inclinados de um primeiro andar para encontrar dona Floripa Martins da Silva, viúva de 77 anos. Dona Floripa estava na varanda, queixando-se do calor que fazia àquela altura do dia, enquanto recolhia pedaços de tecido que desfiava com uma faca de serra. Embora tenha ido a sua casa para pesquisar sobre sua experiência de vida na favela da Cachoeira, minhas primeiras indagações foram sobre a atividade que ela estava desenvolvendo. Não sabia para que servia os fios que ela retirava dos tecidos que desmanchava. Imediatamente lembrei do senhor Bino e de como, sem querer, a gente descobre o quanto nosso conhecimento pode se expandir, em situações jamais imaginadas. À moça estudada, mas aprendiz, foi explicado com um sorriso *“Oxe, muher, é pra fazer bucha de lavar carro, de dar polimento”*. As mãos calejadas de dona Floripa desfiavam o tecido das buchas de lavar os carros de pessoas que provavelmente nunca sequer vão conhecer alguém que faça esse tipo de trabalho.

Eu conheci dona Floripa. Mulher forte, alta, veio para Campina depois que se separou do marido em Galante. Trabalhava na agricultura, mas em Campina, tendo que alimentar seus filhos, passou a trabalhar numa pedreira, na difícil tarefa de quebrar pedras todos os dias, o dia inteiro. Dona Floripa, assim como Dona Macária, de quem falarei em breve, foi uma das primeiras pessoas a ocupar a favela da Cachoeira. Recebeu a ordem de ocupar um pedaço daquele chão em fins de 1959, por ordem do prefeito Severino Cabral.

Floripa enfatizou durante toda sua narração o sofrimento por que passou em sua vida, de como a igreja foi importante para ajudar a construir sua casa e a educar seus filhos, de como foi difícil quebrar pedra e pedir esmolas para alimentar as crianças, de como foi difícil acompanhar a morte de entes queridos e ter que continuar lutando.

Desfiando tecido, Floripa desfiava sua história. Conta que mesmo tendo uma vida difícil, gostava da favela e sente saudades de lá. Recorda sua plantação de bananeira, seus animais, a rua larga, o córrego, aquilo que para ela tinha valor e lá ficou. Diz que tem muitos benefícios em morar no Glória, sua casa é boa, não tem dificuldades para se transportar de um lugar a outro, mas que o lugar é quente e não tem a beleza da favela. Afirma categoricamente que se pudesse voltaria a morar na Cachoeira. Dona Floripa é puro sentimento, nas suas veias ainda pulsa toda uma trajetória de vida. Desci aquelas escadas, depois da entrevista, grata a Floripa por dividir comigo suas memórias, e admirando a força daquela mulher.

Já no fim da tarde do dia 03 de março de 2012, conheci Dona Macária dos Santos, viúva, de 95 anos de idade, mais conhecida no bairro como Dona Nina. Desde minhas primeiras visitas ao Glória, quando procurava as pessoas dispostas a relatar suas memórias da Cachoeira, eu ouvia as pessoas falarem que bom mesmo era se eu conversasse com dona Nina, pois ela era a moradora mais antiga da Cachoeira, acompanhou a ocupação das pessoas, acompanhou as mudanças ocorridas lá, a instalação de energia elétrica e água, logo, teria muito o que me contar.

Me animei com a possibilidade de entrevistar essa mulher, no entanto, fui advertida por todos que não conseguiria conversar com ela, pois a senhorinha estava muito debilitada pela doença e pelo cansaço de 95 anos idos. Perdi boa parte da minha esperança em entrevistar aquela mulher. Na tarde do dia 03, quando passava pela rua de Daniela, a encontrei na porta e fui cumprimentá-la. Falei para Daniela que estava vindo da casa de Floripa, e que ela tinha me ajudado bastante. Perguntei como andava dona Nina, se estava bem de saúde ou continuava debilitada. Daniela disse que não tinha notícias recentes da senhora e perguntou se eu queria acompanhá-la até a casa dela, só para conhecê-la, ver a pessoa mais popular da comunidade. E assim foi feito.

Quando chegamos à casa de dona Nina, fomos recebidas por sua neta, Francilene. Daniela me apresentou, e eu disse que desejava conversar com Nina, se fosse possível, de modo informal, pois todos me diziam que ela era uma mulher muito importante na história da formação da Cachoeira. A neta dela prontamente permitiu, mas advertiu-me de que há apenas cinco meses ela havia sofrido um acidente vascular cerebral, e pediu que eu não me estendessem para que ela não se sentisse cansada, pois o estado de saúde dela requeria cuidados.

Nem pensei em seguir o roteiro minimamente formal das outras entrevistas depois que a vi. De dentro da casa, vinha dona Nina, andando lentamente com ajuda da

neta que a amparava pelo braço, enquanto Nina apoiava a outra mão na parede para não perder o equilíbrio. Sentamos no terraço de sua casa, ao lado de uma mesinha de doces que a neta de Nina vendia para aumentar a renda da família. Nina é uma senhorinha muito bela, com seus cabelos brancos, seus olhos azulados, óculos, e vestida de blusa branca bordada à mão. Parecia muito bem cuidada pela neta. Ela já não escutava bem, e sua fala também ficou prejudicada depois do AVC.

As palavras de Nina eram pouco inteligíveis, a neta dela vez por outra ajudava me explicando o que ela estava a dizer. Apenas perguntei como ela foi morar na Cachoeira e como era sua vida por lá. Devagarzinho ela me contou um pouco de sua história, livremente, sem que eu indagasse mais. Depois começou a se emocionar, chorou muito, e por precaução e cuidados com a sua saúde paramos a nossa conversa.

Nina morava em um barraco em José Pinheiro e depois que ficou viúva e com sete filhos pra cuidar, soube que a prefeitura cederia terrenos ali bem próximo de seu barraco. Pude ler em seus olhos a doçura da saudade que sentia. Saudade dos vizinhos, de quando era jovem e podia trabalhar, de seu trabalho na igreja junto ao clube de mães. Ao contrário de Floripa e de Ester, não gostaria voltar a morar na Cachoeira. A Cachoeira virou apenas um lugar para se lembrar, se sente realizada em morar no Glória. Depois de um abraço, me despedi de dona Nina, com promessas de voltar para tomar um café.

Foi uma experiência muito rica conhecer aquelas pessoas, ouvir suas memórias, conhecer suas práticas, conhecer a representação do mundo que elaboram para si e enunciam aos outros. A dinâmica das entrevistas tive um contexto e uma forma diferente de uma para outra, umas foram mais formais que outras, e muitas vezes tive que ampliar ou diminuir minha gama de questões dependendo daquilo que o colaborador me apresentava.

Não foi um trabalho fácil, afinal, era com as memórias de pessoas vivas que eu estava trabalhando. Gente de carne, osso, sentimentos, necessidades, paixões, anseios e luz próprias. O tempo delas era simultâneo ao meu.

Durante esse trabalho percebi o que distanciamento da fonte ou do objeto tem seus limites. O distanciamento se torna frágil e de repente somos tocados pela fonte. Certamente não concluía as entrevistas do mesmo modo como as iniciava. A firmeza da historiadora era tocada pela humildade, simplicidade, disposição e inteligência daquelas pessoas. Aprendi muito com elas, as devo muito. A forma que tenho de retribuir é

lidando com esses relatos orais de memória com o respeito e a fidelidade exigidos do trabalho do historiador para fabricar minha versão da história da Favela da Cachoeira.

CAPÍTULO I: A GÊNESE DO LUGAR HABITADO E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS.

Se fosse contar a história direitinho dos primeiros que entraram na Cachoeira até o dia em que saíram os primeiros, dava um livro desse tamanho!

Pedro José da Silva.

Essa fala é do senhor Pedro José da Silva, de 76 anos, ex morador da extinta Favela da Cachoeira. A história do senhor Pedro, assim como a de muitos outros habitantes daquela favela, é enredada com a história do projeto de ocupação da área, a partir dos anos de 1959. Ele nos diz:

“Isso aí eu não estou lembrado não, o ano, né. Agora como eu falo assim, sobre *a fundação da Cachoeira, que não foi invasão*. Eu vim depois, porque a primeira turma que foi pra lá foi o pessoal que não tinha casa e estava arranjado no colégio Anita Cabral, lá perto da maternidade. Da rua mesmo. Aí quando Severino Cabral foi prefeito tinha o projeto de construir o colégio. O prédio tava quase pronto, só faltava o acabamento. *Aí ele construiu dois galpões ali na Cachoeira e botou o pessoal que tinha no prédio botou lá na Cachoeira*. O terreno lá não era da prefeitura, era de Zé Adelino. Era um tenente do exército. Aí ele tinha aquela parte de terra ali e botaram o povo pra lá. *Daí por diante abriram espaço, abriram pra quem quisesse fazer casa lá podia. O prefeito mesmo autorizou o pessoal a fazer as casas. Dentro de uns dois ou três anos encheu ali de casa*. Quando eu cheguei pra lá já estava quase completa a Cachoeira. Agora não tinha água, não tinha luz, não tinha nada, era tudo no escuro.” (grifos nossos)

O senhor Pedro, na época com aproximadamente trinta anos, antes de morar em Campina Grande, veio de Alagoa Nova³⁵. Segundo ele, mudou-se daquela cidade por não ter um emprego certo, e via em Campina a possibilidade de trabalhar e proporcionar à sua família uma vida melhor e mais confortável do que a que estavam tendo no seu lugar de origem. Aqui passou a trabalhar de vigilante, profissão que desempenhou a vida toda e que sustentou sua esposa e dois filhos.

É interessante percebermos que no final da década de 1950, a profissão de vigilante, exercida pelo senhor Pedro, já se fazia necessária na cidade. Alguns jornais da época noticiavam em suas páginas a ação de bandidos procedentes de cidades e/ou

³⁵ Cidade situada a aproximadamente 25 km de Campina Grande.

distritos circunvizinhos atraídos pelo renome que desfrutava Campina Grande enquanto centro comercial, sendo assim lugar propício para o campo de atuações dos chamados “inimigos do alheio”. Para não ser vítima de furtos e terem suas casas arrombadas, tendo em vista o reduzido número de policiais na época, a população abastada fazia uso da função de vigilante já em fins da década de 1950 como uma medida particular de proteger seus bens³⁶.

Realmente Campina Grande atraía cada vez mais um grande número de migrantes da zona rural. No entanto, não podemos generalizar que essa inserção de forasteiros em nossa cidade se deu apenas por pessoas propensas a viver ameaçando a ordem pública. Muitos vieram em busca de empregos na cidade, pois a seca assolava suas regiões e viver da agricultura estava se tornando cada vez mais difícil. Temos registro de que em 1958 o então prefeito Elpídio de Almeida já apelava providências ao governo estadual e federal no sentido de amparar a população rural afetada pela seca para evitar o “êxodo e a debandada geral” (palavras do prefeito) de moradores da zona rural para a zona urbana de Campina Grande³⁷.

Refletindo sobre o que ora foi exposto, tentando compreender as possibilidades históricas que favoreceram aquele contexto campinense e ainda caminhando na contra-mão de estudos que concebem a cidade como algo abstrato ou homogêneo, buscamos perceber suas margens e sua diversidade social. Esse caminho teórico metodológico se diferencia daquele que boa parte da historiografia tradicional fez durante décadas, quando, através dela, grupos populares ou categorias profissionais diversas que compõem a classe trabalhadora perderam suas formas peculiares de aparecer e experimentar a cidade, e eram muitas vezes relegados ao silêncio ou perdiam seu sentido de humanidade dentro de conceitos e termos gerais.

Experimentar a cidade é algo que os grupos populares fazem com maestria. O espaço urbano é uma extensão da casa quando se abrem as portas para a rua. Assim a cidade é composta e vivenciada como uma polifonia de sons, de cores, formas, sabores, odores, lugar de práticas de trabalho, lazer, solidariedade e violência. Comungamos com a ideia de Raquel Rolnik quando afirma:

³⁶ Ver matéria publicada do Diário da Borborema de 05 de março de 1959. Disponível no acervo do arquivo do Museu Histórico de Campina Grande. Já na edição do dia 06 de março, este mesmo jornal veicula matéria de tentativa de assalto ao Convento das Clarissas, demonstrando quão periclitante estava a situação, pois nem um lugar relacionado ao sagrado e à religiosidade estava livre da ação dos marginais.

³⁷ Ver Semanário Oficial da Prefeitura Municipal de Campina Grande, administração do prefeito Elpídio de Almeida, em 24 de março de 1958, nº 119, ano III. A solicitação de providências por parte do prefeito aos poderes estadual e federal se repetem no semanário seguinte, de 32 de março de 1958, nº 120, ano III. Disponível no acervo do arquivo do Museu Histórico de Campina Grande.

As relações que os indivíduos estabelecem entre si configuram-se espacialmente. São processos de subjetivação individual e coletiva e não relações funcionais do tipo uso ou relações de uso: aqui lugar de morar; aqui lugar de trabalhar; aqui lugar de circular. Estas seriam relações puramente funcionais; só que a cidade não é isso. Para além delas existe todo um processo de significação, de percepção e de construção desta territorialidade. Então, uma rua, para além de ser um lugar onde se passa ou se deixa de passar, uma rua está carregada de história, está carregada de memória, está carregada de experiências que o sujeito teve, que o seu grupo teve e que a história de seu grupo naquele espaço teve³⁸

Assim, ao estudar Campina Grande, procuramos conhecer homens e mulheres que habitaram a cidade em períodos e situações específicas. Acreditamos que é possível pesquisar sobre a cidade investigando as experiências vivenciadas por seus moradores, tendo em vista que são eles quem forjaram e forjam a cidade, organizados em classes ou grupos sociais, pois, a cidade passa a existir enquanto tal quando os homens assim o determinam.

Sobre as nuances de nossa cidade, Fábio Gutemberg Bezerra Ramos de Sousa nos revela que desde os anos de 1920

Campina Grande aparecia em grande parte do discurso e da propaganda das elites, ambigualmente, como um lugar em franca expansão e cheio de mazelas, mas onde o progresso e a civilização deitavam raízes. Dissecar e esquadrihar a cidade, trazendo à tona sua diversidade, é mostrar também como as elites tentavam hierarquizar espaços e intervieram em territórios, buscando instituir valores que mantivessem o *status quo*, ou que modificassem apenas superficialmente para incorporar novos grupos e interesses. Mas significa também compreender como muitos moradores vão constituir outras tantas cartografias, burlando e ressignificando essa teia de valores e códigos que se lhes tentavam impor.³⁹

Pensando essas questões de lugares hierarquizados pela elite campinense e ressignificados pelos populares que emigravam para a cidade, voltemos à história contada pelo senhor Pedro acerca da formação da Favela da Cachoeira. Durante a gestão do então prefeito Severino Cabral, as ruas do entorno do Açude Velho, cujas casas pertenciam à parte da elite campinense – que já havia sido retirada do centro da cidade

³⁸ ROLNIK, Raquel, História urbana: história na cidade? In Cidade & História (org.) Ana Fernandes e Marco Aurélio A. de F. Gomes. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, ANPUR, 1992: 28.

³⁹ SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande - 1920-1945, Doutorado em História. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2001 p. 177-178.

graças à reforma urbanística de Vergniaud Wanderley na década de 1940, foram ocupadas por pessoas que imigravam da zona rural da Paraíba para Campina Grande em busca de obter uma melhoria na qualidade de vida.

No entanto, essa crescente onda de migração e a aglomeração de pessoas naquele local não demorou a causar incômodos às famílias abastadas que residiam nas imediações do local invadido. Sentindo-se ameaçada pelos populares que ali se estabeleciam, desenvolviam suas manifestações culturais e punham em prática um *modus vivendi* contrário à ética e aos padrões da elite campinense, essa mesma elite começou a pressionar às autoridades públicas para que algo fosse feito.

Tendo em jogo os poderes e as influências que eram peculiares a sua condição, o prefeito Severino Cabral desalojou os invasores daquela área cedendo para eles um terreno situado entre os bairros de José Pinheiro e Monte Castelo, varrendo aquelas pessoas do centro da cidade. O então prefeito estava tão empenhado em “solucionar” aquele caso, que além de ceder terreno aos “sem teto”, ainda ofereceu-lhes materiais de construção, como caibros, taipas e forquilhas, para que eles improvisassem pequenas moradias⁴⁰, incentivando assim sua permanência na nova área e garantindo que eles não voltassem a “pisar nos calos” da elite coligada. Estava assim marginalizando aquelas pessoas, mas não desagradando os interesses da elite local. O que o prefeito Severino Cabral fez foi “resolver um problema” criando outro, abrindo fronteiras de expansão urbana para o informal.

Sobre a ocupação das ruas de Campina por migrantes e desabrigados e a opinião da elite campinense acerca daquelas pessoas, já no final da década de 1950, Alarcon Agra do Ó nos diz:

Ora, as famílias tradicionais campinenses haviam desenvolvido durante longos anos noções mínimas do que seria a sua segurança e a paz social da sua cidade, e estes dois enunciados não estavam ligados de forma alguma àquela nova realidade de tantos rostos novos pelas ruas. Estes seres estranhos não se enquadravam nas molduras tradicionais da cidade – não podemos deixar de ressaltar que decerto a cidade pouco ou nada se enquadrava nas molduras destes homens,

⁴⁰ A legalidade desta ação do prefeito Severino Cabral pode ser questionável, tendo em vista que a população não recebeu outros amparos necessários, relacionados à saúde, saneamento básico ou cuidados urbanos na área da Cachoeira, no início de seu mandato. No entanto, em 31 de dezembro de 1959 ele lança a lei de nº 135 que autoriza a Fundação Municipal da Casa Popular. De acordo com a lei, e fundação tinha por finalidade construir ou adquirir residências do tipo popular na zona urbana ou rural de Campina Grande para venda ou locação à trabalhadores. O critério para o cidadão receber o benefício seria ter no mínimo 5 pessoas sob sua dependência, ter renda mensal inferior a dois salários mínimos e não ter moradia própria. Não conseguimos encontrar outras fontes que indicassem se a lei foi executada com sucesso. Ver Semanário Oficial, de 07 de maio de 1960, ano IV, nº 213, disponível no acervo do arquivo do Museu Histórico de Campina Grande.

exilados de si – eram facilmente rotulados como marginais, uma vez que seus hábitos pareceriam estranhos, difíceis de entender, impossíveis de reduzir às explicações habituais⁴¹.

O que aconteceu é que aquela área também foi usada como artifício político. Quem procurasse a prefeitura em busca de um lugar para morar tinha aquela região indicada. Assim, a área chamada de Cachoeira, em função de uma pequena queda d'água onde desaguava o antigo Riacho das Piabas, foi rapidamente ocupada e expandida.

É importante atentar para uma frase proferida pelo Sr. Pedro. Ele nos diz que fala sobre a *fundação* da Cachoeira (“*Agora como eu falo assim, sobre a fundação da Cachoeira, que não foi invasão*”). Nosso personagem parece fazer questão em ressaltar o caráter de ocupação daquele espaço, um espaço que se diferenciava de outros lugares ocupados na periferia e/ou no centro da cidade. Um espaço *invadido* se caracterizava a partir do momento em que populares ocupavam a área de maneira irregular ou ilegal, sem autorização da administração pública. Segundo o senhor Pedro, a Cachoeira teria sido *fundada* pois os primeiros habitantes a se estabelecerem naquele local foram incentivados pelo então prefeito Severino Cabral a se instalarem naquela área (“*Daí por diante abriram espaço, abriram pra quem quisesse fazer casa lá podia. O prefeito mesmo autorizou o pessoal a fazer as casas*”). Se nosso depoente faz questão de enfatizar essa diferenciação entre um espaço que não foi invadido, mas sim, fundado, ocupado, construído, isso nos sinaliza o apoderamento de uma condição de uso da cidade e da construção de uma identidade que se pretende fundadora, amparada e acompanhada da legalidade, e não de uma identidade que poderia ser considerada marginal, ilegal ou degradante.

As ocupações irregulares, segundo Rodrigues (2003)⁴², tem um caráter muito específico, cada uma delas tem suas próprias características, podendo ser praticadas em grupo, por movimentos organizados, ou de forma individual e gradual. Ainda podem ter um caráter político maior, visando não somente a solução de uma necessidade, mas a realização de um ato que represente a necessidade de reestruturação das políticas de habitação no estado⁴³.

⁴¹ AGRA DO Ó, Alarcon, Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de cidades - Campina Grande. Campina Grande: EDUFCG, 2006. P.51

⁴² RODRIGUES, Arlete Moysés Rodrigues. Moradia nas cidades brasileiras. 10ª Edição São Paulo: Contexto, 2003.

⁴³ A partir do final da década de 1960 até a década de 1980, Campina Grande passa por outras experiências de luta por moradias, como foi o caso da formação dos bairros do Pedregal e Malvinas.

Cada um dos nossos depoentes dá sua versão sobre a chegada àquele local. Dona Macária lembra, com seus 95 anos, impressões de um novo lugar. Aquela senhorinha nasceu em Campina Grande, e antes de morar na Cachoeira, vivia numa barraca no bairro de José Pinheiro. Após a morte do marido, ela e seus sete filhos, sendo que um desses ela contava na barriga, foi pedir a ajuda do prefeito “pai dos pobres”. Sendo atendida, construiu sua casa de taipa com a ajuda dos vizinhos.

“Foi aquele menino, Severino Cabral. Deu aos pobres todos. O meu foi um ranchinho lá embaixo, no pé da ladeira. Quando eu cheguei, os outros chegaram, era um matão, foi tudo derrubando os matos pra fazer as casinhas. O povo todinho que não tinha casa nem podia pagar aluguel ele deu terra lá. Deu telha, deu tudo, a gente foi pra lá. Era muito bonito. A gente foi fazer a casa lá, de madeira, de barro, ia enchendo. Tinha gente que forrava de plástico. Com qualquer coisa fazia o rancho”. (grifos nossos)

Severino Cabral, na intenção de estabelecer uma plataforma de governo que atendesse a todos, ricos e pobres, indistintamente utilizou-se do assistencialismo para construir a imagem de prefeito de todos, de bom político, de “pai dos pobres”⁴⁴. De fato, Severino Cabral parecia ter dois perfis que se complementavam: O assistencialista, amigo do povo, e o Cabral “rico”, amigo da elite, aquela responsável por seguir com o progresso e desenvolvimento que caberia a uma cidade como Campina Grande. A atuação política e assistencialista de Cabral não se restringia apenas aos limites da prefeitura. Nossos depoentes nos dizem que aquele “homem bom” atendia à população até em sua casa, lugar que deveria ser reservado para o sossego e privacidade da família do prefeito. Segundo dona Macária dos Santos *“Quem chegava na casa dele ele dava uma coisinha. Eu tirava um dia da semana, que eu trabalhava lavando roupa, tirava um dia e ia lá na casa dele e na prefeitura”*. Dona Macária aumentava a fila dos populares que iam pedir ajuda ao “bom prefeito”.

Chamamos a atenção do leitor para o lugar do qual fala dona Macária. Pensando sua colocação, parece que o tempo passou apenas para ela, que fala do lugar de quem tem 95 anos e hoje mora em um lugar distante no tempo e no espaço de onde morava à época da administração de Cabral, quando se refere a Cabral como um menino (*“aquele menino, Severino Cabral”*). Isso demonstra como ela tinha e manteve uma simpatia não

⁴⁴ Sobre o projeto de governo de Severino Cabral, ver: AGRA DO Ó, Alarcon, Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de cidades - Campina Grande. Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

só pelo lugar oferecido para morar, que segundo ela “*era muito bonito*”, mas pela figura do político também, cristalizada como a de um jovem benfeitor.

Percebemos no relato da senhora Macária a diferença entre o tempo da memória e o tempo da história. Existe um intervalo na temporalidade transcorrida entre o tempo do acontecimento vivido e o tempo do acontecimento lembrado e narrado. Este intervalo abriga nuances que devem ser observadas pelo historiador. A pessoa que lembra e narra amadureceu durante esse intervalo. Ela vai reelaborando o que viveu durante o tempo transcorrido, e esta reelaboração abriga julgamentos, ressignificações, reinterpretções que são resultado das influências sofridas e das experiências vivenciadas por quem rememora com as características do tempo e do lugar social que ocupa no momento em que narra. O indivíduo que narra, como no caso de Dona Macária, o faz não só expondo aquilo que está em sua memória pessoal, mas também o que foi preservado em uma memória coletiva, memória social. Assim, a memória individual se funde com a memória social, embora ambas sejam categorias diferentes, assim como nos relatos que são apresentados o tempo da memória se funde com o tempo da história⁴⁵.

Outra colocação de Dona Macária que nos chamou atenção foi “*era um matão, foi tudo derrubando os matos pra fazer as casinhas*”. Esse movimento de limpar a área, capinar, para então erguer a casa, foi um movimento feito pelos futuros moradores, não pela prefeitura. Percebemos que não houve cuidados mínimos com o saneamento e a instalação de elementos urbanos por mais simples que fossem. As casas iam sendo construídas precariamente, inclusive com plásticos (“*Tinha gente que forrava de plástico. (...) Com qualquer coisa fazia o rancho*”). Isso corrobora a hipótese de que aquelas pessoas foram alojadas ali e jogadas à própria sorte para habitar um espaço que era muito mais natural (no sentido da topografia, pelas encostas, pela cachoeira e pela vegetação) que urbano, mesmo se localizando entre bairros que já contavam com infraestrutura melhor organizada.

Contemporânea de Macária na Favela da Cachoeira, Dona Floripa Martins da Silva nos fala com entusiasmo

“Ave Maria, mulher... *Severino Cabral foi um prefeito muito bom! Ajudou muita gente, muita! Mas o povo pedia a Severino Cabral e ele dava. Severino Cabral ia lá no galpão, vez e quando ele ia lá visitar o povo, ver as coisas. Mas o povo daquele tempo já morreu tudinho, outros se mudaram. Era bom lá naquele tempo. Foi o melhor prefeito*

⁴⁵ Sobre memória individual e coletiva, ver HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

pro pobres. Era muita pobreza, muita gente a pedir pra ele. Acho que ele só me deu o terreno porque eu não pedi mais coisa. Eu era muito vergonhosa. Gente de sítio é matuto. Mas fui pra igreja e o padre arranhou.” (grifos nossos)

Como diz ela mesma, gente de sítio, dona Floripa morava em Galante⁴⁶ e ao se casar foi morar em Queimadas⁴⁷ com marido e sete filhos. Viviam da agricultura. A própria Floripa tinha habilidades com o plantio e colheita. Depois de abandonada pelo marido, Floripa resolveu vir tentar a vida em Campina Grande, ficando na companhia de uma irmã e trabalhando numa pedreira para garantir alimento para os seus. Quando soube que o prefeito estava doando terreno e material, Floripa cuidou em buscar ajuda. No entanto, essa ajuda foi mediada pela Igreja⁴⁸. Cabral doou o terreno, e o padre ajudou na construção da casa. A fala de Floripa nos indica que essa associação de projetos assistencialistas da prefeitura e da igreja podia ser vantajosa para todos: a igreja angariava fies, Cabral angariava votos e Floripa angariava meios de ter um teto para ela e seus sete filhos.

“Trabalhava na agricultura, no roçado. Aí vim parar em Campina com os filhos. Tinha sete filhos na época. Fiquei um tempo na casa de uma irmã. Essa irmã já morreu. Aí foi no tempo que Severino Cabral estava dando essas casas. Ele dava o terreno e tinha gente que ele dava um galpão pro povo, e dava os troços. Mas eu mesmo só ganhei dele o chão. Ah, minha filha, foi muito sofrimento... Severino Cabral me deu o chão, mas a casa foi o padre que me deu. O padre lá de José Pinheiro. Ah, me esqueci o nome do padre. Ele me viu com meus sete filhos. E eu ia pra igreja. Nesse tempo eu quebrava pedra, trabalhava numa pedreira aqui em Campina, aí quebrei o braço. Aí eu fui pra igreja. O padre viu essa situação e comprou uma casinha pra mim, mandou fazer. Aí eu fui pra Cachoeira. Severino Cabral me deu o terreno e o padre construiu minha casa. (grifos nossos)

Segundo Josefa Lúcia Jordão de Souza a doação de terrenos, material de construção e da casa toda ficou reconhecida como uma das características mais marcantes da assistência desenvolvida por Cabral em sua trajetória política e consolidou o reconhecimento de Cabral como o “pai dos pobres”. No entanto, Souza não nos deixa claro em que medida esse assistencialismo era feito com recursos da prefeitura e em que

⁴⁶ Situada a aproximadamente 27 km de Campina Grande.

⁴⁷ Localizada a aproximadamente 14 km de Campina Grande.

⁴⁸ Temos a informação que desde a década de 1940 a Igreja já atuava em favelas no sudeste do país, criando inclusive no Rio de Janeiro a Pastoral das Favelas. Em Campina Grande observamos a intervenção da Igreja junto às favelas a partir da década de 1960. Para mais informações sobre o trabalho das Igrejas nas favelas do país, ver: VALLA, Victor Vincent (org.) Educação e Favela: políticas para as favelas do rio de Janeiro (1940 – 1985). Vozes: Petrópolis, 1986.

medida era feito com recursos pessoais do prefeito. Segundo ela, nesse sentido, o dinheiro e ação pública e privada se confundiam tanto que estabelecer esses limites com clareza não foi tarefa fácil.⁴⁹ Em 1962 Severino Cabral legaliza, através de projeto de lei, a doação de terrenos pela prefeitura para pessoas carentes.

Nº 46/63. Fica autorizado a fazer doações de terrenos para construção de casas residenciais de pessoas reconhecidamente pobres, que não possuem residência própria, nas sedes dos distritos onde existam terrenos da prefeitura. Art. 2 – fica igualmente doado aos funcionários municipais que as ocupem. Art. 3 – Na sede municipal, onde houver casas construídas em terrenos do município, uma vez reconhecido o estado de pobreza dos proprietários das mesmas fica igualmente o prefeito a fazer doação do terreno.⁵⁰

Severino Cabral, além de ocupar um lugar de poder, também tinha a visibilidade proporcionada por este lugar, tanto na mídia quanto nos mais variados espaços públicos. Com esta reflexão quero chamar atenção para a memória de dona Floripa acerca dos responsáveis pela sua casa na Cachoeira: o prefeito e o padre. Floripa lembra, com uma certa riqueza de detalhes, o contexto que propiciou o recebimento de seu terreno e o responsável por doá-lo (o prefeito), mas não lembra o nome do padre que efetivamente foi o responsável pelo seu teto. O padre também era homem público e exercia um poder sobre uma parte da sociedade, mas, por esse poder ter uma visibilidade e uma escala bem menor que a do prefeito, ele não permaneceu nas memórias de Floripa, mesmo ele também tendo sido o responsável pela alfabetização dos filhos de Floripa, que iam para a igreja aprender a ler as sagradas escrituras. Isso nos mostra o quanto a nossa memória estabelece mecanismos de seleção para aquilo que deve ser lembrado e aquilo que pode ser esquecido, mecanismos esses balizados pela experiência de vida dos sujeitos, experimentada numa escala individual ou coletiva. Cabral fazia parte da escala coletiva, provavelmente isso fez com que Floripa lembrasse dele com maior facilidade.

Segundo Souza (1988)

“a gestão de Severino Cabral parece ter sido um momento em que o povo encontrou no prefeito um guardião, intérprete, porta-voz e

⁴⁹ SOUZA, Josefa Lúcia Jordão de. Agradando a Deus e ao Diabo – um estudo sobre a gestão Severino Cabral (Campina Grande – 1959-1963) Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado em Sociologia Rural do Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1988.

⁵⁰ Extraído do livro de projetos de lei do arquivo municipal da câmara de campina grande, 1962

realizador de obras, tornando-se difícil, portanto, cobrar desse prefeito as defasagens dos serviços de infraestrutura da cidade.⁵¹

Em outras palavras, o prefeito atendia a necessidade imediata do pobre, mas não o retirava de sua condição de pobreza, assim a cidade era gestada de forma a maquiagem as desigualdades sociais ressaltando os ares de mudança e transformação pretendidos pela elite Campinense. Neste sentido, Alarcon Agra do Ó nos diz que

Mesmo num instante em que a imagem social da cidade era tecida com os fios da mudança e da transformação, havia nós da trama que impossibilitavam a plena democratização de seus sucessos. Havia figuras que eram colocadas no tecido apenas para figurar nas suas margens, para representar formas marginais de existência. A tapeçaria em que a cidade se transformava não parecia suportar a pluralidade: o tecido se esgarçaria se todos a ele tivessem o acesso da figuração; daí, cumpria mutilar muitos, abrindo espaço para poucos.⁵²

Assim, abrindo espaço, limpando a paisagem das portas e janelas da elite, a administração municipal tira da cena principal aqueles migrantes e moradores de ruas. São indicados a habitar a área da Cachoeira, lugar até então sem nome, até então impraticado ao qual foram atribuídos sentidos diversos ao longo do tempo.

Quando o lugar é resignificado

É importante atentar para o fato de que neste primeiro momento de ocupação da Cachoeira, o lugar ainda não era visto como favela, apenas como periferia. Os seus primeiros habitantes ainda não tinham criado para si ou aceitado seu lugar de morada enquanto favela. A invenção deste espaço periférico enquanto favela só veio ser dada à perceber a partir da crise de moradia que assolou a cidade, considerada de porte médio, a partir da década de 1970.

Para que possamos entender como e quando começam a surgir as favelas em Campina Grande, faz-se necessário compreendermos o seu processo de urbanização, levando-se em consideração os períodos de expansão do núcleo urbano.

⁵¹ SOUZA, Josefa Lúcia Jordão de. Agradando a Deus e ao Diabo – um estudo sobre a gestão Severino Cabral (Campina Grande – 1959-1963) Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado em Sociologia Rural do Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1988. P.96

⁵² AGRA DO Ó, Alarcon, Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de cidades - Campina Grande. Campina Grande: EDUFCEG, 2006. P.19

Cada período histórico constitui particularidades que são expressas nas formas, nas estruturas e nas funções exercidas por determinada cidade. Sabe-se, também, que cada cidade é produzida a partir de intencionalidades que partem de fenômenos direcionados da escala global, como também de forças produzidas localmente. Assim, o espaço urbano que mais nos interessa como ponto de partida se localiza no final da década de 1950, quando começa o processo de formação da Favela da Cachoeira.

Campina Grande, assim como outras cidades brasileiras, compreendeu uma camada pobre da população no seu espaço urbano, à medida que este começou a se urbanizar. A urbanização se deu nesta cidade especialmente com a chegada do sistema de abastecimento de água, de energia, de esgoto, bem como, com a concentração de serviços, públicos e privados, que, por conseguinte, acarretaram um adensamento populacional. Partindo do pressuposto de que o processo é o permanente devir, então, o propósito de entender a periferização em Campina Grande, assim como estudar o espaço urbano é um grande desafio, na medida em que constituem processos em movimentos.

A partir do final da década de 1940 e início de 1950, Campina Grande passa por uma significativa urbanização e expansão, favorecida pelo crescimento econômico e populacional, o qual deu-se, sobretudo, por causa da produção do algodão em larga escala. O aumento desta produção no interior paraibano atraiu capital para a cidade, que passou a ser implementado na construção das primeiras indústrias; na disponibilização dos serviços como cinemas, colégios, luz elétrica, abastecimento de água e esgoto e na implantação da linha férrea na cidade. Todos estes aparatos técnicos vão promover uma maior dilatação da cidade para além do centro tradicional.

Assim, estabelece-se uma diferenciação urbana entre centro e periferia, a qual passa a se constituir a partir dos subúrbios. A área central transforma-se em uma paisagem com ares mais modernos. Desse modo, o centro começa a se tornar uma área valorizada e destinada ao comércio e à elite da cidade. Em contrapartida, tem-se a ocupação de novas áreas destinadas às pessoas retiradas do centro e aos migrantes de outras cidades. A população pobre começava a ocupar os bairros periféricos que iam surgindo. Assim, foram se formando bairros finos e bairros baixos, bairros comerciais, de trabalhadores morigerados, de homens de bem e bairros ambíguos, suspeitos⁵³.

⁵³ Ver SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. Território de Confrontos: Campina Grande (1920-1945). Campina Grande: EDUFPG, 2006, p.121

Deste modo, como no restante do país, o início da favelização em Campina Grande está associado ao crescimento populacional e ao êxodo rural em direção aos centros urbanos provocado pela busca da melhoria de vida e pela ausência de uma política agrária. Assim, segundo Lúcio Kowarick⁵⁴, que estudando as condições de pobreza e favelização da cidade de São Paulo nos apontou a possibilidade de ler a nossa cidade na mesma perspectiva, para boa parte população migrante a favelização foi um expediente necessário para sobreviver na cidade.

Campina Grande, como cidade de destaque na região nordeste, possuiu um poder de concentração de pessoas oriundas das cidades pequenas de sua área de influência, que a procuravam em busca do comércio e dos serviços. Verifica-se que desde a década de 1940 a cidade já possuía uma aglomeração considerável de mais de 20.000 habitantes e 8.838 casas na cidade⁵⁵.

A partir do que foi exposto, algumas questões nos inquietam: existe um tamanho populacional que possibilite a uma parcela de “excluídos” tornarem-se visíveis no espaço urbano? Existe um determinado número de pessoas pobres que são suficientes para que a favela apareça como um problema urbano? Verificamos que os autores que tratam de favelização sempre estabelecem uma relação entre o crescimento da cidade com o surgimento de áreas precárias e periféricas.

Milton Santos⁵⁶ ajuda a esclarecer os nossos questionamentos, ao explicar o processo de urbanização brasileiro. Ao longo do século, especialmente nos períodos mais recentes, o processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com o da pobreza, cujo *locus* passa a ser, cada vez mais, a cidade. O campo brasileiro moderno afasta os pobres, e os trabalhadores da agricultura capitalizada vivem cada vez mais nos espaços urbanos. E ainda nos diz que

A extrema privação em que vivem atualmente milhões de indivíduos é objeto de copiosa literatura. A pobreza urbana – ou melhor, os aspectos da pobreza vinculados à urbanização - alimentou-se de uma atividade intelectual infatigável. Mas as investigações simplistas ou falsas a respeito do que é pobreza e como ela é criada, como funciona e evolui continuam sendo o verdadeiro problema⁵⁷.

⁵⁴ KOWARICK, Lucio. Usos e abusos: reflexões sobre as metamorfoses do trabalho. In: Cidade: Usos e abusos. KOWARICK, Lucio (org.) São Paulo, Editora Brasiliense, 1978.

⁵⁵ Ver SILVA FILHO, Lino Gomes da. Síntese Histórica de Campina Grande 1670 – 1963. João Pessoa-PB: Editora Grafset, 2005, p. 168

⁵⁶ SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1993.

⁵⁷ SANTOS, Milton. Pobreza urbana. São Paulo: editora Hucitec, 1979, p. 11 – 12.

Também sentimos a necessidade de destacar, como as favelas, são definidas e caracterizadas atualmente pelos estudiosos que se debruçam sobre a problemática da falta de moradia, da espoliação urbana, da segregação espacial e da periferização das cidades. Encontramos diversas designações atribuídas às favelas, utilizadas pela mídia ou mesmo em alguns textos jornalísticos. Dentre essas denominações encontradas em textos diversos, Arlete Moysés Rodrigues⁵⁸, cita alguns bastante pejorativos, como invasões de terras alheias, apropriação indevida de vazios urbanos, câncer urbano. O termo favela é definido por algumas instituições oficiais. O IBGE utiliza o termo “aglomerados subnormais” para o conjunto de habitações precárias a partir de 50 domicílios, sem infraestrutura urbana e sem regularização fundiária. Embora seja empregado em muitas pesquisas e seja de grande proveito, essa terminologia possui certa limitação, na medida que se estabelece um número preciso de habitações necessário para constituir um aglomerado subnormal, podendo limitar a representação da realidade.

A despeito da concordância de ideias entre os autores que estudam e analisam as favelas e as ocupações irregulares, na literatura estudada, vale destacar, que a discussão em torno do que se define por favela nem sempre é concordante. Assim, como a produção do espaço não é semelhante em todos os lugares, a caracterização das favelas também não é. Analisando o espaço urbano brasileiro, podemos observar uma variação muito grande de condições e de caracterização dessas áreas.

No caso da favela em questão, a Favela da Cachoeira, sua formação teve um caráter diferenciado. Os sujeitos não ocuparam a área de forma espontânea, pelo contrário, a ocupação foi incentivada pelo governo municipal tentando afastar o problema que os populares migrantes representavam para a elite local. Na nova área aqueles populares tiveram que descobrir a cada dia formas inéditas e criativas de trabalho e de luta, buscando assim remediar suas dificuldades e necessidades num contexto em que não era de forma alguma estável a sociedade campinense.

Depois do exposto e de se pensar sobre as produções acadêmicas que versam sobre favelas, concordamos com Samuel Rodrigues de Oliveira quando observa que em história aquelas produções ainda são escassas, o que prejudica um debate na nossa área para um problema urbano construído historicamente que é tão evidente em nossa sociedade. Segundo o referido autor

⁵⁸ RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradia nas cidades brasileiras*. São Paulo: Contexto, 2003

O esforço analítico para problematizar o senso comum e ampliar a representação da favela tem recebido investimentos distintos dos vários campos das ciências humanas. Na bibliografia analítica sobre as favelas do Rio de Janeiro, Lícia Prado Valladares e Lídia Medeiros salientaram que apenas 3% do conjunto dos 668 títulos levantados pertenciam à disciplina história. A contribuição mais evidente era proveniente da sociologia urbana (19%), planejamento urbano/arquitetura (18%), antropologia urbana (14%) e as produções institucionais do poder público (9%). Ou seja, a história pouco tem contribuído, deixando de se apropriar de um dos objetos de pesquisa mais evidentes das ciências sociais no Brasil. O resultado disso é que as reflexões desenvolvidas no âmbito da historiografia ficam a margem de um debate, para o qual podem contribuir de forma decisiva, observando como alguns problemas enfrentados nesta bibliografia se constituíram em estruturas temporais e durações mais amplas⁵⁹.

Segundo Martha Lúcia Ribeiro de Araújo, para entendermos o contexto no qual foi possível originar-se aquelas ocupações, no final da década de 1940 e início da de 1950, a concentração da produção algodoeira contribui para expansão de outros setores comerciais em Campina Grande. O comércio, principalmente o atacadista, abastecia o sertão, o brejo e ainda destinava produtos para os estados vizinhos de Pernambuco e Rio Grande do Norte. Além disso foi possível o fluxo comercial com os grandes centros de Rio de Janeiro e São Paulo⁶⁰.

Em Campina Grande, a partir desse período verificamos também o aparecimento de agência bancárias. Instalaram-se o Banco Industrial de Campina Grande, Banco do Comércio de Campina Grande e o Banco do Povo. Empresas de aviação passam a operar no aeroporto local, observamos o aumento de entidades culturais e assistenciais, e ainda, o aumento considerável de casas comerciais. Depois do fim da segunda guerra mundial, instalaram-se e desenvolveram-se indústrias na cidade, o que proporcionou a formação de novos bairros, como a Prata, que seriam ocupados por industriais e comerciantes. Especialmente nesse contexto que se acentua também o processo de

⁵⁹ OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. Política Urbana e Movimento de Favelas em Belo Horizonte (1947-1964). In. *sÆculum - REVISTA DE HISTÓRIA* [24]; João Pessoa, jan./ jun. 2011. Sobre as autoras que Oliveira cita em seu texto, ver VALLADARES, Lícia do Prado & MEDEIROS, Lídia. *Pensando as favelas do Rio de Janeiro (1906- 2000): uma bibliografia analítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará /FAPERJ, 2003, p. 17. Outra obra de leitura indispensável é o livro *A Invenção da Favela de Lícia Valladares* (2005), onde a autora discute a construção das representações sociais sobre favela e favelados, e a evolução desses conceitos na produção científica brasileira. A autora caracteriza a evolução dos textos sobre favela com uma periodização ligada às experiências de intervenção no Rio de Janeiro dos anos de 1930 à 1990

⁶⁰ Ver ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro de. *Campina Grande; Poder local, mudança nacional (1945-1964)* Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural do Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1985.

concentração fundiária que obriga o homem do campo, sem terra, a procurar a cidade, o que em consequência contribui para um aumento populacional de 114% entre 1940 e 1950.⁶¹

Os moradores de Campina Grande, frente a essas mudanças e não fazendo ideia do que ainda iria ocorrer, viam-se obrigados a aprender a conviver em seus espaços de forma diferente, pois o uso que se fazia dele (o espaço) foi redefinido em função das ocupações, do aglomerado de pessoas, pelo desconforto. A imagem tradicional da cidade estava sendo modificada por homens que foram atraídos pela possibilidade de terem êxito em Campina. Assim, até mesmo as formas de sociabilidade e os códigos velados de convivência foram alterados. Uma outra forma de viver e de viveres se instaurava na cidade.

Quando o desenvolvimento do país parece atingir seu ponto máximo em 1960, atraindo inclusive indústrias automobilísticas, e politicamente passa por momentos de tensão com o golpe militar de 1964, Campina Grande recebe a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), implanta seu distrito industrial, mas perde para Recife o seu lugar de destaque enquanto polo comercial e perde para João Pessoa o primeiro lugar na economia do estado. Apesar disso, foi destaque no Estado como centro educacional com o desenvolvimento da Escola Politécnica, da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Regional do Nordeste e da construção do Teatro Municipal⁶², que levou o nome do prefeito Severino Cabral, aquele considerado “pai dos pobres” cujos filhos sequer tinham acesso aos benefícios desses equipamentos modernos de cultura.

Os “filhos de Cabral”, por exemplo, aqueles que foram atendidos com materiais de construção e um terreno à beira da cachoeira, quase não tiveram espaço nem na festa de comemoração do centenário da cidade. Antônio Clarindo Barbosa de Souza nos diz que a festa realizada em 1964, na administração do prefeito Williams Arruda, foi pensada e preparada por uma comissão designada para tal fim desde o ano de 1961, na administração de Severino Cabral. Nela, muita pompa, beleza, demonstração de civismo, a elite fazendo e acontecendo para marcar as páginas da história da cidade, e os

⁶¹ Ver SOUZA, Josefa Lúcia Jordão de. Agradando a Deus e ao Diabo – um estudo sobre a gestão Severino Cabral (Campina Grande – 1959-1963) Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado em Sociologia Rural do Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1988.

⁶² Ver FERNANDES, Silvana Torquato. Progresso e modernização em Campina Grande: Da época de ouro do algodão até a consolidação do setor educacional. In. SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa e DAMASCENO, Francisco José Gomes (orgs.) Cidades (Re)Inventadas: sujeito(s), fonte(s) e história(s) na Paraíba e no Ceará. Fortaleza/ Campina Grande, EDUECE/ EDUFCEG, 2010.

populares comemorando e contemplando o quanto podiam nas ruas, assistindo aos desfiles na Avenida Brasília e Açude Velho e indo aos bares nos bairros, já que as portas de clubes como o Campinense Clube, o Clube Médico Campestre, a AABB ou o Grêmio Recreativo dos Soldados e Sargentos do Exército não abriam suas portas para que eles, os populares, participassem do “grande baile de gala do centenário”⁶³.

A partir de então, nestas condições socioeconômicas colocadas acima, percebemos que Campina Grande passa cada vez mais a servir como instrumento de concentração urbano populacional, tendo seu comércio e localização geográfica como fortes atrativos. Nossa cidade nas décadas de 1970 e 1980 teve impulso demográfico tão grande quanto o observado entre 1940 e 1950. A cidade passou a ser considerada de porte médio e a crise de moradia passou a ser vista como fruto desse processo. No fim da década de 1970 seu espaço viário urbano também sofreu alterações, algumas ruas foram alargadas, enquanto outras ruas foram fechadas ao trânsito, formando assim os calçadões. O parque do Açude Novo também foi construído nessa época, observamos que assim que a preocupação com elementos modernos, de beleza estética e aspecto funcional, estava presente na ordem das preocupações dos administradores. Até mesmo a Igreja Matriz passou por essa reforma estética⁶⁴.

Ao longo dos anos, as administrações municipais que se sucederam, planejavam uma reforma urbana para a área da Cachoeira. Em 1973, por exemplo, a administração do interventor Luiz Motta Filho, lançou o projeto do Plano de Desenvolvimento Local Integrado⁶⁵, o PDLI, e dentre as medidas estavam a planificação e processo de urbanização da favela, com a infraestrutura necessária à higiene e mínimas condições de saneamento básico na área. Ruas seriam abertas, o terreno seria planificado, áreas de lazer seriam construídas, e a promessa era de que a Cachoeira fosse totalmente reformada e urbanizada. A imagem que o suplemento do jornal Diário da Borborema, de janeiro de 1973, traz ao público de como seria a favela depois do Plano de desenvolvimento seria a exposta a seguir.

⁶³ SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. O dia em que a cidade (quase) pertenceu a todos: O centenário de Campina Grande (1964). In. SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa e DAMASCENO, Francisco José Gomes (orgs.) Cidades (Re)Inventadas: sujeito(s), fonte(s) e história(s) na Paraíba e no Ceará. Fortaleza/ Campina Grande, EDUECE/ EDUFCEG, 2010.

⁶⁴ Ver FERNANDES, Silvana Torquato. Progresso e modernização em Campina Grande: Da época de ouro do algodão até a consolidação do setor educacional. In. SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa e DAMASCENO, Francisco José Gomes (orgs.) Cidades (Re)Inventadas: sujeito(s), fonte(s) e história(s) na Paraíba e no Ceará. Fortaleza/ Campina Grande, EDUECE/ EDUFCEG, 2010.

⁶⁵ Encontra-se mais detalhes no Suplemento “Campina Hoje: Trabalho, entusiasmo e ação”, publicado no Diário da Borborema de 31/01/ 1973, disponível no arquivo do Museu Histórico de nossa cidade.



Figura 3. Plano de reforma urbana para a área da Favela da Cachoeira, na Administração do interventor Luiz Motta Filho, em 1973. Imagem do suplemento do jornal Diário da Borborema.

O plano feito não chegou a concretizar-se. O que se observou foi a crescente e constante ocupação da área e marginalização dos indivíduos, o aumento da violência no lugar, usado por bandidos e traficantes que se refugiavam lá depois de atividades ilícitas, já que o acesso a determinadas áreas da favela era difícil à abordagem policial.

Os habitantes da Cachoeira viviam durante todos esses anos sob condições de sanitarismo precárias e ainda carregavam o estigma de favelados, marginais, assaltantes, vagabundos. Aquela favela podia ser considerada como um caldeirão de práticas culturais populares que se construía e se moldavam de acordo com as necessidades e os interesses de seus moradores. De acordo com as burlas necessárias para se viver sob aquelas condições e para se manter nas relações de poder construídas dentro e fora dela.

Neste contexto de marginalidade social, aos moradores da Cachoeira fora colocado pelas “autoridades competentes” (leia-se urbanistas, sanitaristas, responsáveis pela segurança pública e indicadores sociais no que tange à economia e qualidade de vida, e mesmo a própria imprensa), que o lugar tão verde, tão bonito, com tanta água e outrora aprazível, como era a região para Dona Floripa (*Não é por isso que eu achava que era bom! A natureza ali!*), era nomeado então como favela. Essa aceitação ou

tomada de consciência de que seu lugar era uma favela, portanto eles eram favelados, é colocada na fala de Elenilda como algo dado pela imprensa. Ela nos conta a partir de sua vivência, pelos idos da década de 1970:

“Pelo menos assim, no meu caso, eu vou falar da minha infância né, *na minha infância a gente não se sentia não... se sentia como um pobre comum que morava num bairro carente*, ta entendendo? A discriminação veio haver quando os tempos foram passando, já depois né. *Antes, na infância, como a gente não tinha tantos meios de comunicação, ta entendendo, as coisas eram normais*. Agora depois que foram aparecendo os meios de comunicação, como jornal, televisão, porque antes o meio de comunicação que a gente tinha era o correio, ali ninguém tinha uma televisão, era raro ter naquele tempo, tinha só o rádio mesmo, o radinho de pilha, *ai quando foi chegando os meios de comunicação, que as coisas foram evoluindo mais, ai a gente sentiu na pele, ai foi onde a gente chegou a ser favela. Foi como se tivesse caído a ficha*, depois que começaram a dizer da situação de lá, que a gente via os morros do Rio de Janeiro a gente foi vendo a situação daqui, foi comparando. *Tinhas umas coisas parecidas, assim, ladeira, morro, ai a gente mesmo se igualava a eles. Lá tem uma favela e é parecido, aqui também tem favela. E a violência aumentou né, que antes também não tinha, isso era coisa muito difícil, na minha infância era muito difícil*. Lá não tinha essas coisas de bala perdida, não tinha perigo do carro pegar até porque não tinha como, que não descia carro lá. Depois ficou muito difícil essa coisa de discriminação também. (grifos nossos)

Junto com a descrição do que é ser favela, a imprensa parece ter descortinado à Elenilda que junto disso estão carregados a violência, o preconceito e a discriminação. Podemos perceber, a partir dessa fala, a influência da mídia na construção da imagem do pobre e da estigmatização de determinados territórios.

Tal nomeação, dada a partir dos critérios já discutidos nas páginas anteriores, parece ter sido ao longo do tempo aceita pelos moradores. Em nenhuma das falas dos colaboradores percebemos uma relutância em aceitar aquele termo condicionante. Não identificamos em que momento preciso o lugar bonito de Floripa vira o lugar sujo e vigiado dos administradores públicos e temível pelas classes média e alta de Campina Grande. Entendemos que essa transição não foi brusca, mas construída e aceita com o passar dos anos. Tanto que a senhora Floripa diz *“Mas o povo chamava a gente de, como é... favelado. Mas nós éramos pobres mesmo né?”*. Já a senhora Juciléia dos Santos Nunes, quando falava sobre sua vivência pobre e a marginalização crescente no local, nos pergunta: *“porque tu sabe que lá era favela né?”*.



Figura 4. Nesta imagem a representação do lugar de Dona Floripa: a natureza, o verde, o córrego, “A natureza ali!”. Fotografia do acervo pessoal de José Martins.

Preocupados com o problema da migração e possível favelização em outras áreas da cidade o governo federal, em conjunto com a administração municipal, implantou dois grandes projetos na área de urbanização de Campina Grande ainda nos anos 1970 e início dos 1980. O primeiro foi o Programa Cidades de Porte Médio – PCPM, e o segundo o Projeto Comunidade Urbana para Renovação Acelerada – CURA. Vamos refletir rapidamente sobre esses dois programas⁶⁶.

Campina Grande já era considerada desde a década de 1950 uma cidade de porte médio. Por cidades médias, em linhas gerais, se consideram aquelas com mais de 50.000 habitantes. Desde os anos de 1960, Campina Grande já contava com mais de 100.000 habitantes, sendo contemplada assim pelo II PND, Plano Nacional de Desenvolvimento, programa federal cujas propostas eram realizar um ajuste estrutural na economia brasileira, revitalizar algumas cidades brasileiras de porte médio com a

⁶⁶ Ambos programas foram desenvolvidos da administração do então prefeito Enivaldo Ribeiro, que governou Campina Grande entre 1977 e 1982.

finalidade de estimular a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia. Em Campina Grande o projeto se deu nos anos de 1976 e 1977⁶⁷.

Já o projeto CURA tinha preocupações mais de ordem urbanística. Como o crescimento e expansão da malha urbana de Campina Grande se deram de forma espontânea e aleatória, o projeto se propunha orientar a expansão da cidade e incentivar a ocupação dos vazios. Foi pensado como base do Plano de Desenvolvimento Local Integrado, elaborado em 1972, e teve três etapas de execução, o CURA I, II e III⁶⁸.

O que se mostra curioso nesse ponto da pesquisa é que com todos esses projetos sendo executados pelas ruas da cidade, nenhum dos entrevistados rememorou ou fez qualquer tipo de referência a eles em suas falas. Ora, a cidade estava um verdadeiro canteiro de obras, revitalizar era a palavra de ordem do período, a maior parte daquelas pessoas circulavam pelas ruas atendidas pelo CURA, seja para ir ao trabalho ou em momentos de lazer, já que algumas ruas atendidas eram próximas da favela e a caminho do centro, então nos questionamos: a que se deve esse silêncio? Os projetos de urbanização simplesmente não foram notados por aqueles moradores da favela que foram entrevistados? Eles se sentiram à margem do projeto ou não sentiram que o plano urbanístico poderia beneficiá-los de alguma forma? A preocupação da ordem do dia deles eram os planos de ordenamento e embelezamento da cidade ou para o reduto habitacional em que eles estavam inseridos, no sentido de atender minimamente questões de saneamento básico, que eles não tinham? Essas questões suscitadas pelo

⁶⁷ Ver Cidades Médias do Brasil na Historiografia Contemporânea. Antônio Clarindo Barbosa de Souza, Luiz Felipe Falcão (orgs.) Campina Grande, EDUFCG, 2012.

⁶⁸ O CURA I permitiu a implantação de dois equipamentos urbanos de maior significação, o Centro Cultural e o Centro Comercial (Shopping Center de Campina Grande) na sua área de incidência. Possibilitou ainda a pavimentação das seguintes ruas e avenidas (pavimentação asfáltica): Almirante Barroso, Vigário Calixto, Rio de Janeiro, Pedro I, Paulo Frontin, Sebastião Donato, todo o contorno do Açude Velho, compreendendo as ruas Almeida Barreto, João Moura, Siqueira Campos, Independência, Nilo Peçanha, Quebra-Quilos, Campos Sales e Fernandes Vieira, Moisés Raia, Santo Antonio, Marinheira Agra e Avenida Dinâmica, uma avenida em faixa dupla, com canteiro central, de 70 metros. Além disso essas vias tiveram trabalhos de drenagem e iluminação. Foram igualmente implantados os Centros de Bairro de Catolé e de Santa Rosa. O CURA II compreendia a pavimentação e drenagem das seguintes ruas: conclusão da Floriano Peixoto, Marginal Leste, conclusão da Almeida Barreto, Osvaldo Cruz, José de Alencar. No CURA III foram contemplados os trabalhos de pavimentação, em asfalto, das ruas Apolônia Amorim, Manuel Tavares, Avenida das Nações e Nossa Senhora de Lourdes. E pavimentação em paralelepípedos das ruas: Avenida Canal, Manoel Elias de Castro, José do Ó, Estilac Leal, Adalto Travassos de Moura, Presidente Roosevelt, Estelita Cruz, Agamenon Magalhães, Floriano Peixoto (no sentido oeste), Salvino de Oliveira Neto, Silva Jardim, Santa Cecília, Sindolfo Montenegro, continuação da Nossa Senhora de Lourdes, Félix Carolino, Napoleão Laureano, Benedito Mota, Capitão Ademar Maia de Paiva, Conselheiro Paulo Aguiar Soares, Ordenez Trovão de Melo, Noberto Leal, Franklin Araújo, Monteiro Lobato, Paulo Araújo Soares, Vigário Virgínio, Manoel Elias de Araújo e Mauro Luna. E ainda na favela denominada "Buraco da Jia", duas rótulas, uma Avenida Canal com a rua Dr. Vasconcelos, e outra onde atualmente se situa o posto fiscal do Estado. Iluminação em toda área. Drenagem. Abrigos para pedestres nas linhas de transporte coletivo. Disponível em: http://www.enivaldoribeiro.com/p/prefeito_13.html, acessado em 01/10/2012.

silêncio dos entrevistados ficaram ainda sem respostas que amenizem as inquietações causadas.

Apesar dos investimentos feitos, esses programas acima citados não asseguraram o sucesso contra a crise econômica no município, tampouco foram suficientes para minimizar a degradação das condições sociais da vida urbana na periferia de Campina Grande, o que nos leva a crer que com o projeto de desapropriação da população excedente do centro da cidade, intensificou-se o processo de inchaço da periferia, pois a massa expulsa se direcionou a lugares inadequados à habitação humana. No caso específico de nossa pesquisa, este inchaço foi estimulado pelo próprio poder público, impondo à classe trabalhadora uma minúscula participação no mercado de trabalho formal, levando a maioria a transformar-se em autônomos, ambulantes, feirantes, biscateiros, etc.

Em 1980 observamos uma segunda investida em reformas urbanas, a exemplo da construção do Terminal Rodoviário Argemiro de Figueiredo e do Parque do Povo; a especulação imobiliária começa a crescer, cada vez mais se distinguem as áreas nobres das periféricas. Durante o correr dessas décadas, além dos espaços das elites, o espaço periférico de Campina se alterava. A Cachoeira dos primeiros ocupantes, que outrora tinha uma paisagem predominantemente natural, cujas alterações não passavam das poucas casas de taipa e de caminhos pelo mato abertos com foice, passou a ter algumas modificações. Elementos do moderno, e formas de organização necessárias para se viver na favela foram criadas pelos moradores com o auxílio da Igreja Católica e da Sociedade de Amigos de Bairro do bairro de José Pinheiro e com a intervenção de estagiários do curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba.

Segundo José Alves de Sousa, as investidas dos moradores, da igreja, da SAB e da UEPB, propiciaram no ano de 1984 “a primeira forma de organização popular da comunidade”: o Clube de Mães⁶⁹. Não havia ainda uma sede específica onde aquelas mulheres pudessem se reunir para discutir questões sobre as condições de moradia da comunidade, pensar em formas de reivindicar ao governo estruturas e aparatos que facilitassem e melhorassem o acesso as suas casas, à circulação dentro da favela e à comunicação com outros bairros da cidade. Geralmente aquelas reuniões eram feitas na igreja ou na SAB de José Pinheiro. Uma das conquistas que marcou o empenho do

⁶⁹ SOUSA, José Alves de. *Experiência de Trabalho Social em Favela: Favela da Cachoeira – Campina Grande, Paraíba*. Monografia apresentada ao curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 1990.

Clube de Mães e que trouxe uma série de benefícios para a comunidade, foi a instalação de um telefone público, em 1984.

A organização popular da comunidade cresceu ainda mais ao somar os esforços do Clube de Mães com a Associação dos Moradores da Comunidade, fundada em 1985. Os próprios moradores construíram a sede da sua associação no terreno aos fundos da Capela de São Lázaro, ligada à Paróquia da Igreja de São José, no bairro de José Pinheiro. Atentemos para o fato de que agora a influência da igreja se tornava mais latente devido à maior proximidade com o local das reuniões da associação e do clube de mães. A associação dos moradores reivindicara à prefeitura municipal melhoramentos das vias de acesso à Cachoeira, para melhor locomoção dos moradores da área em virtude do grande declive de sua topografia. Assim, foram construídas duas escadarias nas ruas de principal acesso aos bairros de Monte Castelo e José Pinheiro, a João Miguel da Costa e a Militão Marques. Também naquele ano, segundo Sousa, a população conquistou o benefício de receber diariamente do Governo Federal quatrocentos litros de leite pasteurizado. As mães cadastradas no programa recebiam trinta tickets por mês que seriam trocados por leite para assegurar parte da alimentação de suas famílias⁷⁰.

O senhor Pedro José, que há pouco nos contou suas versão sobre o que ele chama de fundação da Cachoeira, nos falou um pouco mais a respeito da formação da associação de moradores, do qual ele fazia parte:

Mas eu tenho que lhe contar a história, de quando eu fui presidente da associação de moradores lá. Eu fui o primeiro presidente da associação. Os fundadores fui eu, J. Alves, que foi vereador, mas na época ele era estudante de serviço social, ele não era formado ainda. Aí ele veio com essa ideia de formar uma associação, pra ver se a gente conseguia alguma coisa, né. Aí a gente formou a associação, registrou e tudo pra ver se conseguia alguma coisa. Mas o prefeito⁷¹ e o secretário sempre falaram que o problema dali a urbanização não resolvia, só resolvia se fosse remoção⁷².

⁷⁰ Ver Sousa (1990) p. 23.

⁷¹ Como o senhor Pedro nos fala de um período final da década de 1980, o prefeito era o senhor Ronaldo José da Cunha Lima, que governou a cidade de 1983 a 1989.

⁷² Sobre a ação do movimento comunitário na década de 1980, ver matéria intitulada Situação do Movimento Comunitário, publicada no Diário da Borborema de 11 de outubro de 1984, disponível no acervo do Arquivo Histórico de Campina Grande. Na matéria lemos que a partir do ano de 1982 o movimento comunitário consegue estabelecer uma relação de maior autonomia e credibilidade junto ao poder público, concretizados a nível de reuniões e seminários realizados periodicamente com representantes das entidades da administração local. Encontramos ainda informações sobre o papel das associações de bairro, de sua militância quanto à melhorias das condições de transportes públicos, quanto à melhoria da infraestrutura das ruas, do acesso indiscriminado à serviços de saúde, educação e moradia para os pobres e da elaboração de projetos culturais para a população. Não obstante, temos a denúncia dos

O senhor Pedro faz referência a José Alves de Sousa, morador do bairro de Monte Castelo. Enquanto fazia faculdade de Serviço Social e atuava na comunidade, José Alves foi eleito vereador, atuando na Cachoeira como estudante e político.

Quando perguntado sobre os sócios e o trabalho realizado pela associação, Pedro diz:

Eram dez na diretoria, mas eram cento e cinquenta e poucos sócios. O povo sempre participava, ia direitinho. *Tinha as vezes reunião fora, esses negócios de congresso, seminário, em João Pessoa tinha. Fomos em Brasília e no Rio de Janeiro. Participamos de congresso né. A gente falava de problema de água, de esgoto, de energia, que na época não tinha. O tema da reunião sempre era esse.* Se juntava os presidentes de SAB junto com a UCES e iam pra aqueles congressos em João Pessoa e a discussão era sobre moradia, sobre infraestrutura, essas coisas. *Eu fui pra Brasília em 88 e a gente já levou todo o projeto de tudo que a gente pedia, quando a gente foi pro Rio de Janeiro a mesma coisa. A gente se juntava tudinho, mas quando chegava lá o representante maior era o presidente da UCES, a gente era filiado a UCES e a UCES representava a gente, então a gente ia, quando chegava lá ia pro setor do congresso, que nem a gente foi, entregar um bocado de projeto a José Sarney, no tempo que ele era presidente. Aí subimos aquela rampa do palácio. Foi aquela fila de gente medonha lá, e o Presidente da UCES que na época era seu Lourival botou aquele monte de papel, o pacote assim de documento na mão de Zé Sarney assim. Da Cachoeira só tinha eu mesmo. Quem foi foi eu.* Agora das outras SAB's as vezes ia um, iam dois... de Monte Castelo foi, de Zé Pinheiro foi, e todas as SAB's, *tinha trinta e três SAB's na época, aí de cada uma ia um representante ou dois. Agora lá se reuniu dez mil pessoas, que era os representantes do Brasil todo. O movimento comunitário do Brasil todo se representou todinho lá. (grifos nossos)*

Mais uma vez nos deparamos com uma rica fala do senhor Pedro José, em que ele nos indica possibilidades de pensar a ação dos moradores da favela, ações de homem simples, ordinários, mas do quanto essas ações fazem parte de um conjunto rico de fatores que contribuíram para melhorias das condições de moradia de cidades do país inteiro. Mesmo que aqueles documentos, sobre favelas e bairros pobres de cidades brasileiras, entregues ao então presidente José Sarney, não tivessem sido suficientes para a ação do poder público dignificar a moradia da população, eles conseguiram, no mínimo, dar visibilidade a esse problema, dar visibilidade às reivindicações populares, dar visibilidade ao nosso Pedro José.

problemas financeiros que a o movimento enfrentava devido ao não pagamento das mensalidades dos associados.

É interessante pensar nas teias políticas que se formaram na Favela da Cachoeira quando da associação dos moradores. Homens simples teceram suas teias cobrando do poder público o que lhes era justo e necessário, consolidando assim cada vez mais sua consciência política e cidadã, tendo ciência e estabelecendo critérios para se criticar o cenário político nacional de então, momento tão conturbado em que José Sarney, eleito vice-presidente, foi empossado com a morte de Tancredo Neves, em abril de 1985, assumindo em caráter definitivo a presidência até 1990; momento em que o país passava por um processo de redemocratização após as dores de sucessivos governos ditatoriais comandados pelos militares; momento em que uma nova Constituição Federal estava sendo escrita.

Nesse contexto político, Pedro José sobe as escadarias da Favela da Cachoeira e embarca para subir a rampa do Planalto Central (ative menos íngreme e cansativo, tão diferente do que ele conhecia!), e encontrar com a maior autoridade política de então, o Presidente da República. Ali, naquele encontro, certamente o grande homem era Pedro José. Talvez ele nunca tivesse imaginado, ao sair das lavouras de Alagoa Nova, que isso, um dia, fosse possível acontecer.

Em 1990 a cidade serviu aos habitantes o Parque da Criança, o ginásio de esportes, o Museu Vivo da Ciência e Tecnologia, e serviu ainda para o restante do país e pro mundo suporte educacional e tecnológico através de suas universidades públicas, Universidade Federal de Campina Grande e Universidade Estadual da Paraíba.

Também nesta década, os moradores da Cachoeira tiveram investidas estruturais na favela. Na segunda administração do então prefeito Cássio Cunha Lima, em fins da década de 1990, houve um projeto de revitalização da área, que consistiu em transformar todas as casas que eram de barro ou taipa em casas de alvenaria. Segundo nos contam os entrevistados, o prefeito parecia empenhado em ajudar os moradores. O que deveria ser entendido como atribuição das atividades e obrigações legais de qualquer administrador público aparentemente se confundia com uma causa de interesse pessoal, filantropia. Talvez estratégia política para angariar votos. Em todo caso, o carisma e as palavras do prefeito, que dizia ter o desejo de remover as pessoas daquele local e só não o fazia pelos poucos recursos da prefeitura, reformou as casas dos populares. O senhor Severino Nunes, o Bino, nos relata:

pra começar ele disse “eu não posso tirar vocês que eu não sou governador, mas posso fazer o seguinte, fazer as casas”. As casas da

gente não era de barro? Ele fez de tijolo. Ele deu material, deu trabalhador pra ajeitar as casas da gente, quando a gente saiu de lá a casa já era de tijolo. Fez a melhoria dando material e mão de obra lá, tudo, tudo, tudo, deixou prontinho lá. Todas. Foi uma maravilha que Cássio fez.

Entretanto, parece que aquela maravilha relatada pelo senhor Severino Nunes não foi entendida assim por outros moradores. O senhor José Leonardo nos diz que houve falhas na construção das casas que comprometiam inclusive a sua estrutura, esta denúncia é feita com propriedade de quem trabalhou durante a maior parte da vida na construção civil. No entanto, como o prefeito era muito benquisto por todos, a culpa do serviço mal feito recaía apenas sobre a construtora, nunca era dividida com o administrador municipal.

E Cássio foi o único prefeito e governo que trabalhou mais pela gente. Ele mandou fazer as casas de alvenaria lá, mas a empresa não trabalhou como devia. Eu digo porque eu tava lá e sei. Eles marcavam o chão, botava uma cavadinha de terra, bem rásinha e construía. Não tinha quem segurasse. Tinha vez que a casa descia retinha. Por que? Era construída em cima da terra. Era serviço perdido. Aí no ano seguinte veio um engenheiro do Rio de Janeiro, aí ele disse que não tinha condição de fazer mais nada ali, não tinha como melhorar.



Figura 5. Nesta imagem, visão parcial da parte superior da favela, percebemos a revitalização das casas feitas pela prefeitura, outrora de taipa, agora de alvenaria. Fotografia do acervo pessoal de José Martins.

Segundo consta, essa foi a última tentativa de urbanização naquela área, e ficou bem marcada na memória daquelas pessoas a figura carismática que era a pessoa do prefeito, tido como benfeitor daquela comunidade, depois da figura do outrora prefeito Severino Cabral. Inclusive a associação entre essas duas personagens políticas se faz presente na voz de Dona Macária, quando diz *“Pra mim é Deus, nosso senhor, e Severino Cabral e Cássio. Eu gostava de Severino Cabral. Só não gosto mais de Severino Cabral porque ele morreu. Aí agora eu gosto mais de Cássio.”*

A discussão sobre a atuação política do então prefeito Cássio Cunha Lima na favela será retomada no terceiro capítulo, quando tratarmos do processo que culminou na remoção das famílias da favela da Cachoeira para o Bairro da Glória, no entanto é importante atentarmos desde já para a particularidade desse político na vida daqueles moradores. Segundo os entrevistados, nenhum outro político trabalhou tanto pela melhoria da qualidade de vida daquelas pessoas quanto Cássio Cunha Lima⁷³. Que pese sobre essa assertiva o fanatismo que as pessoas tinham pela sua figura carismática, e a antipatia que tinham por outros políticos que só apareciam para tomar ciência dos problemas da comunidade em épocas de campanha eleitoral. Segundo José Leonardo

em tempo de campanha é que eles chegavam. Depois de um tempo esquecia. Quando ia chegando a eleição se aproximava de novo. É que nem sapo, no calor não vem nenhum, mas dá uma chuva aparece meio mundo. Pois é desse jeito. Mas Cássio fez muito. Nem o pai dele fez daquele jeito⁷⁴. Só Cássio teve a coragem de tirar a gente de lá.

Os anos foram passando, as administrações municipais, estaduais e federais foram se sucedendo, a economia de Campina continuava atendendo aos caprichos da elite comercial, as migrações de pessoas que habitavam a zona rural para a zona urbana da cidade continuavam, embora em menor escala, e novas famílias foram ocupando

⁷³ Em que pese Campina Grande ter tido onze outros prefeitos entre a administração de Cabral e a de Cássio Cunha Lima. Por ordem de mandatos tivemos: Severino Bezerra Cabral, que governou de novembro de 1959 a novembro de 1963; Newton Rique, de novembro de 1963 a junho de 1964; João Jerônimo da Costa, de junho de 1964 a novembro de 1964; Williams de Souza Arruda, de novembro de 1964 a janeiro de 1969; Ronaldo Cunha Lima, de janeiro de 1969 a março de 1969; Orlando Augusto César Almeida, de março de 1969 a maio de 1969; Manoel Paz de Lima, de maio de 1969 a julho de 1970; Luiz Motta Filho, de julho de 1970 a janeiro de 1973; Evaldo Cavalcanti da Cruz, de 1973 a 1977; Enivaldo Ribeiro, de janeiro de 1977 a janeiro de 1983; Ronaldo Cunha Lima, de janeiro de 1983 a janeiro de 1989; Cássio Cunha Lima, de janeiro de 1989 a dezembro de 1992; Felix Araújo Filho, de janeiro de 1993 a dezembro de 1996; Cássio Cunha Lima, de janeiro de 1997 a abril de 2002; Cozete Barbosa Loureiro Garcia de Medeiros, de abril de 2002 a dezembro de 2004 e Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto, de janeiro de 2005 a dezembro de 2012.

⁷⁴ José Leonardo se refere a Ronaldo Cunha Lima, pai de Cássio Cunha Lima, prefeito da cidade por duas vezes.

aquele espaço para tentar sua vida em um novo lugar. Depois das Macárias, Floripas e Pedros, chegaram muitos outros. E é a experiência de chegada dessas pessoas que ora se apresenta.

As pessoas que apresentamos desenharam e narraram a cidade que construíram para si, o bairro e lugar de morada que construíram para si. Nas palavras de Antônio Torres Montenegro “as populações pobres, que vivem nas periferias das cidades, numa luta diária contra a falta de tudo, constroem suas representações, instituem um imaginário, perpassado também por essas experiências cotidianas⁷⁵”. A partir dessa construção podemos refletir sobre o urbano, cujos caracteres social, econômico, subjetivo e político se relacionam, onde a invenção e apropriação do espaço urbano pelas pessoas apresentadas refletem contradições e desigualdades na sociedade, mas os afirmam como sujeitos que criaram projetos de sobrevivência, interferindo no destino da cidade, mesmo que de formas discretas e aparentemente imperceptíveis.

Trazemos as palavras de Antônio Paulo Rezende quando nos diz que assim como a vida, a narrativa é arquitetada e desenhada por quem está no mundo:

As sociedades respondem às tensões que vão sendo construídas com sua capacidade de invenção. A nossa narrativa não esgota a multiplicidade nem tampouco firma determinações definitivas. Aceitar sua incompletude não é capitular diante da complexidade, mas compreender que o inesperado compõe a vida, cheia de arquiteturas que não passam de esboços indecisivos ou de traços assustados com os desafios do estar-no-mundo. O foco na história das cidades nos aproxima do contemporâneo e das práticas do cotidiano que nos cercam. As cidades visíveis e as invisíveis, onde o mundo não finda nunca e os sonhos estão sempre acordados, não esperam a noite para acontecer.⁷⁶

⁷⁵ MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 2007.

⁷⁶ REZENDE, Antônio Paulo. *Ruídos do Efêmero: histórias de dentro e de fora*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010

CAPÍTULO II – FORJANDO VIVÊNCIAS NA FAVELA

“Nossa forma ordinária de convivência é, no fundo, justamente o contrário da polidez.”
Sergio Buarque de Holanda

“E que do choque dessas palavras e dessas vidas nascesse para nós, ainda, um certo efeito misto de beleza e de terror”
(Michel Foucault)

*A favela nunca foi reduto de marginal
 Ela só tem gente humilde Marginalizada
 e essa verdade não sai no jornal
 A favela é um problema social
 Sim mas eu sou favela
 Posso falar de cadeira
 Minha gente é trabalhadeira
 Nunca teve assistência social
 Ela só vive lá
 Porque para o pobre, não tem outro jeito
 Apenas só tem o direito
 A um salário de fome e uma vida normal.
 A favela é um problema social
 (Bezerra da Silva)*

Até agora, narramos o que, ao nosso entender, foi a invenção/construção de um lugar, objeto de nossa atenção: a Favela da Cachoeira. Contamos a invenção deste lugar a partir de vozes de pessoas que contribuíram para que tal fenômeno fosse possível. Se compartilhamos a ideia de Certeau de que a cidade é um lugar praticado, então, os praticantes são também de extrema importância em nosso estudo.

Neste capítulo, vamos pensar a Cachoeira como lugar praticado por seus moradores. Lugar onde aquelas pessoas criaram vivências possíveis em um espaço aparentemente inóspito. Pensaremos o lugar a partir de seus moradores/ praticantes. Abordaremos as táticas usadas por aqueles populares para conviver de forma possível com falta de infraestrutura do lugar, com o risco de terem suas casas arrastadas pelas chuvas, com o preconceito e marginalização que a sociedade os atribuía, com a violência dentro e fora da favela, e com outras manifestações da cultura, como as formas de festejar, de expressar religiosidade, de estabelecer relações políticas, de trabalhar e usufruir seus direitos de cidadão.

Seria mais convencional abordar essas táticas dando ênfase a elas e não a quem as desenvolvia, no entanto, como indicado acima, faremos o movimento de enfatizar os relatos de experiências dos moradores daquele lugar. Se entendemos que o lugar era dado a conhecer porque era praticado de uma tal forma, então, quem nos fala são os

praticantes. A partir de seus relatos, refletiremos sobre as questões que eles nos apresentam.

Que Favela da Cachoeira eles construíram e consumiram? Quais imagens sobre a favela eles transmitiam e quais combatiam? Quais os sentidos de individual e coletivo/coletividade eles criaram para si sendo moradores daquele lugar e transitando por outros espaços da cidade tão distintos do seu?

Na epígrafe desse capítulo, trouxemos um trecho de uma canção de Bezerra da Silva, nascido em Recife e posteriormente migrante para o Rio de Janeiro, onde morou por muitos anos em favelas. Era recorrente em suas músicas o combate que ele fazia àquela imagem de favela enquanto um reduto de marginais ou enquanto o grande mau da sociedade. A favela era para ele oriunda de problemas sociais que vinham se desenvolvendo no país há tempos.

Percebemos brevemente que existe uma imagem de favela a ser mantida e outra a ser combatida, dependendo dos interesses e do ponto de vista de quem a mantém ou de quem a combate. Coloca-se em jogo relações de poder, de interesses, de conflitos entre os personagens da história.

Bezerra da Silva poderia ser mais um nordestino, migrante e favelado no país, como o foram e o são tantos outros. Mas se deu a conhecer através do trabalho que desenvolvia com a música, que o fez chegar aos meios de circulação de informação e mídia, expondo assim sua imagem e seu lugar.

Para nós e os possíveis leitores de nosso trabalho, Macária, Pedro José, Floripa, Daniela, Juciléia, José Leonardo, José Martins, Elenilda, Angelita e Severino, também se deram a conhecer. Através de seu papel na comunidade, e de seus relatos orais de memória eles difundem e combatem imagens construídas acerca da Favela da Cachoeira, e nos dão a conhecer aquele espaço através de sua maneira de narrar, ou como diria Benjamin, de sua “faculdade de intercambiar experiências⁷⁷”.

Vidas. Vidas que efetivamente escreveram a história da cidade à medida em que a cidade contribuía à feitura de suas histórias. Saberes e experiências do cotidiano de homens ordinários. É isto que ora se apresenta. Que essas vidas nos choquem, nos inquietem, nos incomodem ao ponto de nós enxergarmos a cidade para além de seus relatos e dos embaços de nossas lentes.

⁷⁷ BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica. Arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (obras escolhidas, v.1)

Seguimos o legado deixado por Michel de Certeau, quando destacou a atividade criadora dos praticantes do ordinário. Observamos os modos de fazer dos moradores da favela, suas atividades criativas, como eles utilizavam a cidade, quais as redes de sociabilidades que teciam, como se aproximavam ou se distanciavam dos seus iguais e dos que eram considerados diferentes na cidade, enfim, o que tornou possível a vida naquele lugar por aqueles praticantes do ordinário, por aqueles homens simples, afinal, como nos disse José de Souza Martins “são os simples que nos libertam dos simplismos, que nos pedem a explicação científica mais consistente, a melhor e mais profunda compreensão da totalidade concreta que reveste de sentido o visível e o invisível”⁷⁸.

Assim, pensamos a Favela da Cachoeira a partir de dois referenciais: um lugar inventado, construído, praticado, e um lugar que serve de palco pra encenação da vida cotidiana dos seus moradores. A união desses dois referenciais nos esclarece, como diz Pierre Mayol, algumas “condições de possibilidades da vida cotidiana no espaço urbano”⁷⁹, que moldou uma imagem para aquela favela ao longo do tempo. Nessas peculiaridades, a questão é saber como a história irrompe na vida de todo dia.

A Favela da Cachoeira de Angelita e Severino.

Quando ele recebeu o dinheiro a gente comprou uma casebrezinho lá na Cachoeira. Aí lá eu fui gostando, fui criando meus filhos lá.
Angelita Nunes.

Começamos pela história contada por Angelita e Severino, o Bino, como prefere ser chamado. Este casal faz parte de uma segunda geração de migrantes que vieram morar na Cachoeira. Originalmente são de Alagoa Grande⁸⁰, e se mudaram para Campina depois que casaram. Em Alagoa Grande trabalhavam na agricultura, mas Sr. Bino acreditou que Campina poderia oferecer melhores condições de emprego e renda para a família. Inicialmente, Bino e Angelita moravam com os filhos numa casa alugada na Rua Castro Alves, em José Pinheiro e trabalhava numa fábrica de doces em Rosa

⁷⁸ MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do homem simples. Editora Contexto, 2ª Ed. Ver e ampl. São Paulo: 2008. P.12.

⁷⁹ Ver A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, cozinhar. Michel de Certeau, Luce Giard, Pierre Mayol; Tradução d Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 10. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

⁸⁰ Município do Estado da Paraíba, localizado na Microrregião do Brejo Paraibano, região intermediária entre litoral e sertão, estando a aproximadamente 50km de Campina Grande e 110 KM da capital João Pessoa. A atividade econômica que mantém o município é a agricultura de forma geral, especialmente o cultivo da cana de açúcar. Cidade que teve em sua história trabalho de mão de obra escrava, tem ainda hoje uma comunidade quilombola.

Cruz. Não tendo mais condições de pagar aluguel, Bino pediu dinheiro emprestado ao patrão da fábrica de doces para construir sua morada na Cachoeira. Na época, segundo Bino, lá era o lugar mais barato de comprar uma casa para morar.

Ainda faltava uma semana pra eu trabalhar e pagar o barraco lá, eu trabalhava e ganhava por semana de trabalho. Aí parou o serviço, aí pronto, eu não conhecia Campina. Aí foi graças a Deus louvado, porque eu tava sem emprego e sem conhecer a cidade. Eu só conhecia mesmo o caminho de Alagoa Grande pro trabalho, lá em Rosa Cruz, onde fazia a rapadura. Eu não conhecia Campina Grande, eu só conhecia o local de onde eu trabalhava, aí foi sufoco, pra eu arrumar esse restante de dinheiro. O barraco já estava pronto, faltava uma prestação pra eu terminar de pagar. Era 500 Cruzeiros o barraco. Hoje em dia esse dinheiro nem existe. Aí o dono da rapadura emprestou 300. Era dinheiro de lavar, quase não cabia nos bolsos, era nota grande. Ficou faltando 200 pra fazer negócio com o homem do barraco. Eu paguei os 300 e ficou faltando 200 pra eu pagar com 30 dias. Mas em 30 dias dava pra levantar esse dinheiro trabalhando lá na rapadura tranquilamente, mas o serviço fracou, eu só trabalhei duas semanas e ficou duas. Só que como o homem me emprestou 300 eu recebia o salário e deixava um pedaço lá pra pagar a conta. Aí voltava com quase nada. Por isso que a gente passou fome, pra completar. Quando eu vim pra Cachoeira já foi mais melhor porque eu fui conhecendo a cidade. Depois que a gente pagou o barraco tudo melhorou mais. Mas a vida era muito difícil, eu passei fome pra juntar dinheiro pra comer.

Há um dado a ser problematizado na fala de Bino: o fato de ele não conhecer tão bem a cidade a ponto de buscar outros recursos em outros espaços além do já habitado. A partir dessa perspectiva de que explorar a cidade ofereceria meios de obter sucesso profissional ou econômico, a cidade se torna objeto de consumo do qual Bino se apropriaria para se favorecer. Segundo Mayol, o

Conhecimento dos lugares, trajetos cotidianos, relações de vizinhança (política), relações com os comerciantes (economia), sentimentos difusos de estar no próprio território (etologia), tudo isso como indícios cuja acumulação e combinação produzem, e mais tarde organizam o dispositivo social e cultural segundo o qual o espaço urbano se torna não somente o objeto de um conhecimento, mas o lugar de um reconhecimento⁸¹.

⁸¹ MAYOL, Pierre. O Bairro. In.: A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, cozinhar. Michel de Certeau, Luce Giard, Pierre Mayol; Tradução d Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 10. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Segundo Janice Caiafa⁸², mover-se em uma cidade é uma experiência muito particular, pois envolve a geografia das ruas, a arquitetura da cidade, a relação com o trânsito de veículos e de pessoas, os estímulos das luzes, das lojas e vozes humanas. Até conseguir reconhecer a cidade como espaço utilizável e seu e até poder pagar o barraco, como chama Bino, eles contaram com a solidariedade de seu antigo patrão por ter emprestado o dinheiro, e com a paciência e esforço de sua família, cuidada por dona Angelita. Quando perguntada de seu esforço diário, se suas necessidades ela nos responde com uma outra pergunta:

Fome? Bota fome nisso. Não tem a pracinha de Zé Pinheiro? Tinha dia que eu ia pra lá pra catar coco pra dar de comer às crianças. Eu ia pra pracinha juntar resto de comida e pegar aqueles coquinhos pra trazer pros filhos comer.

Como o Sr. Bino disse, depois que se estabeleceu na favela da Cachoeira e passou a experimentar outros espaços na cidade, as possibilidades da melhoria de vida de Bino e Angelita pareceram aumentar. Conhecendo a cidade, Bino pôde desempenhar outros tipos de atividade, que não só as da fábrica de doces. Bino passou a vender frutas nas ruas. No entanto, percebemos uma estreita relação entre o lugar onde mora e o trabalho que desempenha o Sr. Bino. A topografia da favela, o declive que Bino tinha que percorrer até chegar a sua casa, fazia com que muitas vezes os seus instrumentos de trabalho tivessem de ser carregados a duras penas, ou com a ajuda de amigos. Bino nos diz:

Era na Ceasa. Saia da Cachoeira pra Ceasa, todo dia de madrugada eu ia. Tinha que deixar em cima e descer tudo na cabeça. Deixar a carroça em cima pra descer com a mercadoria. O carrinho de mão não descia de jeito nenhum. A bicicleta eu tinha que descer nas costas, não tinha condição de descer montado. As viagens de cima pra baixo dependia da quantidade de coisa que eu trouxesse.

Segundo Dona Angelita

a sorte é que ele tinha muitos amigos, aí os amigos ajudavam ele. Ele agradava os amigos, cada um descia com uma coisa. Um descia com um saco, outro com outro, outro com outro, quando pensa que não tava tudo lá em baixo.

⁸² Ver CAIAFA, Janice. *A aventura das cidades*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2007.

A casa de Bino e Angelita, se localizava na parte mais baixa da favela. Moradia humilde, segundo descreve Angelita:

Minha casa era de taipa, era pequena, mas era bem bonitinha, mulher. Era uma casinha de madeira, não tinha repartimento, era dividida com pano. Era cortina, era como a gente separava os cômodos.

Os cômodos dessa casa eram a sala, uma pequena cozinha e dois quartos, sendo uma para o casal outro para quatro filhos. Banheiro era considerado artigo de luxo para as pessoas da favela. A maioria das casas não tinha a estrutura de banheiro, chuveiro ou vaso sanitário. Assim os moradores precisavam desenvolver meios de fazer o asseio pessoal e livrar-se de seus dejetos. Com um tom de humor, e talvez o bom humor fosse uma das saídas para viver num ambiente sob aquelas condições, Bino nos conta da estrutura do lugar e da técnica que utilizavam:

Não tinha esgoto, não tinha banheiro, nós cagava lá no fundo do quintal enrolado no lençol. Quem passava em cima da barreira via. Como não tinha banheiro, pros vizinhos não vê, a gente se enrolava num pano, mas de cima da barreira via. Ou senão cagava numa bolsa de plástico e fazia um pombo. Botava na bolsa e jogava na água. Quando se enrolava parecia um fantasma no meio da noite. O jeito as vezes era fazer o pombo sem asa. Não era engraçado? Cagar dentro de uma bolsa, amarrar e jogar fora? Era só jogar no canal, era mesmo que queijo, olhe, buf. Depois eu fiz um banheirinho de taipa.



Figura 6. Fotografia representando o banheiro construído por alguns moradores. Em geral, eram feitos fora da casa, numa espécie de anexo. Os materiais que utilizavam na construção eram diversos: barro, madeira, plástico, lata, lonas, papelão, telhas. Fotografia do acervo pessoal de José Martins.

Jogar dejetos e lixo no canal parecia a solução encontrada por muitos, no entanto, em épocas de chuva o transtorno aumentava. Além das águas arrastarem a terra fofa das barreiras do morro, o nível das águas do canal subia em virtude dos entupimentos causados pelo lixo. Tudo isso ameaçava a saúde e a moradia das pessoas.

Aqui temos duas questões muito sérias que dizem respeito ao direito do cidadão viver em cidades: a questão do direito à habitação e ao saneamento básico de qualidade. Em junho de 1987, em Recife, o Seminário de Processos Urbanos e Meio Ambiente, que reuniu autoridades políticas e intelectuais de instituições de todo o país para pensar as questões urbanas brasileiras, assegurou em seu documento final em forma de lei que “o direito à habitação, digna, de dimensões adequadas, deverá ser garantido pelos poderes públicos, de acordo com o interesse social” e ainda que “o lixo deverá ter um tratamento que vise atender todo o ciclo: coleta, reciclagem, destinação final”⁸³. Percebendo as condições de moradia na Favela da Cachoeira, lamentamos o fato de que

⁸³ Legislação do uso do solo e meio ambiente urbano. Seminário Processos Urbanos e Meio Ambiente, Recife, 8 a 12 de junho de 1987. Recife, SUDENE – DPG – PSU – PCDU, promovido pela SUDENE; MDU; SEMA.

a lei não se cumpriu com eficácia, pelo menos naquele espaço específico, onde as casas de taipa ameaçavam cair em épocas de chuvas e onde os dejetos humanos e o lixo produzido eram jogados em sacolas por sobre os telhados alheios.

Percebemos que a falta de investimentos e melhorias do saneamento da área da favela por parte dos poderes públicos acabava por contribuir para a degradação do meio ambiente urbano. Nos diz Angelita:

Ah mulher, era uma agonia pra todo mundo. Todo mundo sofria. Eu morava perto de uma barreira. Descia aquele bolo d'água, com aquele mau cheiro, muita sujeira, muitos insetos, minha menina tinha problema de garganta, o outro de asma. Quando vinha aquele bolo d'água adoecia tudinho. Botava pra morrer.



Figura 7. Fotografia mostrando esgoto a céu aberto a poucos metros das casas, o que gerava riscos à saúde dos moradores. Fotos do acervo pessoal de José Martins.

Em tempos de chuva as pessoas tinham que encontrar meios de se proteger. As redes de sociabilidades entre vizinhos ganhavam um outro realce. Segundo Bino

Os vizinhos não se ajudava mais porque não tinha como, já tava todo mundo necessitado. As casas eram tudo igual. O que a gente fazia era ir uma pra casa do outro quando dizia “lá vem o temporal”. Olhe, desceu uma casa em pé no tempo da chuva. Tinha gente dentro da casa, mas deu tempo salvar, deu tempo o povo correr e tirar de tempo. Desceu um pé de manga grande, na porta do meu vizinho que não matou a família porque Deus botou a mão em cima, porque quando

tirou a família de tempo, a casa emborcou. A minha casa pra sustentar a gente amarrou a minha linha na linha da casa do meu vizinho pra ficar mais segura.

Angelita desabafa:

A gente dormia mais em pé do que deitado. Tinha noite que a gente nem dormia, a gente botava os meninos pra dormir e ficava tocaiano. De dia quando chovia eu tava cansa de dizer “hoje de noite a gente não dorme, olha o céu como está”. Esse outro quando se lembra chora tanto.

Essa proibição do repouso frente à ameaça, essa urgência, esse estado de alerta exigem da consciência um ânimo, uma disposição, uma força renovadora que aquelas pessoas, sabe-se lá com que força, executavam sempre que viam o céu sobre suas cabeças escurecer.

Além da falta de infraestrutura, Angelita e Bino se viam ameaçados por um outro problema social: a violência na favela. O casal nos disse que achavam perigoso morar lá, tendo em vista que já presenciaram algumas cenas de violência. Angelita conta que:

Todo dia amanhecia um morto. Agora ninguém sabia quem matava, ninguém sabia quem era a vítima. Sabia que quando acordava dizia “mataram fulano, cicrano”, agora de resto a gente não sabia. Aí isso traumatizava. Agora a gente era umas pessoas bacanas, não mexia com ninguém, e todo mundo respeitava e respeitava minhas filhas também. Toda vida minhas filhas teve moral. Dentro da minha casa entrou 2 esfaqueado. Até porque as portas não eram assim. Eram aquelas portinhas que abre em duas. E favela você sabe né... eles doido pra escapar, não pode ver uma porta aberta que entrava pra se esconder.

Bino nos diz que apesar de nunca terem sido violentados na favela, a lei do silêncio imperava, talvez fosse mesmo um expediente necessário para a preservação de alguns direitos e bens pessoais.

Hoje em dia é qualquer um. Você viu, não viu. Se só você vê, não viu ninguém. Não adianta. “Viu?”, “vi nada, sou cego, mudo e surdo”. Mesmo se visse alguma coisa nós dizia que não sabia. Não pode dizer.

A polícia, segundo a narrativa de Angelita e Bino, não tinha uma atuação eficiente na favela. Segundo eles, a topografia dificultava o acesso à parte inferior da

favela. Além do mais, era mais fácil os marginais descerem correndo e se esconderem por conhecerem bem os lugares onde o acesso era mais fácil.

Mulher, a polícia nem entrava. Porque lá como era muita ladeira, os marginais nem davam chance da polícia pegar. Quando a polícia apontava em cima eles viam logo e se escondiam. Tinha muito pé de bananeira, muito mato, muita pedra, aí... era difícil pegar, não pegava. Nem os próprios cavalos da polícia desciam. Uma vez tentaram descer com esses cavalos, mas não tinha como esses cavalos funcionar. Mas lá não tinha como a polícia trabalhar não.

Não bastasse as dificuldades em habitar um lugar cuja falta de infraestrutura e segurança não garantissem plenos direitos dos cidadãos, eles ainda tinham de conviver com o preconceito sofrido por serem moradores de favela. O fato de serem “favelados” além de os estigmatizarem perante a sociedade, gerava uma série de impedimentos quanto à inserção em outros círculos sociais, especialmente quando intencionavam concorrer a vagas de empregos. A impressão é que aquelas pessoas, por habitarem em favelas, eram todos caracterizados como marginais, perigosos, ou propensos à bandidagem. Angelita nos relata:

Assim, se eu quero trabalhar na tua casa e você me pergunta “tu é de onde?”, se eu disser que sou do brejo, de Alagoa Grande, você me aceita com maior amor. Mas se eu disser “sou da Cachoeira” você diz “não, Deus me livre, quero não”. O preconceito é esse em qualquer canto.

Segundo Bino, sob a condição de quem sofreu o preconceito, os trabalhos formais, de carteira assinada, eram mais difíceis de serem obtidos. Tanto que as experiências pelas quais ele passou foram de empregos informais e sem garantia alguma de direitos trabalhistas.

Eu como sou conhecido, todo mundo conhece a filosofia do cara, mas de carteira assinada mesmo eu nunca trabalhei, nunca. E se torna mais difícil pra mim porque eu não sei de nada, de leitura de nada, aí é muito complicado. Até pra arranjar um serviço de vigia meu tipo é muito pouco. Mas sem conhecer, só com o currículo, não arruma não... É quase a mesma coisa de ser um ex-presidiário, porque quando você sai da cadeia você arranja emprego de que? De nada...

O estigma discriminatório que incidia sobre aquele espaço acabava por afetar de maneira indistinta todos os moradores do local, provocando rearticulações de memória e

reordenamentos identitários de grupos e indivíduos. Assim, o preconceito por ser morador de favela o igualava à marginais, e sua punição era a não obtenção de direitos cabíveis à qualquer homem livre, como o trabalho.

Os discurso sobre marginalidade, falta de saneamento, moradias precárias, parece obscurecer outras nuances da vida em favela, ou pelo menos naquela favela em especial. As riquezas da favela estão além das questões econômicas, da posse ou do grau de consumo permitido aos seus moradores. Para Angelita e Bino, estão relacionadas as redes de sociabilidades que são feitas entre parentes, vizinhos e amigos. Em datas comemorativas, tinham a fartura que podiam ter, e organizavam festejos e ceias a seu modo.

Os meninos adoravam tempo de festa. Era ótimo, eu gostava. Fazia festa na rua, em todo canto. A minha casa ficava tão bonita. A moçada enfeitava as ruas com bandeirinhas, amarrava da casa pro poste, do poste pra casa. Não era perigoso ficar fora de casa não. Era não, você ia dormir a hora que quisesse. A festa mais animada era final de ano, era São João. Eu tinha era prazer, quando ele foi melhorando de situação, de comprar aqueles perus grandes, botar numa tigela de barro, pra assar na fogueira na amanhecença do dia. Eu gostava, eu adorava ali.

Não só o espaço da rua era usado para estabelecer laços. Outro local onde redes de identificação se formavam era o Clube de Mães, frequentado pelas mulheres da comunidade. Elas, nas atividades oferecidas pelo clube, entre pinturas, bordados, costuras, teciam conversas, risadas, histórias de vida, desabafos. Angelita diz que:

Eu ia pro clube de mães. Eu amava o clube de mães de lá. Era mais ou menos umas 20 mulheres. Toda tarde eu ia. Aqui não tem clube de mãe, não tem uma reunião pra gente ir, não tem nada. Lá tinha pano de prato pra pintar, pra recortar, pra costurar... Por isso também que eu tava falando, que a gente sente falta, falta de ir, das brincadeiras, das conversas. Eu brincava e aprendia, era uma brincadeira mas era sério. Era umas 20 pessoas, dois dias por semana. Cada um dia era uma turma diferente, ta entendendo? Aí eu gostava. Era assim um galpão só pra muita gente. Nesse galpão era pra ser distribuído leite, distribuído muitas coisas pra gente também.

As amizades feitas no clube de mães, espaço coletivo, eram estendidas ao espaço privado, terreiro de casa, como diz Angelita, cujo relato ajuda a criar um cenário da favela que ela e seu esposo construíram para si. A favela de Bino e Angelita era a favela da fome, das dificuldades, do preconceito, das casas que ameaçavam cair por causa das

chuvas, do descaso das autoridades políticas, mas sobretudo era a favela da alegria de viver, dos festejos na porta de casa, das cores, do mato verde que crescia regado pelo córrego sujo que fertilizava a terra, das conversas dos vizinhos e das fofocas com as visinhas, da alegria, da liberdade de subir e descer ladeira.

Quando perguntada sobre as lembranças sobre a favela da Cachoeira, Angelita desabafa emocionada:

Do terreiro cheio de moleque, comendo rapadura com farinha e falando da vida. Porque assim, lá era cheio de mulher, mas meu terreiro era o ponto ideal pra ficar lá conversando de tarde. Porque a paisagem era mais bonita do meu terreiro. E elas também gostavam muito das minhas meninas, aí se juntava umas seis. Tinha meio mundo de planta no meu terreiro, e Bino danava pedra no terreiro que era pras mulheres se sentarem, entendeu? Tipo banquinho. E como elas sabiam que o povo era bom, deixava as ruas lá de longe e vinham pra minha porta conversar besteira. Quando saía lá da porta já era bem cinco horas, hora de cuidar da janta do meu marido.

O que Angelita chama de terreiro, pode ser entendido como calçada. No entanto, como a delimitação entre casa, calçada e rua não era bem definida na favela, aquilo que estava à frente da casa era terreiro. Pedaco de terra que ao mesmo tempo era privado e comum à todos. Jacobs (2003)⁸⁴ ao falar das calçadas como espaços públicos importantes, diz que elas podem ser vistas como palco de relações e de possibilidades de apropriação do espaço da cidade que, apropriada por seus moradores, é um lugar seguro. O terreiro de Angelita por si só não é nada, é uma abstração, no entanto ele adquire outros sentidos. Representam o elo entre o espaço interno da casa com a externalidade da rua, representa um lugar de sociabilidades e trocas entre vizinhos.

Relembrando o lugar em que viveu, Angelita se emociona e diz:

Agora eu gostava da Cachoeira, não é porque eu estou aqui no Glória que eu vou dizer que lá era ruim. Lá eu criei meus filhos, casei dois filhos, graças a Deus fiz minha família lá, eu gostei de lá. Lembro com saudade. Com todo sofrimento a gente ainda era feliz lá. O que eu tenho mais saudade de lá? O que eu tenho mais saudade de lá... O que eu tenho mais saudade... mulher, é isso que eu to dizendo, é liberdade.

Liberdade, para Angelita e Bino, assim como conforto, riqueza, prazeres, abrem suas asas sobre poucos.

⁸⁴ Ver JACOBS, Jane. Morte e Vida nas Grandes Cidades. São Paulo, Martins fontes, 2003.

A Favela da Cachoeira de José Martins

A Favela da Cachoeira passou a existir para José Martins no ano de 1972, ano do seu nascimento. Segundo ele, sua mãe *“não tinha costume de maternidade. Naquela época, Nossa Senhora do Bom Parto fazia sucesso. Quem ajudava a nascer era a vizinhanças. Nasci em casa”*, numa época em que *“não tinha água, não tinha luz, a luz da gente era a luz de deus”*.

Sua mãe chegou à favela no ano de 1960, depois de migrar de Queimadas⁸⁵ para Campina Grande. Dividindo uma casa de taipa com mais seis pessoas da família, José Martins nos conta como era sua casa e como passou sua infância morando na Cachoeira:

A minha casa, pela memória que eu tenho, era uma casa simples, quando era tempo de chuva sempre caía. Eu me lembro, ela sempre caía e a gente sempre tinha que estar reformando. Era uma casa de taipa então sempre tava caindo e sempre tinha que ir reformando. A gente se acordava de manhãzinha pra ir pedir esmola. Não tinha cama pra gente dormir, a gente dormia em rede, as vezes no chão. Quando não tinha rede, dormia no chão. Eu mesmo forrava um panozinho ou um saco de estopa. Eu me lembro, forrava um saco de estopa e me enrolava com um panozinho de pedir esmola. Mãe fazia uns lençóis de retalho, eu me enrolava, dormia ali debaixo da mesa. A estrutura da casa, tinha uma sala, tinha uma sub área que era a cozinha, mas só que era muito apertado, e tinha o quarto de mãe. Do quarto de mãe tinha uma porta que saía pro quintal. No quintal ela fazia uma latada, que era onde se cozinhava, do lado de fora da casa. O costume dela era cozinhar atrás de casa. Mesmo depois que ela foi pra casa de alvenaria ela não deixou de fazer a latada.

Parecia comum o modo como as casas eram divididas. Geralmente, quando havia mais de um quarto, um deles era reservado aos pais, e outro aos filhos que dividiam o mesmo espaço. Quando não havia quarto de sobra, as pessoas tinham que dividir o espaço da sala para dormir. Outro aspecto que nos chama atenção é o fato de as atividades que normalmente se realizam dentro de casa, como cozinhar, se estendem para fora da habitação. Esse costume, como nos diz José Martins, pode ser decorrente de práticas feitas pela sua mãe já há muito tempo na zona rural, onde os fogões a lenha geralmente eram colocados do lado de fora das casas. O que para nós pode parecer falta de privacidade com relação às atividades realizadas em casa, parecia não ser um

⁸⁵Queimadas é um município localizado na região metropolitana de Campina Grande, Estado da Paraíba. O município está incluído na área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro. Localiza-se a aproximadamente 15 km de Campina Grande e a 147 Km da capital João Pessoa.

problema para a família de Martins e outros moradores. Não havendo preocupação de isolamento, como dizia Maria Izilda Santos de Matos, “o privado ultrapassa os círculos da moradia ou da família, misturando-se com os laços comunitários e étnicos, criando espaços de sociabilidade e reciprocidade, no trabalho e no lazer, em meio às tensões⁸⁶”.

Em geral, a proximidade de suas casas e a ausência de muros, fazia com que os moradores da favela não tivessem a noção de privacidade “a portas fechadas” que fora construída ao longo do tempo. Talvez fato de abrir suas portas e trazer ao espaço externo da casa atividades que foram convencionadas a fazer dentro de casa, como cozinhar, tomar banho, alimentar-se, se deva ao fato tanto da falta de estrutura de suas casas, como pela rede de solidariedade que se fazia necessária para sobreviver na favela em condições tão precárias. Como afirmou Garcez Marins (1998) quando tratava de privacidade e vizinhança “privacidade, portanto, não poderia mais confundir-se com domesticidade, com os simples limites da casa, mas escapava para uma dimensão que abarcava os convívios, os vizinhos – todos sujeitos a uma mesma gramática de comportamento⁸⁷”.

Com relação à infraestrutura das moradias bem como do espaço privado de cada morador do lugar, José Martins nos relata que

Na parte de baixo era pior. Em cima é melhor, porque você não tinha que subir tanta ladeira, você não corria o risco da barreira desabar por causa das chuvas e cair em cima da sua casa. A parte mais ruim que tinha mesmo era perto do cemitério. Eram altos degraus né, isso depois do degrau. Por que tinha trecho que nem tinha calçamento, nem degrau nem nada. Era barreira mesmo, ladeira mesmo, era chão limpo, descia. Quando era época de chuva ali, se a pessoa não tomasse cuidado, caía em baixo. Quem morava na parte de baixo, ficando doente, pra subir tinha que subir numa cadeira ou em cima duma cama. Isso aí eu fiz muito, acompanhei muita gente, ajudei muita gente, tinha que subir muitos degraus, porque quem morava em baixo sofria mais, porque tinha que descer, depois tinha que subir novamente. Na Cachoeira nós não tínhamos banheiro, as pessoas defecavam no pavão, jogavam por cima das casas do povo. Minha mãe mesmo já puxou faca pra gente ali quando jogava penico de mijo na porta dela.

⁸⁶ Ver MATOS, Maria Izilda Santos de, São Paulo entre as paredes e na cidade. In.: SOLLER, Maria Angélica e MATOS, Maria Izilda Santos de. (orgs.) *A cidade em debate*. Editora Olho D'água. São Paulo, 2000.

⁸⁷ Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. Paulo Cesar Garcez Marins. In. *História da vida privada no Brasil*, vol. 3. Coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; Organizador do volume Nicolau Sevcenko. São Paulo: companhia das letras, 1998.

Mais uma vez nos é colocada a questão da falta de banheiros na favela. Os moradores não tinham condição de construí-los, nem a favela tinha sistema de fossas ou esgoto para escoar os dejetos. O modo como os moradores se desfaziam deles era atirando no córrego por sobre as casas das outras pessoas. Com relação a outros serviços básicos como energia elétrica e água encanada, José Martins relembra:

Colocaram energia elétrica lá em 1979. A energia foi pra Cachoeira quase toda. Depois teve uma reformulação. Ronaldo reformulou. Porque Enivaldo Ribeiro colocou uma parte né, atingia quase toda a Cachoeira, mas depois que Ronaldo ganhou, os postes eram pequenos, e houve uma exigência até mesmo da Celb, porque as vezes os moleques soltando pipa, né, enganchava, dava curto circuito. Aí o diretor da Celb resolveu colocar juntamente com Ronaldo, né, colocar os postes altos e ampliar pra toda Cachoeira. Isso em 1986, 1985, nessa faixa. Já a água mesmo tinha só na entrada da Cachoeira, que era o chafariz, e nas ruas principais, nas entradas e nas partes de cima. Em cada entrada tinha um chafariz. Se não me falha a memória, eram 3 chafarizes. Um do lado do cemitério, outro na Militão Marques, que era a rua principal, a da igreja. Não, eram quatro. Deixe eu me lembrar. Um do lado do cemitério, outro na Militão Marques, outro na Deputado José Gaudêncio, e tinha outro do lado do Campo Estrela. O povo pegava água de lá. Abastecia a Cachoeira. Aí os vândalos começaram a tomar banho nus no chafariz, aí o próprio prefeito achou por bem cortar. Cortar porque quebravam as torneiras, deixavam a água esbarrotando. Faziam badernagem mesmo, depredação mesmo, bagunçavam. Aí o prefeito mandou puxar os canos pra água ir lá pra baixo. A água foi com Ronaldo Cunha Lima, em 1983.⁸⁸

As administrações municipais foram se sucedendo, e as reformas urbanas na Cachoeira não tiveram grandes avanços. Apenas no final da década de 1990 a prefeitura realizou uma obra, a partir de verbas do Governo Federal. A intenção da administração do então prefeito Cássio Cunha Lima, que durou de 1997 a 2002, foi acabar com as moradias de taipa e madeira e construir casas de alvenaria em toda favela. A administração municipal acreditava que dessa forma as casas, sendo mais resistentes, não sucumbiriam às chuvas. Assim seria, se o plano de construção tivesse sido posto em prática de forma eficaz. Segundo José Martins

Mas por volta de 1998 houve uma coisa. Houve uma liberação de verbas do governo FHC, e uma má administração do prefeito Cássio Cunha Lima. O que aconteceu foi que FHC liberou recurso para a urbanização da Cachoeira, que ao meu ver foi um erro muito grande,

⁸⁸ Os prefeitos citados por José Martins são respectivamente Enivaldo Ribeiro, que administrou a cidade de janeiro de 1977 a janeiro de 1983, e de Ronaldo Cunha Lima de janeiro de 1983 a janeiro de 1989.

porque não conhecia a qualidade das casas, não fizeram leitura do solo pra saber se aquele local tinha condição de aguentar uma casa de alvenaria, porque ela é mais pesada que a de taipa. Derrubaram a casinha do povo pra fazer alvenaria. No projeto era pra fazer casa com banheiro, mas eles não fizeram direito. Tinha casa que nem rebocava direito, rebocava na frente e dos lados não. A prefeitura dava a mão de obra e o material, mas muita gente nem queria ir trabalhar lá por causa do difícil acesso. As vezes a gente tinha que se virar e ajudar. O que era errado, porque não era pra ser mutirão. Não fiscalizavam como era pra fiscalizar. Porque também não fizeram como era pra fazer, fizeram de todo jeito. Uma casa de tijolo num terreno irregular daquele tem que ser muito bem feita, a sapata tem que ser bem feita, fazer coluna, lá não era feito com essa preocupação.

Nas periferias, sejam em favelas, ocupações ou invasões, percebemos que o urbanismo é incompleto e, no mais das vezes, de risco. Segundo Rolnik (2004)⁸⁹

Urbanismo de risco é aquele marcado pela insegurança, quer do terreno, quer da construção, ou ainda da condição jurídica da posse do território. As terras onde se desenvolvem esses mercados de moradia para os pobres são, em geral, justamente aquelas que, pelas características ambientais, são as mais frágeis, perigosas, e difíceis de ocupar com urbanização: encostas íngremes, beiras de córregos, áreas alagadiças. As construções raramente são estáveis, e a posse quase nunca totalmente escrita nos registros de imóveis e cadastros das prefeituras. O risco é, antes de mais nada, do morador.

Com relação à assistência a saúde, José Martins nos diz que dentro da favela esse serviço só passou a ser disponível também em fins dos anos 1990, após a implantação do Programa de Saúde da Família. Antes, era necessário ir até os bairros mais próximos para ter o benefício de assistência à saúde gratuitamente.

Durante os anos em que a favela existiu, nunca foi construída uma escola dentro dela. As crianças e jovens que precisavam estudar se deslocavam para o grupo escolar mais próximo, chamado Anésio Leão, que se localizava no bairro de Monte Castelo, próximo à ponte que dava acesso à favela. No entanto, os estudantes que moravam na Cachoeira sofreram o preconceito pela sua condição social. Até uma choça era feita usando o nome da escola.

⁸⁹ Ver Raquel Rolnik. Exclusão territorial e violência: o caso de São Paulo, Brasil. In. *Brasil urbano*. Edésio Fernandes e Márcio Moraes Valença, organizadores. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

Tinha fora, o Anésio Leão. A maioria dos alunos lá era da Cachoeira. Criaram até um slogan doentio lá por causa disso que dizia “Anésio Leão, entra burro e sai ladrão”, por preconceito que quem estudava era o povo da Cachoeira, a “gangue” da Cachoeira. Eu entrei lá com 14 anos pra estudar mas já sabia ler. Aprendi a ler em casa com minha mãe. As pessoas na igreja alfabetizaram ela e ela me alfabetizou.

O preconceito contra os moradores da Cachoeira parece acontecer desde muito cedo, em época escolar, como nos disse José Martins. No entanto, ele se acentuava ainda mais na fase adulta, especialmente quando a busca por trabalho se tornava necessária. A experiência de José Martins nos ensina que

Eu com meus 17, 18 anos de idade eu sofria discriminação. Ia atrás de emprego, entregava currículo. As vezes eu escondia, não colocava o nome do bairro em que eu morava, porque se colocasse Cachoeira ninguém aceitava. Eu me lembro como hoje, eu tava no distrito, tava de bicicleta, tava entregando currículo. Fui no distrito encaminhado por um amigo. O rapaz disse “tem vaga, traga o currículo”. Eu saí feito um cachorro doido, correndo com a bicicleta, voltei na Cachoeira, comprei o currículo, coloquei a foto, preenchi, coloquei lá que morava em Zé Pinheiro e entre parêntese Cachoeira. O rapaz disse que tinha vaga. Quando ele olhou meu currículo que tinha lá Cachoeira, ele disse “tem vaga mais não, já foi preenchida”. Eu saí revoltado. Eu coloquei “Zé Pinheiro (Cachoeira)” porque a Cachoeira era limite com ele, com Monte Castelo e Nova Brasília. Eu saí muito triste de lá quando o homem disse que não tinha mais vaga, quando ele mesmo disse que tava precisando. Fiquei revoltado, cheguei em casa indignado, mordido, chorando, “pai, eu não vou aguentar mais não, esses ricos são uma desgraça”. É isso que gera revolta nos jovens. O jovem fica revoltado porque sofre preconceito e é maltratado pela polícia dentro da favela. O jovem se sente revoltado de levar tapa na cara e ver sua mãe sendo xingada. E muitos deles de ficar revoltados, entram na bandidagem pra poder se vingar. Se estão dizendo que ele é bandido ele vai ser só de revolta.

Percebemos, segundo a fala de José Martins, que a exclusão territorial cria barreiras de acesso a empregos, a oportunidades de experiências educacionais e culturais, que estão concentradas nos meios urbanos em zonas mais abastadas. Por exclusão territorial, entendemos o conceito colocado por Rolnik (2004) que diz

escolhemos o termo “exclusão territorial” com a proposta óbvia de relacioná-la com o conceito de exclusão social, muito mais do que com pobreza ou disparidades sociais. Esse conceito – que relaciona a acumulação de deficiências de várias ordens à vulnerabilidade – tem sido progressivamente utilizado em políticas públicas e pode ser entendido como a negação (ou o desrespeito) dos direitos que garantem ao cidadão um padrão mínimo de vida, assim como a

participação em redes de instituições sociais e profissionais. A exclusão social é vista como uma forma de como e por que indivíduos e grupos não conseguem ter acesso às possibilidades oferecidas pelas sociedades e economias ou beneficiar-se delas. A noção de exclusão territorial considera tanto os direitos sociais quanto aspectos materiais, abrangendo, portanto, não só a falta de acesso à bens de serviços – que significam a satisfação de necessidades básicas – mas também a ausência de acesso a segurança, justiça, cidadania e representação política⁹⁰.

Deste modo, assim como José Martins, jovens nascidos entre os anos de 1960 e 1970 na Favela da Cachoeira viveram toda a sua vida em situação de exclusão territorial, e, portanto, sob condições de extrema vulnerabilidade. Por volta do final dos anos 80, quando é chegada a hora de sua inclusão no mercado de trabalho não existem empregos nem meios disponíveis para enfrentar a situação de carência em que se encontram.

O que percebemos é que o preconceito com os moradores da favela fazia com que a imagem que eles tivessem perante os olhos da sociedade não fosse apenas de pessoas marginalizadas, no sentido de serem postas à margem de aparatos de conforto garantidos pelo estado de direito do cidadão, mas de marginais, pessoas que ameaçavam a ordem pública. Neste sentido, inclusive a polícia, que tem como atribuição proteger o cidadão, parecia também contribuir para a manutenção desse preconceito e marginalização, segundo o que nos relata José Martins sobre a ação policial na favela:

Mas só que do mesmo jeito que morava cidadão de bem, morava ciladrão. Entendeu? As vezes o cidadão de bem era taxado como bandido e as vezes o bandido era taxado como cidadão. As vezes a polícia sequer ligava pro bandido, deixava de ligar pro bandido pra ligar pro cidadão. Ela descia com dificuldade. Pra descer ali com jeito tinha que ser malabarista. Nós descíamos porque éramos equilibristas. A gente descia correndo, subia correndo. A polícia não tinha treinamento pra isso. Descia com medo, por causa do difícil acesso. Então eles desciam assombrados, qualquer coisa já iam logo atirando. Qualquer movimento em falso eles atiravam, e ali tratavam todo mundo como se fossem bandidos. Ali na porta ninguém podia ficar do lado de fora sentado que eles batiam, batiam na cara de muitos jovens. Muitos jovens tornaram-se bandidos revoltados, porque não é moleza você vir descendo para sua casa e ser barrado pela polícia, a polícia chamar você de ladrão, bater na sua cara, chamar você de filho da puta, de filho de rapariga, bater na sua cara. Eles tratavam assim muita gente. Eu mesmo fui tratado muito desse jeito. Levei tapa no cangote,

⁹⁰ Ver Raquel Rolnik. Exclusão territorial e violência: o caso de São Paulo, Brasil. In. *Brasil urbano*. Edésio Fernandes e Márcio Moraes Valença, organizadores. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

da polícia, colocaram uma 765 na minha cabeça, “três-oitão” na minha cabeça, “pare aí vagabundo, mão na cabeça, filho da puta”. Lá era assim que eles tratavam a gente. Todo mundo era culpado até que se provasse o contrário. A lei diz que todos são inocentes até que se prove o contrário. Mas pra polícia é o contrário. A polícia quando chega dentro da favela eles tratam todos como bandidos. Eles não tratam como homem de bem não, tratam como bandidos. Isso eu generalizo.

Segundo Lúcio Kowarick, o imaginário social construiu um discurso que esquadrinhou a sociedade em sexo, idade, lugar de moradia, poder aquisitivo, características físicas, organização familiar e conduta moral⁹¹. A partir desse esquadrinhamento, foi possível detectar, segundo a visão e respaldo desse imaginário social, focos onde se desenvolveriam a criminalidade. Assim, segundo Kowarick, pessoas com as características assinaladas seriam mais passíveis a humilhações, espancamentos e maus tratos pela polícia. Essa leitura de Kowarick nos parece coerente quando confrontadas com o pronunciamento (a título de exemplificação e problematização da fala de José Martins) do então Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, o Coronel Erasmo Dias, que nos diz que distinguir marginais de cidadãos comuns poderia

“ser feito com o uso de bom senso. Mesmo porque o bandido tupiniquim, o nosso bandidão [...] tem tipologia definida, está sempre abaixo da média. É subnutrido, malvestido, subempregado, enfim tem psicossomática definida. A aparência geral dos bandidos é idêntica”⁹²

A partir dessa linha tipológica definida pelo poder público e assegurada pelo imaginário social, os moradores de favela, por estarem nessa condição de moradia, por serem pobres, em maioria negros, seriam marginais em potencial. Tipologia pronunciada pelo Coronel Erasmo Dias em São Paulo, mas que se aplicaria a todo o país.

Em sua fala, José Martins faz referência ao movimento do corpo do equilibrista para descer as ladeiras da favela (*Pra descer ali com jeito tinha que ser malabarista. Nós descíamos porque éramos equilibristas*). O morador tinha que ter esse movimento, uma arte no andar, no correr, no caminhar. Uma malemolência característica e quiçá

⁹¹ Ver KOWARICK, Lúcio. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

⁹² Conferência pronunciada pelo então secretário de segurança pública do estado de São Paulo, coronel Erasmo Dias (Última Hora, 22/5/1976, p.8)

necessária. Arte que o movimento do corpo dos policiais não desenvolveu. Como nos diz Mayol

O corpo é na verdade uma memória sábia que registra os sinais do reconhecimento: ele manifesta, pelo jogo das atitudes que dispõe, a efetividade da inserção no bairro, a técnica aprofundada de um saber-fazer que sinaliza a apropriação do espaço⁹³

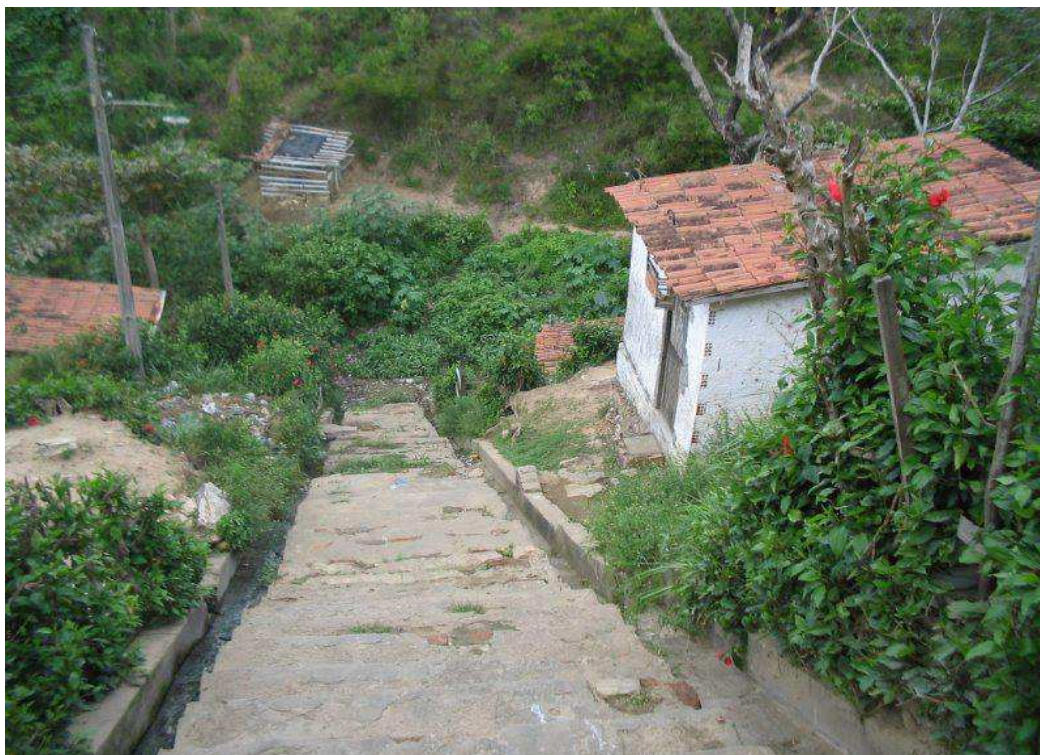


Figura 8. Fotografia representando o quão íngreme eram as escadarias e as ladeiras da favela. Fotografia do acervo pessoal de José Martins.

Quando perguntado se era perigoso morar na Favela da Cachoeira, nosso colaborador responde:

Pra mim não era. Era perigoso pra quem vivia no mundo do crime. Porque lá eu vi muitos casos, muitos jovens, muita gente querendo ser gigante e de repente ser abatido. Eu vi amigos meus que cresceram junto comigo, andaram junto comigo, viveram junto comigo, muitos deles foram mortos porque adentraram no mundo das drogas. Outros foram presos. Mas a droga veio de fora. Ninguém inventou droga lá não. Quando a droga veio chegar na Cachoeira já foi por volta do final dos anos 80 já. Até porque a droga é patrimônio da mocidade, então alguns jovens se envolviam, nem todos. E tinha gente que vinha comprar de fora. Paravam seu carrão lá. Tinha até família de político.

⁹³ MAYOL, Pierre. O Bairro. In.: *A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Michel de Certeau, Luce Giard, Pierre Mayol; Tradução d Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 10. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Eu presenciei isso, família de político parando seu carro lá em cima e descendo pra ir comprar. Ali a gente sabia onde eram as bocadas de fumo, todo mundo sabia, mas ninguém ia dizer, porque a polícia chegava e ia embora, a gente ficava, então, quem ia dar segurança a gente? Não tinha como fazer um trabalho social de segurança pública caguetando. Cagete vive pouco. Lá dentro quem vivia olhando a vida dos outros ou apontando o dedo pros outros terminava perdendo o dedo ou a língua. Eu vi muita gente lá ser abatido.

Além da violência, outro problema social grave afligia o meio em que José Martins vivia: a fome. Ele relembra uma infância paupérrima, em que tinha que sair às ruas para pedir esmolas quando não podia contar com a solidariedade dos vizinhos.

A fome era a moda. Era nossa companheira. Nossa parceira. Me lembro como ontem. A gente caíndo de fome. Só não morria de fome por causa de Dona Rita. Dona Rita era uma vizinha nossa que morava lá e hoje mora aqui perto. Dona Rita era minha segunda mãe. Tinha dia que eu ficava a tarde, minha mãe saía, saía todo mundo, eu ficava a tarde sentado, me lembro ainda como hoje, tinha um jarro lá, jarro grande feito de telha, eu ficava sentado lá, esperando mãe vir. As vezes mãe não vinha. Eu ficava escutando o postal sonoro do rádio do vizinho. Eu tinha vergonha de pedir a dona Rita, que era madrinha do meu irmão. Ela dava de comer a meu irmão, meu irmão Paulo que morreu, e ele repartia com a gente. Mas vez em quando Paulo saía também e eu ficava em casa com fome. Eu me deitava no chão ali, e apagava. Quando vinha dar por mim era 4 horas da tarde, 5 horas da tarde. Minha mãe chegava embriagada e com um saco de esmola. Ela pedia esmola pra matar a fome da gente. Chegava com esmola, chegava com peixe. As vezes eu ia mais ela. Tinha esse costume, eu era o cavalo de aguardenteiro. Cavalo de aguardenteiro é o cavalo que leva aguardente com dois caçoás do lado. Dona Maria Gorda e Zé Guarda me chamavam de cavalo de aguardenteiro. Pra onde mãe ia me levava, e mãe só ia, olhe, chumbada. Tomava uma lapada de cana, botava uma faca de 12 na cintura. Pra onde ela ia era com essa faca de 12 e eu do lado⁹⁴. Lembro não, mas foi mais ou menos em 78, por aí, nessa faixa de 77 pra 78. Nós saíamos pra pedir esmola com um caldeirão de alumínio todo velho e uma sacola de plástico. Nós saíamos pra Vila Castelo Branco⁹⁵ pra pedir esmola lá. Era ali onde a gente matava a fome da gente. Meu pobre pai as vezes recebia o dinheiro e não dava nem pra pagar o que ele devia na mercearia. Foram 6 meses de atraso esse que nós passamos, 6 meses de agonia, 6 meses miseráveis que nós passamos na nossa vida, 6 meses que a gente tinha que pedir esmola mais ainda. A gente saía de casa, fugia de casa mais meu irmão Carrin, dormia na rua mais ele. Quando a gente chegava em casa levava um cacete. A gente saía de casa de tarde e as vezes passava a noite na rua.

⁹⁴ Segundo José Martins, sua mãe bebia para ter coragem de pedir esmolas, e andava com a faca para se defender de possíveis violências de homens que a desrespeitassem.

⁹⁵ Situada próximo à favela, também na zona leste da cidade.

Um lugar onde se passava fome, onde se tinha diversos problemas de infraestrutura, onde não se tinha coleta de lixo, onde segundo o nosso colaborador “*A única ação de governo que tinha ali era a polícia. Era a única ação governamental. Somente*”. Mas não só de problemas e violência era formada a favela de José Martins. Também era um lugar onde se brincava, bebia, festejava, se confraternizava:

Tinha boteco, tinha forró na Cachoeira, o forró na bica, lá na parte de baixo. Vinham pessoas de fora pra dançar lá. Tinha os dias do forró. Tinha um botecozinho, tinha os tira-gosto, e vinha gente de fora beber na Cachoeira. Não tinha drogas lá nessa época. O carnaval era na rua, né, mas tinham as escolas de samba, tinha a Acadêmicos de Monte Castelo, que era formada na maioria pelas pessoas da Cachoeira, Bambas do Ritmo de Zé Pinheiro também⁹⁶. Mas na Cachoeira a comemoração era aquele mela mela, todo mundo brincava, tinha papangu, todo mundo festejava. No São João a gente fazia a fogueira em frente a casa da gente, quem tinha condição de comprar milho comprava, quem não tinha pedia. Comemorava com os vizinhos. Briga tinha dependendo da área, porque a área mais pesada da Cachoeira era a área do cemitério e do campo estrela⁹⁷. Ali perto da ponte e da Militão Marques não era tão pesado.

Mas a relação amistosa com os vizinhos nem sempre era uma constante. Os conflitos também aconteciam, e nosso colaborador explica por que:

A relação era muito boa. Quando faltava uma coisa, um açúcar na casa de um o outro dava um pouquinho, faltava um pouco de sal na casa de um, mandava pedir na casa de outro. A dificuldade todinha lá era a inexistência de banheiro. Então a inexistência de banheiro gerava alta confusão. Tinha briga, porque as vezes tinha pessoas que não paravam pra ver que na parte de baixo morava gente, né. Tinha pessoas que moravam em cima e podiam juntar numa lata suas fezes, seus dejetos, e descer pra jogar na cachoeira. Mas não. O que eles faziam, defecavam num papel, era o chamado banheiro pavão, defecavam num papel e jogavam lá pra baixo. As vezes caía em cima da casa de alguém, as vezes o saco se rasgava e melava a casa da pessoa de fezes, e isso gerava alta confusão. Briga de menino também gerava confusão. Era menino brincando que começava a brigar. Mas era só por isso. De resto era paz.

⁹⁶ Acadêmicos de Monte Castelo e Bambas do Ritmo, juntamente com Acadêmicos da Liberdade, são as três escolas de samba mais tradicionais da cidade, que representam respectivamente os bairros de Monte Castelo, José Pinheiro e Liberdade. As escolas desfilam às margens do Açude Velho, um dos cartões postais da cidade, próximo ao centro, aos moldes dos desfiles das tradicionais escolas de samba do Rio de Janeiro. Só que, diferentemente do carnaval carioca, as escolas de samba campinenses contam com poucos recursos financeiros e são mantidas pelo esforço e dedicação dos grupos populares. A elite campinense não prestigia a festa de rua em detrimento das festas nos clubes.

⁹⁷ Ambas áreas eram visinhas ao bairro de José Pinheiro.

Uma paz ameaçada quando a higiene do espaço e as crianças com suas traquinagens estavam em jogo, segundo José Martins:

Mãe até hoje não sabe como foi essa história, mas eu gerei uma briga dela com uma vizinha lá na Cachoeira. Até hoje mãe ainda é intrigada dela por causa disso aqui. Isso aqui foi assim, era mais ou menos de tardezinha, me lembro como hoje, estava chovendo, mãe me deu um dinheiro pra comprar meio quilo de açúcar pra fazer o mingau da filha de Maria, minha irmã, Maria tinha viajado. E eu pivete subi pra comprar esse açúcar na mercearia de seu João Gordo, aí eu subo. Quando eu vou subindo, dona Maria Lavadeira, que hoje é intrigada de mãe ainda, Dona Maria pegou e jogou uma bacia de água de sabão, que ela estava lavando roupa, ela jogou a água fora e molhou o caminho, aí eu subi normal a ladeira, tava chovendo fino, comprei o meio quilo de açúcar e descí. Quando eu estava descendo eu escorreguei. A água que dona Maria jogou estava a mais ou menos uns 3 metros do local onde eu escorreguei. Eu escorreguei, levei uma queda e caí no beco de uma casa, danei isso aqui num pedra (aponta para o cotovelo), arrancou o couro, era sangue pra todo lado. Pra mim era alto de onde eu caí. Eu era pequenininho. Caí, danei as costas no chão e bati numa pedra. Arranquei o coró daqui (aponta o cotovelo), ficou vendo o osso. Aí eu chorei não foi nem com a dor nem com o sangue, porque saiu muito sangue e o pedaço de couro ficou pendurado e eu puxei, eu olhava pro osso assim, chorando, aí Catita (vizinha) veio me acudir. Quando eu olhei estava o açúcar todo no chão, derramado... aí pronto, comecei a chorar e não era por causa da dor, era do açúcar... “mãe vai me matar de uma pisa!”. Aí o que acontece, Catita chega, me pega, lava, coloca um pouquinho de sal e diz “vá pra casa”, o sal doeu que só a moléstia. Aí eu descí. Quando cheguei em casa, vi lá a água lá. Quando eu cheguei em casa aí mãe “cadê o açúcar, miserável?”, ela bêbada... “cadê o açúcar, miserável?”, pegou logo uma tábua né, de caixote de tomate, tabuinha fina. “cadê o açúcar da menina, miserável?”, e eu chorando, chorando, eu disse: “mãe, dona Maria Lavadeira jogou uma bacia de água com sabão, eu escorreguei mãe, no sabão, derramei o açúcar todinho por causa dela.” Mãe fez: “É?”. Pegou uma lapa de faca e subiu ela e Tida minha irmã. “Maria lavadeira, rapariga safada, quenga sem vergonha” e começou a baixaria. Dona Maria não tinha nada com a história. “Você jogando água com sabão no meio do caminho, rapariga safada, quenga sem vergonha, pro meu filho cair”. Lá não tinha nem uma marca de rastro, mas como ela estava bêbada, entendeu, acreditou na história. Até hoje eu não disse isso a ela. Mas eu falei pra não apanhar. Nesse canto, se jogasse um copo d’água a tendência era cair de mundo abaixo, porque era estreito e de terra. Dona Maria ficou com raiva de mim porque sabia que eu menti, né. Só que deu uma confusão tão grande que ia saindo faca nesse dia, o filho de dona Maria, parece que o nome dele era Nego, Nego se intrometeu na briga e pegou uma faca também. Nisso lá vem meu irmão descendo e pegou uma lapa de faca também, começou a confusão entre eles dois. Aí veio Zé Miúdo, Nego Braz, Soinho, vieram tudinho pra apartar a confusão. Nessa brincadeira eu passei um tempão sem passar na casa da velha. E o açúcar...

Conflitos gerados e resolvidos a seu modo. A seu modo, José Martins construiu uma Favela da Cachoeira para si, construiu vivências possíveis para habitar aquele lugar por 34 anos de sua vida e para se relacionar com outros, dentro e fora da favela.

Eu tenho saudade da favela. Tenho saudade não do sofrimento, tenho saudade da vida. Porque foi ali que eu cresci, foi ali que eu aprendi a ser gente, foi ali que eu aprendi a ser cidadão. Eu não tenho vergonha de ter nascido lá. Vergonha eu teria se tivesse roubado banco, queimado índio. Teria vergonha se eu fosse filho de um juiz ou promotor e tivesse preso dando cavalo de pau. Mas ter vergonha de pedir esmola como eu pedi e de sofrer como eu sofri, disso eu não tenho vergonha não. Foi uma experiência que eu vivi que me deu uma maturidade muito grande. Hoje eu sei o que é viver.

Martins sabe e nos ensina o que aprendeu.

A Favela da Cachoeira de Juciléia e Daniela

As irmãs Juciléia dos Santos e Daniela dos Santos, ambas dona de casa com 27 e 25 anos de idade respectivamente, foram morar na Favela da Cachoeira quando seus pais migraram para Campina Grande, no ano de 1994, quando Juciléia contava 10 anos e Daniela 8.

Os relatos orais de memória dessas duas jovens se distinguem um pouco dos relatos orais dos mais velhos. Elas depõem sobre uma Favela da Cachoeira que conheceram saindo da infância e entrando na adolescência. Os anseios das jovens parecem não ter sido correspondidos ou atendidos na favela em que moravam, e as lembranças não são trazidas à tona com a leveza ou com a serenidade que a maturidade empresta, mas com a dor, a intensidade, a agilidade, o estranhamento e as características da juventude.

Quando questionadas sobre o que primeiro vem à mente quando elas lembram da Cachoeira, a resposta de Juciléia é a seguinte:

A gente lembra, sabe, que lá na Cachoeira, quando a gente chegou pra lá não tinha água em todas as casas, só em algumas casas. Em algumas casas era que tinha. Aí tinha que ficar pegando água na cabeça nas ladeiras nas casas que tinha, que era as casas da rua que chama rua das escadarias, que a gente chamava, que era a rua mais bonita que tinha na Cachoeira. Chamava rua da frente, era a que tinha as casas melhorzinhas e era a que tinha água. No morro mesmo lá as casas não tinham água não. Aí tinha dia de carregar a água na cabeça pra poder cuidar da coisas, sabe? Aí quando passou um tempo começaram a puxar de casa em casa, tipo gato, das casas que vinha de

cima. Foi comprando cano, foi comprando cano, chegando mais perto, mais perto de uma casa, mais perto de outra casa até que todas as casas tinham água. Os moradores quem faziam isso. Eles mesmos faziam. Energia também era tudo puxada de uma casa pra outra, no maior gato mesmo.

Essa informação conflita com a que José Martins havia dado anteriormente com relação aos serviços de energia elétrica e abastecimento de água. Segundo ele, esses serviços haviam sido implantados na favela desde o ano de 1979 e 1986 respectivamente. Quando questionadas sobre se havia alguma fiscalização por parte da prefeitura ou das empresas competentes, Daniela nos diz que *“nunca cortaram não. A gente era esquecido.”*

E relembram a estrutura da casa em que moravam dois adultos e quatro crianças. Juciléia relembra:

A casa de mãe, que a gente morava lá. A casa da gente era uma casa assim bem velhinha, bem velhinha mesmo. Tinha uma ladeira assim... Era uma salinha, bem pequena e uma cozinha. O quarto era dividido com cortina. Era tipo um vão só que você ia fazendo. Aqui vai ser a sala. Você mesmo decidia. Aqui vai ser a cama e aqui vai ser onde eu vou botar o fogão. Saía dividindo com móvel ou com cortina. Era de taipa, né Nana, que se chama, não era de tijolo, era de madeira a da gente. Aí mãe tinha medo no tempo de inverno, mode a chuva, que tinha uma barreira do lado da casa dela que se caísse soterrava tudo, sabe. Era bem perigoso lá na casa de mãe e em várias outras casas. Era, a cachoeira passava assim, sabe, aí ficava muito forte quando chovia a cachoeira. Dava enchente. Era perto, descia a descáida d'água da cachoeira, sabe. Caíam várias casas lá quando dava enchente.

E enquanto as casas não caíam, Daniela completa que *“a gente passava o tempo todo enxugando quando chovia”*. Elas ainda afirmam que o lugar em que moravam não era limpo, devido não haver coleta de lixo na comunidade. As pessoas que não subiam com as sacolas de lixo para depositarem no local de coleta do bairro vizinho, jogavam as sacolas na água ou nos terrenos baldios. Segundo Daniela:

Não era limpo não, onde a gente morava era sujo mesmo, o povo jogava lixo... Muita gente não tinha banheiro... Era difícil ter uma casa com banheiro. Pai que fez um de papelão, bem no comecinho. Era de papelão com plástico pra tomar banho, sabe... nem vaso tinha. E quando faziam as necessidades, jogavam numa sacola e jogava na cachoeira, onde caía água.

As marcas dos estragos originados pela falta de infraestrutura, não foram esquecidas por elas. Juciléia conta:

Pra mim o que marcou mais foi quando a barreira caiu. Caiu no beco de mãe e ia derrubando a parede da cozinha. E a gente dormia na cozinha. A gente já tinha de 12 pra 10 anos. A barreira caiu no beco de mãe, imprensou na parede que dava na cozinha. A gente acordou e pensou que ia cair a casa toda. Pronto. Chovendo.

E Daniela completa:

E tinha noite da gente não dormir não. Ficava olhando pras telhas. Assombrada, assustada. O pessoal é tudo assustado. Até com os gatos a gente já tava assustado. As casas amanhecia caídas e o povo com as trouxas na cabeça pra ir pra outro canto.

Nas pesquisas realizadas, não encontramos registros de morte por desabamento de casas em épocas de chuva⁹⁸. Segundo José Martins, em conversa informal antes da entrevista realizada, as pessoas ficavam atentas aos riscos quando a chuva começava a cair. Além do mais, segundo nosso colaborador “*a casa de madeira avisava quando ia cair, a madeira estalava, aí todo mundo sabia que era hora de sair com os troços*”. Provavelmente essa era a técnica utilizada pela família de Daniela e Juciléia.

Muitas vezes, em épocas de chuvas que ameaçavam a sustentação das moradias, a ajuda dos vizinhos era solicitada. No entanto, em situação de desconforto e necessidade, até a ajuda era precária. Daniela relembra que

Era cada um no seu canto. A gente tinha muito vizinho, mas cada um já tinha seu problema, não podia se preocupar com o vizinho. Se chovesse numa casa, a casa do vizinho chovia também. Ajudava quando caía barraco. Era barraco pequeno, mas entrava e cabia. Pelo menos tinha um fogão pra comer e um colchão pra dormir.

As jovens foram perguntadas sobre o auxílio à educação, no entanto, o tema que atravessou a resposta de ambas foi a existência da violência na favela, o uso de drogas, a falta de segurança e em que nível isso atingia os moradores. Juciléia rememora:

⁹⁸ O único registro de morte decorrente das chuvas encontrado nas pesquisas foi do pintor João Batista de Oliveira, de 27 anos, em 1984. Segundo o Corpo de Bombeiros, o cidadão havia escorregado da barreira do riacho da Cachoeira, na favela, e foi arrastado pela correnteza. Seu corpo fora encontrado no riacho do sítio Vargem Grande, próximo ao bairro de Nova Brasília. Ver matéria publicada em Diário da Borborema, edição de 9 de junho de 1984.

Ave Maria... aí essa parte de estudar a gente faltava aula quando tinha briga lá, briga das gangues. A gente tinha medo de sair de casa quando tava meio quente o clima e ter bala perdida. A gente estudava no Anésio Leão.

Daniela completa dizendo que:

Lá na cachoeira tinha tipo um chefe, quando dava umas 4 horas... esse chefe já morreu... no céu é que ele não deve ta, deve ta no inferno do tanto de vida que ele já tirou dentro daquela Cachoeira... aí tinha tipo um chefe, quando dava 4 horas da tarde ele já passava avisando “hoje eu não quero ninguém no meio da rua por causa disso, por causa disso”, aí eles avisavam a hora que a gente podia sair. Meu pai saía de madrugada, era muito perigoso. Saía pra trabalhar, ir pra Ceasa, trabalhava na Ceasa. Aí eles avisavam. Matava de dois, não queria saber quem estava olhando nem quem estava no meio da rua. Mesmo que não tivesse nada a ver com tráfico eles matavam que era pra não caguetar.

Juciléia acrescenta que *“era horrível nesse tempo que tava quente lá... era horrível, horrível”* e que elas perdiam aula sem poder sair de casa. Mesmo que ninguém de sua família tenha sido diretamente violentado, o clima de tensão e medo os afligia. Elas contam que o segredo para não serem alvo de violência era *“dizer que não sabia de nada, que não conhecia ninguém. Ninguém sabia de nada, ninguém via. E nem ficar de fofoca vai, fofoca vem pra depois não sair conversa”*.

A discricção dos moradores parecia ser elemento importante para a manutenção de sua segurança. Segundo Daniela e Juciléia, quem vivia da ilegalidade a todo custo exigia o silêncio dos moradores. Juciléia nos conta uma situação delicada por que passou, onde quase foi confundida com cagete pelos “marginais”.

Teve uma vez que um oficial de justiça foi entregar um mandado pra a filha de Graça, pra ela assinar pra depois que ela era testemunha de alguma coisa. Aí ela não estava morando na Cachoeira, estava morando com um homem que era num beco fora da Cachoeira, era até perto dos Morenos (mercado) por ali. Aí eu sabia onde era porque eu tinha ajudado ela a levar as roupas dela e dos meninos. Aí chegou, né, o homem pra entregar esse documento pra assinar e dizer o dia que era pra ela estar lá. Aí a mãe dela fez “Oh, mulher, eu to tão ocupada, leva ele lá em Lora pra ela assinar isso e ele dizer o dia dela servir de testemunha”. Pra que eu fui, minha filha, no carro da polícia levar isso? Quando foi de dez horas da noite os cabras lá em casa batendo, os bandidos, mãe ficou branca. Querendo saber o que eu tava fazendo no carro da polícia. Era mãe tremendo, pai chorando, “Não, ela não foi fazer nada não, era só um favor”. “Eu to dando só o aviso pra ela se ligar”. Eu digo, Ave Maria... pra mais nunca... Foi... aí... mas também

depois nunca aconteceu nada. Acho que eles se ligaram que não foi caguetagem né, não veio polícia nem veio ninguém saber de nada, por isso que não deu em nada, senão eles tinham matado a família todinha, que eles são assim. Era perigoso. Não era mamão com açúcar não, era peso na Cachoeira. Agora não era todo mundo não. Tinha gente boa e honesta de lá que veio pra aqui também, muita gente boa, muita gente honesta, trabalhador.

Sobre a atuação da polícia, segundo Juciléia, era frequente, mas não era eficiente. Perguntada sobre se a polícia conseguia entrar lá na favela e resolver possíveis conflitos ou ações criminosas e como tratavam os “homens de bem” da Cachoeira, ela responde

Não encontrava, Hilmária, porque lá na Cachoeira tinha muita loca, muito buraco por onde você entra e sai, e só quem conhece a Cachoeira é quem sabe onde tem os... pra se esconder. A polícia não conhecia, e eles conheciam, aí passava batido, aí não dava pra pegar não. Dificilmente pegava na Cachoeira. Pegava mais lá por cima, em algum vacilo deles roubando, por aí, mais dentro mesmo era bem difícil. Eu nunca vi a polícia fazer alguma coisa com gente de bem não. Eu já vi eles baterem em bandido lá. Mas gente de bem não. Se eles pegassem com revolver aí metia a pêa, se pegava com droga metia a pêa. Uma vez revistou meu pai, não foi Nana? Ele tava cortando capim, vinha com uma faca e com capim, aí revistaram ele. Mas não sei não, parece que eles tem o foco pra saber quem presta e quem não presta. A gente estava tudo sentado na ladeira e ele disse “olha ali minha família, minha mulher, meus filhos, eu vim cortar esses capins, não sei o que...” aí passou. Não fizeram nada não com pai não. A gente foi logo pra cima tudinho.

Nossas colaboradoras levantaram um série de exemplos familiares para ilustrar a falta de segurança na favela. Alguns desses exemplos nos impressionam de forma significativa, como esse, em que no momento em que a família conversava sobre o casamento de um dos membros, um homem esfaqueado entra na casa das jovens e pega suas roupas novas para estancar o sangue, as roupas novas que seu pai tinha comprado com tanto esforço para agradar as filhas que queriam sair bonitas para a festa junina. Juciléia, relata:

Uma vez, Hilmária, meu irmão tinha acabado de casar com a mulher dele, na casa de mãe né, aí eles tavam lá sabe, a gente tudo conversando, jantando, entrou um homem com uma faca no pescoço, Hilmária, lá na Cachoeira, na casa da gente. Hilmária foi tanto sangue nas paredes... Meu pai tinha conseguido um dinheiro e tinha comprado umas roupinhas pra gente, era uma época de festa ne, ele pegou a roupa nova da gente... Era tempo de São João, lembro que tinha um

monte de corrente pendurada. E ele vinha com essa faca... ele foi esfaqueado, no beco perto. Foi bem de repente, aí quando ele pulou a porta que é essa porta que é dividida em duas, tem a de cima e a de baixo, aí a de cima fica aberto e a de baixo fechada. Então ele pulou e pegou as roupas pra estancar. Nossa, foi meio mundo de sangue, minha mãe ficou traumatizada. Vinha fugindo dos bandidos. Eles eram tudo pareceiros, estavam tudo brigando lá por alguma coisa, que matam até por uma piola de cigarro né, quando pensa que não o outro tava com a faca no pescoço lá “me socorre, me socorre”, aí pai foi socorrer e a gente ficou lá limpando sangue. Foi bem traumático. Foi, pegou a camisa nova e entupiu lá na guela e foi simhora pro Regional. Meu irmão tinha casado e a gente tava jantando na sala e falando do casamento.

O consumo de drogas na favela, segundo as colaboradoras, era intenso. Os jovens eram quem mais consumiam, o que criava problemas para os pais, cujo controle dos filhos muitas vezes não era obtido. Juciléia diz que o consumo de drogas na favela da Cachoeira

Era bem normal, era como tá consumindo cigarro, na porta de casa mesmo. Os pais ficavam preocupados com os filhos pra não aprender e ir nesse caminho também, aí botava pra dentro. Não tinha controle não. Os bandidos ofereciam.

Daniela nos dá exemplos de crimes ocorridos pelo consumo e dívida de drogas:

Muita gente. Tinha uma vizinha lá, que morava bem em baixo que mataram o marido dela por causa de dívida. Aí no mesmo dia que mataram o marido dela deram um prazo pra ela fugir, mas ela não conseguiu chegar em cima, porque ela morava bem embaixo mesmo e não foi rápido. Não chegou logo na ponte. Aí pegaram ela e mataram ela também.

A pobreza urbana impressiona não apenas pela sua magnitude, mas principalmente por seus desdobramentos sociopolíticos. No que se refere à vida em favelas, que é o território mais visado da pobreza urbana, pode-se dizer que o traço mais marcante tem sido, desde os anos de 1980 até hoje, a tomada das favelas pelo tráfico de drogas. As favelas geralmente representam o lugar onde pequenas quadrilhas operam na venda e no tráfico de drogas. Rolnik (2004) assegura que muitas vezes a mídia confere tanto enfoque ao tráfico e ao uso de drogas na favela, que esquece ou encobre que esse também é um problema de outros espaços urbanos. Nos diz que o tráfico opera “a partir dos mais diferentes pontos da ‘cidade legal’, como restaurantes, boates, instituições de ensino e apartamentos de classe média. No entanto, não há como negar que as favelas

são, por diversas razões, os palcos preferenciais do fenômeno da territorialização de parcelas do espaço urbano pelos traficantes”⁹⁹.

Os exemplos que Daniela e Juciléia deram sobre a roupa nova ensanguentada por um bandido em fuga e a morte da mulher que pagou com sua vida a dívida de drogas de seu marido, ilustram pequenos acontecimentos. Pequenos não no sentido de que são banais, afinal, para aquelas famílias as consequências foram drásticas, mas no sentido de que não são noticiadas pela mídia nem combatidos pelas autoridades públicas competentes. São fatos não notificados oficialmente em boletins de ocorrência, na forma legal. Mas são fatos que marcam um modo de viver, de agir e silenciar dentro da favela para que a ordem social e espacial não-legal se estabeleça naquele lugar.

No entanto, a favela que temia a ação dos bandidos também era a favela que festejava. Datas como o natal, carnaval, São João e ano novo eram comemoradas em grande estilo, no que se refere a animação e boa vontade. Juciléia relata:

A gente comemorava, tinha comemoração do nosso jeito. A gente ficava do lado de fora, com sua caixinha de som, muito pagode. Tu sabe, a gente gosta de pagode e funk, e tinha muito churrasco. Tinha festa melhor das pessoas que podiam mais um pouquinho, e quem não podia festejava também. Se juntava com os outros. Na copa e São João. Enfeitava as ruas das escadarias com bandeiras. O povo enfeitava as ruas. Era o mais animado! Lá a gente podia, podia fazer fogueira. Ainda apagava as luzes em ano novo, que hoje em dia não apaga mais.

Segundo Daniela

Hoje em dia é tão sem graça. Na Cachoeira era mais animado. O povo mais velho diz que a luz não se apaga mais porque a gente tem muito pecado.

As irmãs em suas falas comentam um evento curioso que havia em Campina Grande até o final da década de 1990. Para comemorar o ano novo, as pessoas costumavam enfeitar suas casas, vestir as melhores roupas e ligar o rádio para ouvir a contagem regressiva para a passagem de ano. À meia noite a empresa responsável pelo sistema de energia elétrica de Campina Grande, a Celb, apagava todas as luzes da

⁹⁹ Ver Raquel Rolnik. Exclusão territorial e violência: o caso de São Paulo, Brasil. In. *Brasil urbano*. Edésio Fernandes e Márcio Moraes Valença, organizadores. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

cidade por alguns instantes. Era uma espécie de marco simbólico da passagem de um ano para outro. O apagar das luzes parece ter entrado para as lembranças do senso comum de quem viveu aquela época. Apesar “do povo mais velho”, como diz Daniela, dizer que as luzes não apagam mais por causa dos “pecadores” da cidade, a empresa de companhia elétrica findou essa tradição porque o apagar das luzes poderia trazer problemas sérios devido ao porte da cidade, a sobrecarga poderia queimar aparelhos eletrônicos ou mesmo gerar uma pane elétrica mais grave de ser solucionada, deixando a população sem eletricidade por alguns dias.

Daniela e Juciléia também relataram acerca das manifestações religiosas que havia na Favela da Cachoeira. Segundo elas, não havia igreja evangélica na Cachoeira. As manifestações religiosas comuns eram o catolicismo, praticado na Igreja de São Lázaro, construída dentro da favela, e a umbanda, realizada nos terreiros ou quintais das casas dos seguidores dessa manifestação religiosa. Juciléia nos conta:

Na Cachoeira não tinha igreja de crente não. O padre vinha uma vez por mês só celebrar. O povo não ia muito pra igreja não, ficava na porta. Acho que o povo era meio revoltado, sabe, com a igreja, acho que não se conformava muito com a vida, com o jeito que vivia, aí a gente acabava colocando a culpa em Deus né? Aí não ia. Eu lembro que tinha poucas pessoas, as vezes só tinha pai na igreja, dona Nina, ela tá tão velhinha que nem fala mais. Esse padre vinha de Santo Antônio. Mas tinha o catecismo das crianças. A gente fez a primeira comunhão lá na igreja da Cachoeira, Igreja de São Lázaro. Olhe, lá era tão necessitado, tão necessitado de tudo lá que se dissessem que ia ter um bolo com um copo de guaraná era gente que não cabia na igreja. Mas pra rezar... O povo era interesseiro e necessitado. Tinha macumba. Eu sei de duas macumbas. O povo ia, eu nunca fui não que eu tenho medo de macumba.

Segundo Daniela:

O povo ia pra igreja assim se dissesse “hoje vai dar alguma coisa”, aí não cabia ninguém nos bancos. E as pessoas iam pra macumba que lá tinha comida. Na macumba tinha um bode, galinha que os filho de santo davam. Não tem os filhos de santo né? Eu vejo o povo dizendo “benção madrinha, padrinho”

As jovens irmãs também nos relatam sobre o preconceito sofrido por serem moradoras de favela. Mais uma vez, como já foi citado nas falas de Angelita, Bino e José Martins, o preconceito atravessa principalmente o mundo do trabalho. Os

empregadores não costumavam aceitar moradores de favelas em suas empresas. Segundo Daniela, o preconceito se manifestava “*Quando a gente ia procurar emprego. Aí dizia que era da Cachoeira e eles já inventavam que não tinha, que tava cheio*”. Juciléia explica:

É, porque morou na Cachoeira era bandido, entendeu Hilmaria? E não era bem assim. Mas o povo pensava que morou na Cachoeira, se for homem é bandido, se for mulher é prostituta. Então não aceitavam pra trabalhar num canto melhorzinho. Tinha que trabalhar em casa de família mesmo. Mesmo que soubesse trabalhar de auxiliar de escritório, por exemplo. Teve gente que batalhou, batalhou, nunca conseguiu emprego porque quando tinha que comprovar residência tinha que dizer que morava em outro canto, tinha que mentir, porque se dissesse que morava na Cachoeira... as vezes tava interessado, interessado, quando dizia que era daqui o povo já mudava de assunto. Isso era preconceito por causa da Cachoeira, generalizavam tudo.

O estigma criado em torno da favela e seus habitantes prejudicava o acesso ao mercado de trabalho, mesmo que o indivíduo estivesse capacitado para atividades mais específicas. Assim, segundo Souza (2004)

as condições do exercício da cidadania, ou, mais amplamente, de conquista de uma maior autonomia individual e coletivas, requisitos básicos para um desenvolvimento socioespacial autêntico, tem sido minadas pela violência, pelo crescente sentimento de insegurança, e por aquilo que é vetor resultante disso tudo, que é a deterioração do clima social no cotidiano, com a disseminação da desconfiança, do medo e da agressividade¹⁰⁰.

No caso das duas jovens, o preconceito se manifestava também quando precisavam de algum atendimento médico. Daniela conta que pelo fato de morarem em favela, foram mal atendidas inclusive quando estavam para dar à luz na maternidade municipal:

Era. Elas diziam, “oxe isso tem um filho todo ano. Cuida mulher, deixa de resenha que para o ano tu tá aqui de novo”. As parteiras diziam “fica com esse escândalo todinho, para o ano tá aqui de novo, só sendo da Cachoeira mesmo”. “deixa aí, já já ela vai parir”. Eu acho que devia ser assim, flagelada.

Segundo elas, não lutavam contra esses insultos porque “*a gente cheia de dor pra parir não tem nem ação, Hilmaria, só quer se livrar da dor*”.

¹⁰⁰ SOUZA, Marcelo Lopes de. Alguns aspectos da dinâmica recente da urbanização brasileira. In. *Brasil urbano*. Edésio Fernandes e Márcio Moraes Valença, organizadores. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

Essas colocações das jovens sobre as discriminações sofridas em diversas condições e espaços públicos por serem moradoras de favela nos remetem as palavras de Abílio Afonso de Águeda, quando diz que “o estigma reforça e reproduz conceitos e estereótipos discriminatórios, criando representações negativas sobre o espaço e sobre seus habitantes”¹⁰¹.

E assim, aponta-se a Favela da Cachoeira construída por Juciléia e Daniela. Uma favela que não deixou saudades, cujas lembranças e marcos na memória não são leves. Como Daniela enfatiza com vigor na voz:

Eu não tenho não. Saudade nenhuma, o que passou passou. Eu não me lembro nada de bom, se teve bom eu não me lembro, só me lembro das coisas ruins, marcaram mais. As coisas ruins, os tiros, os sofrimentos que a gente passava lá dentro, aperto em tudo, só meu pai trabalhava pra sustentar a gente tudinho.

A Cachoeira para essas jovens deve ficar lá no passado, para que as dores não interfiram no presente que tem hoje para viver.

A Favela da Cachoeira de Elenilda Francisca e José Leonardo.

Elenilda Francisca, dona de casa, hoje tem 48 anos de idade. Sua história de vida na Favela da Cachoeira começa quando ela tinha dois anos, mais precisamente em 1965, quando mudou-se com sua mãe de uma pequena casa alugada na Rua Dantas Barreto, mais conhecida como Baixinha, no bairro de José Pinheiro. A família de Elenilda, antes de morar em José Pinheiro, migrou de Alagoa Nova para Campina Grande. Não podendo mais pagar aluguel na Dantas Barreto, a mãe de Elenilda buscou a prefeitura e recebeu o auxílio para construir sua casa de taipa. Durante sua infância e adolescência, Elenilda esteve ao lado de sua mãe, ajudando nos afazeres da casa, estudando e lavando roupas na lavanderia pública para ajudar no sustento da família.

Segundo Elenilda, a casa em que morava com sua mãe durante a infância era:

de taipa. Era sala, quarto e cozinha. Banheiro não tinha. Como a gente morava de frente mesmo com a cachoeira, todas necessidades eram

¹⁰¹ Ver ÁGUEDA, Abílio Afonso de. Morro da Providência: estigma social e ações transformadoras. In. *Vozes do Porto: memória e história Oral*. Icléia Thiesen; Luitgarde oliveira Cavalcanti Barros; marco Aurélio Santana (orgs.) Rio de Janeiro: 2005. DP&A editora, UNI – RIO.

jogadas na frente. Minha infância... ainda hoje eu queria voltar a infância. Era bom, era tranquilo ali, a gente não tinha que se assustar de nada nem temer a nada porque nada disso existia, esses perigos de hoje. Era difícil porque tinha muita ladeira, era escuro, não tinha água nem energia, mas era uma tranquilidade, eu acho que todos os que nasceram e se criaram lá na minha época não tem o que dizer não.

Aos 16 anos de idade, Elenilda conheceu e casou-se com José Leonardo. Leonardo foi morar na Cachoeira aos sete anos de idade, em 1968. Seus pais mais os seus quatro irmãos vieram de um sítio em Massaranduba¹⁰² para morar em Campina Grande, já que a vida que levavam em Massaranduba dependendo exclusivamente do que colhiam na lavoura, já não era suficiente para assegurar o sustento da família. A infância de José Leonardo, também foi marcada pelo trabalho. Ele rememora:

Era uma casa pra sete pessoas. Era pequena, só tinha um vão maior que era a sala e o resto pequeno. A gente armava as redes, e tinha que ser uma coladinha na outra pra caber todo mundo. Só tinha uma cama pros meus pais. Os filhos dormiam nas redes, tudo juntinhas. Era bem pequeno, não tinha quarto dividido. A cozinha era bem pequena, a gente lavava os pratos do lado de fora e cozinhava no quintal, o fogo era de lenha. A infância com cinco irmãos foi só trabalho. Trabalhava. A gente era um pessoal que veio da roça, e mesmo morando na Cachoeira a gente não deixa de cuidar de roça. Aí na idade de 13 pra 14 anos eu comecei a trabalhar na rua e não fui mais pra roça. Mas era só trabalho. E em tempo de criança quando eu não tava na roça, o tempinho que sobrava tava brincando. Eu comecei com construção, depois fui trabalhar com calçamento, cavando vala. Todo esse tipo de serviço já passei por tudo. Mas mais tempo eu trabalhei de pedreiro.

Durante os primeiros anos de casados, Elenilda Francisca e José Leonardo moravam na casa da mãe de Elenilda. José Leonardo trabalhava na construção civil, fazendo casas de alvenaria para quem podia pagar para tê-las, mas não tinha a sua própria. Apenas quando nasceu o segundo filho do casal, eles tiveram condição de comprar um terreno para construir sua casa própria - de taipa. Sobre a construção de sua moradia e a disparidade entre seu mundo de trabalho e a realidade do lugar em que vivia, ele nos diz:

Nesse tempo, depois um pouquinho, eu fui começar a construir casa pra mim. Nesse tempo eu nem lembro, não sei se o prefeito era Enivaldo Ribeiro ou era outro. Só sei que fui fazer uma casa pra mim morar. Aí comprei umas madeiras, comecei a construir bem animado, porque eu nunca tinha tido um teto né, tava todo animado, comecei a

¹⁰² Localizada a aproximadamente 12 km de Campina Grande.

construir. Eu trabalhava da segunda a sexta até o sábado de meio dia, aí quando tinha um espaçozinho de tempo eu ia construindo minha casa. Era de madeira. Só sei que cobri num domingo. Deixei toda cobertinha. Quando foi na segunda-feira eu saí pra trabalhar. Quando eu cheguei tava só o canto. A chuva derrubou. Só era eu e ela, só nós dois levantando a casa. Quando tinha esses espaçozinhos de tempo era que a gente ia trabalhando. Nesse tempo a gente já tinha dois meninos já. Era tempo de chuva. Foi muito tempo fazendo e só durou uma noite. Dormi no domingo, fui trabalhar na segunda, quando voltei, da casa só tinha o canto. A chuva levou a casa. Aí lá vai começar tudo de novo. Bateu logo aquele desânimo na pessoa, porque depois de tanto trabalho já, muito trabalho, e agente só pensando em terminar pra ir pra dentro, pra depois não dar em nada né.

Depois desse primeiro incidente, José Leonardo volta com sua esposa para a casa de sua sogra. Outros esforços para ter sua própria morada foram necessários, mas nem sempre obtiveram sucesso e a segurança que mereciam:

Foi, depois minha sogra comprou um terreno pra nós em outro canto, mais longe do riacho, do outro lado, já do lado da igreja. Lá eu construí outra. A gente terminou de fazer, aí comecei a encher com barro, o chão tava molhado ainda, nós enchemos. Aí começou a chover. Aí mais na frente tinha uma barreira, dava uns três metros dessa minha casa. Aí começou a chover, e a barreira desceu, veio parar na minha porta. E tome água. Arrancou logo a porta de uma vez. Não fechava. E os filhos tudo em casa. Ela botou eles em cima da mesa. Aí a água entrava pela porta de trás saía pela porta da frente. E tome tirar lama. Trabalhei quase a noite toda tirando lama. E quanto mais tirava mais caía.

Segundo Elenilda:

Deu uma invernada boa, minha filha, as casas eram caindo e a minha acompanhou também. Caiu a parede do quarto. Lembro que isso era de madrugada pra amanhecer o dia, aí no quarto a cama era encostada na parede. Sei que quando a parede desceu na enxurrada a cama desceu junto. Quando a gente acordou a casa tinha descido que se levantasse a mão tocava no teto. Aí a gente se levanta e vai tirando os troços e carregando pra casa de minha mãe, mas aí a casa de minha mãe começou a cair também.

José Leonardo completa:

Eu disse “Elenilda, está acontecendo uma coisa, a casa ta diminuindo, ta baixando”. Só que o pior de tudo é que começou a cair a minha e a da minha sogra, que era pra onde eu corria né... Aí tinha o salão da associação, a gente foi pra lá. Em tempo de chuva era um dismantelo.

O salão a que se refere José Leonardo era da associação de moradores da favela. Quando em função das chuvas alguém ficava desabrigado, ou era retirado de sua casa por indicação da defesa civil, a associação acolhia os moradores até que tivessem condição de reerguerem seus lares e voltarem à vida comum. No salão da associação, Elenilda e José moraram com mais quatro famílias por cerca de dois meses. Cada família utilizava os pertences que tivessem conseguido salvar antes de perder a casa. José Leonardo rememora:

A gente passou de dois meses pra mais morando no salão. Nesse tempo que nós estávamos lá não tinha reunião. Aí a gente foi pro salão, só que na parte de cima do salão da associação era bem enxutinho, lá em baixo, que era onde a gente estava, você passava a mão nas paredes era molhada de água, fora o piso. Aí com dois meses eu consegui arrumar minha casa. Fui pra lá. Com um ano a casa caiu de novo. A gente voltou pro salão. Fiz a casa de novo. Com um ano a casa tornou a cair. Fiz três casas de taipa num canto só. A quarta eu fiz de tijolo. Toda vida eu fiz uma economiazinha né. Aí quando caía eu já tinha um dinheirinho pra ajudar. Depois da terceira vez eu disse “rapaz, não vou fazer de madeira mais não, vou fazer de tijolo”. Aí comecei a construir. Trabalhava de dia, de noite ia construindo, nos domingo ajuntava os amigos e ia construindo. Na época de cobrir, quando eu chegava do trabalho, trabalhava até meia noite, uma hora da manhã.

Sobre o movimento de reconstruir sua casa, feito por José Leonardo e Elenilda Francisca, comungamos com a ideia levantada por Kowarick de que o construir/reconstruir a casa deteriorada é uma atividade considerada espoliativa¹⁰³, à medida em que para realizá-la o indivíduo precisa dispor de horas extras, energia física para aumentar a jornada de trabalho em seu domicílio, diminuir as despesas básicas da família e ter outros indivíduos para ajudá-lo a trabalhar nesse processo de construção¹⁰⁴.

¹⁰³ Por Espoliação Urbana, Lúcio Kowarick entende a precariedade ou ausência de serviços de consumo coletivo que junto ao acesso à terra se mostram necessários à reprodução urbana dos trabalhadores.

¹⁰⁴ Ver Kowarick, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

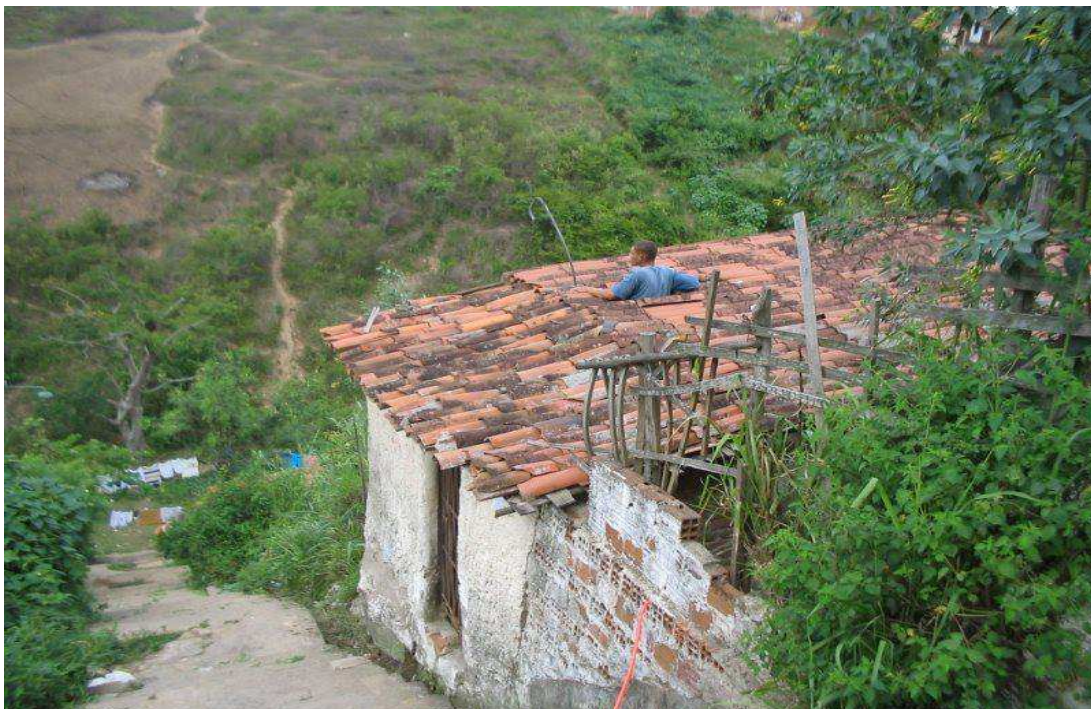


Figura 9. A fotografia representa um homem fazendo reparos em sua casa, atividade espoliativa. Fotografia do acervo pessoal de José Martins.

As redes de solidariedades se formavam com os vizinhos especialmente nessas épocas de chuva, em que os moradores tinham suas casas ameaçadas ou precisavam se abrigar no salão da associação de moradores:

Ajudavam, um pegava uma coisa, outro pegava outra, ia subindo a ladeira, ia segurando os meninos, tinha que pegar logo os meninos, era... Cada vizinho era um irmão. A gente sofria por eles.

José Leonardo e Elenilda disseram que outro problema que encontraram ao morar na favela, foi a questão do preconceito, que atravessava várias vertentes de seu dia a dia. Um dos incômodos que sentiam era quando o preconceito generalizava os moradores da Cachoeira como perigosos. Diz José:

Não era perigoso. Mas é que se acontecesse um problema por exemplo em Monte Castelo, ninguém dizia que era de Monte Castelo nem de Zé pinheiro, dizia que era da Cachoeira. Era não, mas é que o povo achava que a Cachoeira era a favela pior que tinha dentro de Campina Grande. Ou até do mundo, ninguém nem sabe. Era um lugar esquecido. Tinha as violências, mas no caso, era coisa entre eles, que se misturava com gente que não prestava. Porque dentro de um bairro, se um erra, não é obrigado todos errarem.

Elenilda dizia que a própria polícia era preconceituosa, que *“eles tratavam a gente mau. Com indiferença, como sempre. Com preconceito, faltando com respeito.”*

Preconceito que segundo Elenilda, não vinha só por parte da polícia, mas de outros segmentos da sociedade. Ela nos narra as seguintes situações:

No meu caso, eu gostava muito do postal sonoro, vou lhe dar um exemplo. A gente ligava pro postal sonoro, “quero mandar uma música”, quando a gente dizia que era da Cachoeira, o locutor lá do outro lado desligava o telefone. Isso acontecia. Outras vezes foi quando minha filha começou a ir pro colégio maior, ela saiu do Anésio Leão e foi estudar no Nenzinha. Lá ela chegou muito pequena, chegou com nove anos, e ainda mais da Cachoeira, e ali aconteceu coisas que eu fui obrigada a tomar uma atitude rígida até com os professores. Os professores não tinham preconceito com ela, mas tinham culpa. Ficavam os maiores lá na frente, ela sempre ficava atrás e os professores não percebiam que os colegas ficavam insultando ela, dizendo “deixa ela, é da Cachoeira, sai daí”, não queriam se aproximar dela, e até quando ela ia fazer alguma atividade no quadro os colegas diziam “oxe professora, a senhora vai chamar ela da Cachoeira?”. Essa menina chegava toda triste da escola e não dizia o que era, aí eu fui lá olhar. Tava os meninos naquela festa e ela num canto atrás, como se tivesse de castigo. Aí eu fui falar com o professor, saber por que ela estava lá, aí a gente começou a juntar as peças. Ela se sentia lá em baixo porque todo mundo chamava ela de “da Cachoeira”. Teve ponto de eu escutar uma mãe dizer na minha cara que não queria ela se juntando com minha filha porque ela era da Cachoeira. Aí pronto, a escola ajudou a acabar com esse negócio de preconceito. Foi juntando tudinho.

José Leonardo também exemplifica:

É muita história. Olhe uma vez eu estava no hospital com a mulher que tinha ganhado menino, estava procurando um taxista pra levar, ele disse “é pra onde?”, eu disse “pra Cachoeira”, ele disse “Eu vou nada, deus me defenda!”. Eu tive que tirar meus documentos todinhos, botar na mão dele, mostrar todinhos a ele e disse “pode levar, eu me responsabilizo.”

A essa altura do relato de Elenilda e José Leonardo, um tio de Elenilda, o senhor Pedro José, de 76 anos, já apresentado no primeiro capítulo, que ouvia a nossa conversa com os sobrinhos, nos pediu licença para contar um preconceito que sofreu enquanto morador de favela, mas que ele, já sem paciência para suportar tanta ofensa, respondeu aos agressores. Prontamente aceitamos a intervenção de Pedro, que nos contou:

Por falar em discriminação, aconteceu uma vez comigo mesmo né. Um dia eu ia bem ligeiro, ali perto da ponte, e tinha umas mulheres lá que parecia do centro, conversando com Maria Tranca-rua. Aí perguntaram assim “a senhora vai pra onde?”. Ela disse “nós vamos levar ali uma ajuda pra esses miseráveis da Cachoeira”. Aquilo me

deu uma raiva, aí eu voltei, parei assim, elas conversando e eu disse “madame, a senhora me dá licença?”. Ela disse “Pois não”. Eu disse “olhe, vou lhe dar meu endereço pra senhora (eu falando bem calmo assim), vou dar meu endereço pra senhora, porque se a senhora descer na rua Militão Marques, aquela que tem a caixa d’água, quando a senhora descer a senhora vá prestando atenção ao número das casas, quando chegar no número 125 a senhora faça de conta que não mora ninguém, passe direto, não entre não!”. Ela disse “o que é que o senhor vem dizer com essa conversa?”. Eu disse “era pra eu dizer muito mais, porque a senhora ta chamando tudinho de miserável. Lá não tem miserável não, tem pobre, mas não da graça de deus, que todos nós somos abençoados por Deus, agora da gente não ter chance de morar num lugar melhor vá lá, mas miseráveis nós não somos não”. Aí saí e fui embora né. Aí ela olhou uma pra outra e disse “mas que homem danado”. Aí saí, fui resolver uns negócios pro lado de José Pinheiro, era ligeiro, num instantezinho resolvi e voltei. Quando eu cheguei na ponta da rua eu passei e elas iam descendo, aí eu passei. Passei, cheguei em casa, tomei café, acendi um cigarro de fumo dessa grossura e fiquei sentado na porta esperando por ela. Aí elas conversaram com um e com outro, aí me viram na porta e passaram direto. Aí minha esposa disse “oxente, passaram em todo canto e não passaram aqui?” Aí eu disse “ a ordem foi minha, que disse que não era pra elas entrarem aqui, e eu voltei pra ver se elas tinham o atrevimento de entrar, porque aí eu ia empurrar elas de ladeira abaixo, pronto”. Aí ela disse “e pra que essa brabeza toda?” Eu disse “não é brabeza não. Você aceita ser miserável?” Ela disse “ ah, não”, “pois foi o nome que agente levou da boca dela foi de miserável, ela disse que vinha dar uma ajuda aos miseráveis da Cachoeira”.

Pedro José, tio de Elenilda e José Leonardo, com o exemplo dado, nos mostram que os moradores da Favela da Cachoeira rejeitavam a posição de coitados, miseráveis e marginais que a sociedade muitas vezes lhes imputava. Queriam ser respeitados como gente, como pobres, como gente pobre que eram. Não negavam sua condição de favelados, mas negavam veementemente a condição de perigosos e bandidos que algumas vezes lhes era atribuída.

Dias difíceis, situações de risco, saúde ameaçada, mas mesmo assim eles não abriam mão de celebrar a vida, de manter a alegria de viver. José Leonardo diz:

De vez em quando eu comento com ela, que lá mesmo sendo mais pobre e cheio de ladeira, mas nem se compara a alegria de lá com a alegria daqui. Lá era muito mais alegre. A gente dançava a noite todinha, ninguém dormia lá. Aqui é muito bom, nessa rua que eu moro, graças a Deus, não tenho do que reclamar, mas é cada um no seu quadrado, no seu jeito.

Elenilda segue dizendo:

Lá a confraternização era maior. As casas eram de palmo a palmo, pertinho, não tinha muro, quem tinha uma condiçãozinha melhor fazia uma cerca de vara, a gente botava a cabeça e via o vizinho. E aquela confraternização era de todas as casas, como a rua era muito comprida, todas as casas tinham uma fogueirinha. As casas eram de frente pra frente, aí a gente amarrava bandeirola até o final da rua, na rua todinha. E o que a gente tinha a gente repartia ali. Se um tivesse assando um milho e o outro não tivesse, dividia. Se um fizesse uma pamonha, cada um tinha um pedaço. Naquela época a gente não falava em churrasco. A gente chamava “vamos assar uma carinha na fogueira”, aí pronto, aquele pedacinho de carne dava pra um vizinho, pra dois.

Quando perguntados se foram felizes morando na favela, eles respondem:

Sim, foi um lugar que acolheu a gente quando a gente chegou lá até a nossa saída. Teve muito transtorno lá, mas... o transtorno maior era a chuva, o resto a gente ia ajeitando. Ruim era ver chover, a gente correr pra tirar os troços dos vizinhos, e ver a casa indo embora de ladeira abaixo, dava aquela coisa que a gente só pensava nas casas da gente.

A favela de muitos ordinários

A partir das falas dos ex-moradores da favela da Cachoeira, podemos perceber que aquelas pessoas forjaram maneiras próprias de viver em favela e conseqüentemente construíram uma imagem de Cachoeira que enunciam e anunciam ao longo do tempo. Os instrumentos utilizados para tanto perpassam astúcias, silêncios, falas intencionadas, criatividade, burlas, apropriações do espaço. Por meio daquelas vozes podemos perceber como a degradação, o descaso público, o abandono e a decadência de um espaço urbano ao longo do tempo marcou memórias coletivas e redefiniu identidades no espaço social.

Concordamos com as palavras de Gisafran Nazareno Mota Jucá, quando ele diz que “a dor da existência de personagens comuns, constantes nos relatos apresentados, faz-nos entender o peso da paisagem urbana revelada pelas narrativas dos envolvidos no seu cenário¹⁰⁵”.

¹⁰⁵ JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Fortaleza Estampada na Imprensa e na Literatura. In.: *Populares na Cidade, vivências de trabalho e lazer*. Antônio Clarindo Barbosa de Souza (Org.) João Pessoa: Ideia, 2011.

Os fragmentos de vida dos nossos narradores nos permitem perceber a forma como a favela era utilizada por aquelas pessoas, ou mesmo

O costume recíproco do fato da vizinhança, os processos de reconhecimento – de identificação – que se estabelecem graças à proximidade, graças à coexistência concreta em um mesmo território urbano, todos esses elementos “práticos” se nos oferecem como imensos campos de exploração em vista de compreender um pouco melhor esta grande desconhecida que é a vida cotidiana¹⁰⁶.

E a partir de suas falas, como a favela era evitada por quem estava fora dela, ou não mantinha relações de proximidade social e política com aquele espaço.

Assim, dentro do conjunto maior que é a cidade, a Favela da Cachoeira era atravessada por códigos dominados por seus usuários, porém desconhecidos por seus ímpares, códigos aqueles, morais ou comportamentais, que foram assimilados e assumidos para que a vida naquele espaço fosse possível, frente à posição que a Cachoeira ocupava na configuração da cidade de Campina Grande e dos desníveis sociais observados em nossa sociedade.

Aqueles moradores conseguiram criar para si uma favela um pouco diferente daquela cujas características poderiam ser apenas de carência, escassez, pobreza e insalubridade. Fizeram daquele lugar um lugar de aconchego, de recolhimento, de sentimentos diversos, de saudade, de reconhecimento. Tomando de empréstimo as palavras de Mayol, a Cachoeira não foi “propriamente uma superfície urbana transparente para todos ou estatisticamente mensurável, mas antes a possibilidade oferecida a cada um de inscrever na cidade um sem-número de trajetórias”¹⁰⁷.

O que possivelmente tornou aquela favela habitável, não foi seu potencial utilitário ou técnico, mas sim o cruzamento entre acolhimento e estranheza, entre o que foi dado e o que é possível, entre o atingível e o inatingível. Tudo isto dado a ler pela fala dos seus outrora habitantes, que fizeram da Cachoeira um espaço de invenção, cujas dimensões reais se misturam às simbólicas. Dimensão palpável e material misturada à dimensão sensorial, poética e invisível, como a de cidade de Calvino¹⁰⁸. Deste modo,

¹⁰⁶ MAYOL, Pierre. O Bairro. In.: *A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Michel de Certeau, Luce Giard, Pierre Mayol; Tradução d Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 10. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

¹⁰⁷ MAYOL, Pierre. O Bairro. In.: *A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Michel de Certeau, Luce Giard, Pierre Mayol; Tradução d Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 10. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

¹⁰⁸ CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo. Companhia das Letras, 1990

recordamos Certeau quando diz da grande capacidade que pessoas comuns tem de “inventarem” seu cotidiano com as “artes de fazer”, formas astutas de criar resistências à códigos sociais e de apropriar-se de espaços. Assim, o gesto de narrar suas experiências na cidade, narrar aquilo que lhe foi conhecido, refaz, reconstrói, restaura o território onde se desdobrou as “artes de fazer” daqueles “homens ordinários”.

CAPÍTULO III - A FAVELA SE DESFAZ: AGORA O TEMPO DE GLÓRIA

*Minha cabocla, a Favela vai abaixo
Quanta saudade tu terás deste torrão
Da casinha pequenina de madeira
que nos enche de carinho o coração
Isto deve ser despeito dessa gente
porque o samba não se passa para ela
Porque lá o luar é diferente
Não é como o luar que se vê desta Favela
(A Favela Vai Abaixo – J. B. da Silva “Sinhô”)*

“Eu ficava perdido, ‘será que é minha?’. O papel assinado e tudo, não tinha quem tirasse não, não tem quem tire. Só que eu não acreditava, parecia uma ilusão, sei lá... isso é negócio de gente que nunca teve nada na vida. Chegava aqui e ficava abestalhado. Até hoje eu sou”.
(Severino da Silva Nunes, em entrevista concedida em 23/08/2011)

O encantamento do senhor Severino Nunes, o seu Bino, foi compartilhado por outros tantos moradores entre as 670 famílias que moravam na Favela da Cachoeira. A favela, naquele momento, se caracterizava por ter um universo de 2.336 moradores, sendo que 78,8% dessas pessoas tinham entre 22 e 59 anos, a porcentagem de idosos era de 13,3% e 9,1% de portadores de necessidades especiais. A maioria das famílias eram chefiadas por mulheres e 54,9% delas sobreviviam com uma renda de um salário mínimo por mês. As outras famílias sobreviviam com renda abaixo da média de um salário. Vale salientar ainda que 33% dos chefes de família da favela às vésperas de sua relocação eram analfabetos¹⁰⁹.

Essas pessoas tiveram seus referenciais de moradia e habitação modificados no dia 05 de outubro de 2006, quando se deu o início das relocações daquelas famílias para o conjunto habitacional Glória. Tal conjunto foi construído com verbas do Governo Federal e Estadual em parceria com a Companhia Estadual de Habitação Popular, através do programa Pró-moradia. O objetivo deste capítulo é refletir sobre como se deu essa mudança de lugar habitado de forma concreta e subjetiva pelos moradores da Cachoeira, como se deram os reclames que culminaram com a relocação, quais as nuances da mudança, quais as ressignificações dos atos de morar, de circular pelas ruas,

¹⁰⁹ Dados da Cehap, contidos no Relatório de Trabalho Técnico Social de Reassentamento da População Beneficiária da Favela da Cachoeira, escrito em julho de 2007, disponível na sede da Cehap.

de se relacionar com os vizinhos, de se relacionar com o meio ambiente e com outros espaços públicos na cidade, de mudar de vida enfim.

Antes de atentarmos para as falas dos moradores da favela sobre como se deram as mudanças sob sua ótica e narrativa, se faz necessário uma breve discussão sobre os programas estaduais e federais de fomento à construção de loteamentos e casas populares para entendermos como se deu esse processo administrativo de intervenção estatal em nossa cidade.

A primeira política habitacional desenvolvida no Brasil tem pouco mais de sessenta anos, quando em 1946, por iniciativa do governo Dutra, foi criada a Fundação da Casa Popular. O objetivo era viabilizar uma política habitacional para a população de baixa renda¹¹⁰. No entanto, devido ao ineditismo dessa experiência no país e aos recursos destinados, essa política não abrangeu todos os estados da federação, tornando-se assim pouco eficiente. Todavia, ela marcou a sistematização de políticas nacionais voltadas às questões habitacionais.

Em 1964, cinco meses após o golpe militar, foi criado o Banco Nacional de Habitação. O BNH caracterizou-se por ser o mais longo instrumento de intervenção na política habitacional brasileira. Extinto em 1986, o BNH ainda é bastante citado quando se fala da produção e expansão da cidade no Brasil. Um fator marcante dessa política de habitação foi a criação de linhas de financiamento de habitação com uma captação específica de recursos advindas do FGTS¹¹¹. O problema em mais esta intervenção política é que, quando de sua extinção, a população de baixa renda, alvo da criação desta política, não foi satisfatoriamente atendida.

Extinto o BNH em 1986, suas atribuições foram transferidas à Caixa Econômica Federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, enquanto que a política nacional de

¹¹⁰ Neste período já havia outras iniciativas nesse sentido, ligadas aos Institutos, Caixas de Pensões e Aposentadorias. Todavia, aquelas medidas só atendiam aos seus sócios. A ideia do governo Dutra (de 1946 a 1950) era centralizar os investimentos no setor de habitação. Ver mais informações em ARAÚJO, Mateus Augusto. A política nacional de habitação e a produção do espaço urbano: o conjunto Glória em Campina Grande – PB. Bacharelado em Geografia. Universidade Federal da Paraíba, 2010.

¹¹¹ A instituição do FGTS busca suprir essas dificuldades, à medida que o Estado, garante de certo modo ao trabalhador assalariado uma reserva monetária, na forma de pecúlio, a qual pode ser utilizada para fins de financiamento da casa própria. Por meio da cobrança deste tributo houve uma crescente capitalização pelo Estado, permitindo, assim, a captação de recursos para financiar os programas habitacionais. O FGTS foi instituído pela Lei nº 5.107, de 13/09/66, a qual foi regulamentada pelo Decreto nº 59.820, de 20/12/1966. “Formado por depósitos mensais efetuados pelas empresas em nome de seus empregados, no valor equivalente ao percentual de 8% das remunerações que lhes são pagas ou devidas: em se tratando de contrato temporário de trabalho com prazo determinado, o percentual é de 2%, conforme dispõe o inciso II do art. 2º da Lei nº 9.601, de 21/10/1998. Atualmente, a Lei que dispõe sobre o FGTS é a de nº 8.036, de 11/05/1990, republicada em maio de 1990, já tendo sofrido várias alterações”, disponível em www.mte.gov.br/fgts/oquee.asp, acessado em outubro de 2012.

habitação ficou a cargo do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Em 1988 fora criado o Ministério da Habitação e do bem-estar Social¹¹². Em 1995 este ministério fora extinto, dando origem a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, que se mantém até os dias atuais¹¹³.

Em 2003 houve a retomada dessa pauta com a criação do Ministério das Cidades, assim composto: Secretaria Nacional de Habitação, a Secretaria Nacional de Programas Urbanos, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e a Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana. Dessa forma, com estas secretarias integradas, as ferramentas necessárias à produção da cidade, centralizadas nesse ministério, torna-se possível pensar uma política para a cidade como um todo, reconhecendo-se que a crise habitacional não é um problema de construção de casas, e que o déficit habitacional não é o mesmo que falta de casa, e sim o reflexo de uma crise no modelo de produção das nossas cidades. Para o Ministério das Cidades

A Política de Habitação se inscreve dentro da concepção de desenvolvimento urbano integrado, no qual a habitação não se restringe a casa, incorpora o direito à infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais, buscando garantir o direito à cidade (MCIDADES, 2006, p.12).

Devido à característica assistencialista que estes programas apresentam desde sua gênese na década de 1940, eles provavelmente foram caracterizados como ‘moeda de troca’, geralmente com intuito eleitoral. É comum observarmos que a construção de grandes conjuntos habitacionais sempre foi utilizada pelos governos como propaganda ou promessa de uma boa gestão, mesmo que estes não viessem a atender a demanda da crise habitacional local. Tecemos essa provocação porque, segundo os moradores da favela da Cachoeira, esse artifício político fora usado por muitos anos.

O senhor José Leonardo nos diz que em épocas de campanha eleitoral, os políticos visitavam a favela fazendo promessas de melhoria das condições de vivências daquelas pessoas, no entanto, findada a campanha, eles não voltavam a visitar a comunidade. Segundo José Leonardo

¹¹² Responsável pela gestão da política habitacional, desenvolvimento urbano, saneamento básico, políticas ambientais e transportes urbanos.

¹¹³ Ver mais em ARAÚJO, Mateus Augusto. *A política nacional de habitação e a produção do espaço urbano: o conjunto Glória em Campina Grande – PB*. Bacharelado em Geografia. Universidade Federal da Paraíba, 2010.

em tempo de campanha é que eles chegavam. Depois de um tempo esquecia. Quando ia chegando a eleição se aproximava de novo. É que nem sapo, no calor não vem nenhum, mas dá uma chuva aparece meio mundo.

Daniela Nunes nos diz que os apelos por parte da comunidade eram grandes, mas que a contrapartida não era proporcional:

era muita humilhação pra ganhar alguma coisa deles. Eles mandavam e no outro dia, no outro dia, no outro dia... A gente conseguia era coisa de dente... dava as chapas, os remédios.

A forma assistencialista e esporádica com que a maioria dos políticos se relacionavam com os moradores da Favela da Cachoeira contribuiu para a antipatia daquelas pessoas com os tais. No entanto, uma figura política em particular era bem quista pelos moradores da Cachoeira: Cássio Cunha Lima. Foi prefeito da cidade por três mandatos¹¹⁴, sendo que o último não foi cumprido por completo, pois o mesmo foi eleito Governador do Estado em 2003.

A empatia que a população tinha com esse político provavelmente se devia ao seu carisma e as ações de governo que ele fez na favela enquanto prefeito. No primeiro capítulo citamos que em seu segundo mandato na prefeitura ele viabilizou a construção de casas de alvenaria em toda a favela. Essa foi a única ação de grande proporção feita na Cachoeira antes de sua relocação, que também foi executada por aquele político enquanto governador do estado. No entanto, quando os moradores tentam explicar a identificação que tinham com o político, o argumento era outro. Daniela Nunes nos diz que a empatia se dava *“porque ele era bonito.... Bonito e tinha a promessa de tirar de lá. E não sei, parece que bateu sangue com sangue...E ele tinha conversa de derrubar um boi, aí nós íamos na conversa dele”*. Juciléia Nunes completa dizendo que *“Eu sei que nem Jesus agradou todo mundo. Aqui acolá você deve achar um que não goste, mas eu não sei quem é não...”*

Por ter feito a melhoria das casas da favela em seu mandato para prefeito, Cássio Cunha Lima parece ter ganhado a confiança daqueles moradores. Segundo Severino Nunes, o Bino, ele prometia a relocação dos moradores e a cumpriria uma vez eleito

¹¹⁴ de 1989 a 1992, de 1997 a 2000 e de 2001 a 2002.

governador, tendo em vista que a prefeitura não teria condições de financiar uma obra tão cara. Nas palavras de Bino

Pra começar ele disse “eu não posso tirar vocês que eu não sou governador, mas posso fazer o seguinte, fazer as casas”. As casas da gente não era de barro? Ele fez de tijolo. Ele deu material, deu trabalhador pra ajeitar as casas da gente, quando a gente saiu de lá a casa já era de tijolo. Mas Cássio sempre disse “eu não sou governador, me ajude vocês e bote eu no poder”. Sempre ele dizia que não era governador e não podia tirar a gente. O Cássio sabia que existia o dinheiro, mas ele não tinha moral de chegar e fazer porque não era governador. Mas quando ele ganhou foi a primeira coisa que ele fez.

Não é nosso interesse aqui entrar no mérito das administrações do político Cássio Cunha Lima, mas sim refletir sobre as ações administrativas que incidiram sobre a favela, bem como o modo como aquelas pessoas receberam e utilizaram aquelas ações. O fato é que enquanto governador do Estado, em parceria com o governo Federal, o governo Cunha Lima executou o Programa de Atendimento Habitacional através do Setor Público, ou simplesmente PRÓ-MORADIA, para realizar o projeto de remoção das 670 famílias da Favela da Cachoeira. O Pró-moradia é tido como um dos mais importantes dos programas financiados com recurso do FGTS.

Do processo de financiamento de habitação, por meio do PRÓ-MORADIA, participam diretamente o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal. O Ministério das Cidades, no papel de Gestor da Aplicação, regulamentando o programa de acordo com o que estabelece o Conselho Curador do FGTS, e, posteriormente, acompanhando e avaliando o programa. A Caixa Econômica Federal atua como Agente Operador do FGTS, contratando em nome deste as operações de empréstimos com os Agentes Financeiros pré-aprovados para participarem do programa. Estes, por sua vez, são responsáveis por contratar operações de empréstimos com a Caixa Econômica e operações de financiamento com os mutuários. Os mutuários deste programa são os estados, o Distrito Federal, os municípios ou órgãos dessas administrações, que são responsáveis por contratar operações de financiamento e executar as obras e serviços propostos, além de arremeter os beneficiários, por meio de inscrição com divulgação pública do programa, restando aos beneficiários finais – as famílias que receberão o serviço – apropriarem-se das habitações e dos serviços realizados¹¹⁵.

¹¹⁵ Ver mais em ARAÚJO, Mateus Augusto. *A política nacional de habitação e a produção do espaço urbano: o conjunto Glória em Campina Grande – PB*. Bacharelado em Geografia. Universidade Federal da Paraíba, 2010.

O que a memória dos depoentes indica e suas falas registram é que a implantação do programa que culminou com a mudança para o loteamento Glória não foi algo dado pelo governo sem que antes houvesse anos de reivindicações e reclames dos moradores da Cachoeira. Segundo contam, eles foram agentes diretos e participativos nas petições até que o benefício fosse alcançado. O Senhor Pedro José diz que *“Isso não foi favor que o governo fez. Era obrigação dele”*. Dona Angelita nos diz de sua participação:

A luta foi da gente, político nenhum, foi a gente. Nós que se ajuntemos, fizemos campanha. A gente foi quem lutou. Oxente, a gente vivia ali nas reuniões com o povo da Cehap. Esse povo trabalhava pra Cássio. A gente lutou demais, mulher. A gente assistia reunião na Sab de Monte Castelo, perto da lavanderia. Era direto cobrando. Mas até podia ter saído. O governador sempre dizia *“quando eu sair de prefeito pra governador eu vou dar uma moradia melhor pra vocês, porque a gente sabe que esse setor que vocês moram não é setor de se morar”*. A gente tinha essa fé que ele sempre dizia, mas a gente lutou demais. Batalhamos, filha, eu lutei que nem uma condenada pra sair dali. Eu gritava demais nas reuniões.



Figura 10. Fotografia representando as passeatas organizadas pela comunidade. Fotografia do acervo pessoal de José Martins.

As reivindicações em forma de passeatas e de reuniões eram organizadas pela Associação dos Moradores da Cachoeira, juntamente com o Clube de Mães. Aquelas

peças formaram uma comissão, responsável por mediar os interesses dos moradores e os interesses do governo. Sobre a participação dos populares nesse processo, temos alguns depoimentos emblemáticos. Alguns deles nos dizem da intensidade das reivindicações, da participação ativa das pessoas. Ativa, mas nem sempre numerosa, tendo em vista os quase três mil moradores da favela. Segundo Juciléia Nunes, muitas vezes os moradores não iam às reuniões por não acreditarem que a mudança fosse possível:

Ia pouca gente, a não ser que Cássio viesse ou alguém mandado por Cássio, aí ficava cheio. As vezes o povo não levava muita fé que ele (líder da associação de moradores) conseguisse. Ele chamava o povo pra dizer que tava lutando pra conseguir tal coisa por exemplo, aí dizia “Ahhh... consegue nada, eu que não vou escutar besteira”. Então só pouca gente ia. Pronto, “fazer a reunião pra falar das casas da Cachoeira que iam sair, quem vem?”. Pronto, era muito pouca pessoa que ia. Era lá na SAB ou na Igreja. Agora se dissesse “vem assessor de fulano que vai falar sobre as casas que vai sair” aí ficava cheio, todo mundo ia, porque parecia que era mais real, mais verdadeiro.



Figura 11. Fotografia representando as reuniões na SAB de Monte Castelo. Fotografia do acervo pessoal de José Martins.

Outro depoimento que revela certa descrença na mudança é o de Dona Angelita. Quando perguntada se ela tinha fé que a relocação aconteceria, mesmo sendo uma das militantes da causa, ela respondia

Eles foram lá na minha porta. Perguntaram assim “a senhora tem fé de sair daqui da Cachoeira”. Eu disse “tenho fé, mas é de sair daqui pro cemitério, aquele lá do Velame, da Vila Cabral”. “Por que a senhora ta dizendo isso?”. “Porque lá é o lugar dos indigentes. Menino, faz 23 anos que eu moro aqui, só é o que a gente vê falar e ninguém faz nada.”

Há um tom de revolta da fala de Dona Angelita. Com tanta luta, ela se incomodava com o descaso das autoridades públicas. Além do mais, os anos de promessa dividiam as pessoas, uns acreditavam que não sairiam daquele lugar em vida. Para Juciléia

Tinha muita gente que morreu com sonho de sair dali. Porque todo ano ia sair dali. “Esse ano vamos tirar vocês da Cachoeira”. Entrava político, saia político... Sempre em tempo de eleição iam pra lá pra Cachoeira pra tirar. “Vou tirar vocês daqui, porque aqui é muito perigoso. Fazer um bairro noutra canto”. Isso foi coisa de anos. Teve gente que nasceu ali, morreu ali e nunca saiu. Entrava e saia governo e nunca resolveu a situação.

Quando Juciléia fala que muitas pessoas morreram com o sonho de sair dali, nos remetemos às ideias de Paulo Freire sobre sonhos e utopias. Freire dizia que o utópico não é o irrealizável, mas a busca da realização possível, a esperança, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante que se pretendia obter. Assim, a utopia em Freire é um estado de ação¹¹⁶.

Percebemos que aquelas pessoas se aproximavam da categoria de Freire à medida em que a revolta, e por vezes a descrença, não fomentava o desânimo, e sim a persistência em lutar por um direito seu. Essa luta era espelho do processo de conscientização, conceito também colocado por Paulo Freire, do lugar social dos moradores da favela. Segundo Freire, a conscientização se dá a partir do momento em que o sujeito conhece as nuances de sua realidade e, principalmente, assume o compromisso de modificá-la em favor do grupo. Assim, a conscientização “é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo¹¹⁷”.

Utópico e consciente, diz José Martins

Nós nos reunimos pra cobrar uma parceria deles, porque só pra prefeitura seria dificultoso fazer sozinha, não é mesmo? Mas com uma

¹¹⁶ FREIRE, Paulo. *Conscientização: Teoria e prática da libertação*. São Paulo: Centauro, 2001.

¹¹⁷ FREIRE, Paulo. *Conscientização: Teoria e prática da libertação*. São Paulo: Centauro, 2001.

parceria da prefeitura, governo do estado e governo federal ficaria mais fácil conseguir, mesmo a longo prazo, mas isso poderia dar margem. A luta da comissão de moradia era essa, cobrar do governo para que desse um fim cabal pra Cachoeira, porque não adiantava mais fazer reforma, urbanizar, arrumar favela. Se fez em 1998 e não deu certo, dessa vez também não daria certo. Então a solução definitiva seria o que? Seria arrancar todo mundo dali, acabar com a favela. O que aconteceu foi que nós começamos a comprar a briga com o Governador, porque o governador é maior do que a prefeita. Não adiantava correr pra prefeitura. Não se faz as coisas acontecerem com promessas, se faz as coisas acontecerem com dinheiro, então uma ação pública não é uma ação de boa vontade. Ela tem que ser calculada com uma ação de governo. E essa ação de governo pra acontecer tem que ter recurso. A prefeitura não tinha recurso. Então o que foi que nós fizemos? Compramos a briga com Cássio, ligávamos pras emissoras de rádio todo dia, ligava até pras rádios de João Pessoa, e tome cacete. E o governador não é deus não, é um administrador público, ele é nosso representante, não é deus não, mas muita gente tratava como se fosse um deus, tinha gente que ficava até com raiva de mim, porque eu pegava duro. Muita gente se rebaixa, muita gente vive na pobreza mas se entrega a miséria. Viver pobre não é viver na miséria não. Ser miserável é não ter senso crítico. Fomos à Câmara de Vereadores, fomos ao Palácio do Governo, fizemos manifestação em frente ao gabinete da prefeita, lá em frente ao gabinete vieram tapear a gente com pão e mortadela. Pensaram bem que a gente tava com fome. A gente tudo lá gritando “queremos nossa casa, queremos nossa casa!”. E a gente começou a cobrar na lógica da razão, tirando as reuniões de salas fechadas e levando ao conhecimento do povo, nas emissoras de rádio. Aí o governo tinha um prejuízo, ele até poderia tapear o voto daquele que ficou indeciso com uma cesta básica, mas agora quando chega ao conhecimento de todo o povo, todo o povo ficou sabendo que ele não ia fazer, aí ele fez só pra não ficar no prejuízo. E fez graças a Deus. Temos que reconhecer que Cássio, fez uma ação de governo maravilhosa. Pra mim, a melhor ação de governo de Cássio não foi viaduto. Pra mim se ele não tivesse feito o viaduto não faria nem falta. Se ele não tivesse feito calçamento e saneamento no estado não tinha feito nem falta. Eu digo isso individualmente.

Quando José Martins afirma que outras ações de governo, como o viaduto no centro da cidade ou o calçamento de ruas, não fariam falta para ele, certamente diz que aquelas ações, embora importantes para uma outra parcela da população, não atendiam as necessidades básicas e imediatas dos favelados.

Segundo o relato dos envolvidos na associação de moradores, a intensificação dos reclames ao governo do Estado se deu a partir do ano 2000. Talvez não por acaso. Naquele mesmo ano, mais precisamente no dia 17 de fevereiro de 2000, o então prefeito Cunha Lima mobilizou a Defesa Civil e decretou estado de emergência na área do

município de Campina Grande considerando as fortes chuvas que intempestivamente assolaram o município e a possibilidade de sua continuidade¹¹⁸.

Os prejuízos causados pela chuva daquele ano colocaram em risco a vida de cidadãos em função dos alagamentos de diversos locais na cidade, atingindo árvores, rede elétrica e moradias, deixando algumas famílias que moravam em áreas de risco desabrigadas, especialmente famílias que moravam na Favela da Cachoeira e algumas áreas dos bairros de Bodocongó e Pedregal. Segundo reportagem do jornal Correio da Paraíba em 15 de fevereiro de 2000, três mortes foram registradas no bairro do Pedregal, quando as mulheres Maria Carlos da Silva, Severina Barbosa e Marinalva Barbosa foram arrastadas pela correnteza após caírem no canal que corta o bairro. No dia 20 de fevereiro outra reportagem naquele mesmo jornal dizia que não houve casos de morte, no entanto, foram registrados outros alagamentos e desabamentos na Favela da Cachoeira.

Durante todo o ano 2000, casos como o de dona Francisca das Chagas foram comuns. Segundo o relatório da Defesa Civil, na Favela da Cachoeira, parte da cozinha da casa pertencente à senhora Francisca das Chagas desabou sobre a casa de um casal de idosos identificados apenas como Maria e Francisco. O Corpo de Bombeiros retirou Francisca, seu pai e os cinco filhos da mulher da casa que ameaçava cair completamente com o deslizamento da barreira. A família de Francisca foi para um abrigo, enquanto o casal de idosos foi levado para a casa de vizinhos¹¹⁹.

E o estado de vigilância sobre as áreas de risco da Favela da Cachoeira seguiu-se pelos anos seguintes. Os dados da Defesa Civil apontam que apenas entre os anos de 2004 e 2006 foram registradas na defesa civil 381 ocorrências, sendo 352 por risco de desmoronamento, 24 por desmoronamentos parciais e 5 por desmoronamentos totais¹²⁰.

Todos esses números são mais um sinalizador da necessidade que as pessoas tinham de sair daquela área de risco e terem habitações seguras em outro espaço da cidade. As reivindicações, especialmente na mídia, iam se intensificando. Quando finalmente o governo estadual na administração de Cássio Cunha Lima deu início às negociações, foi chegada a hora de pensar em conjunto com os moradores para onde as

¹¹⁸ Ver Decreto 2791^a, contido no Relatório de Ocorrências de Chuvas em Campina Grande no período de fevereiro a agosto de 2000, do acervo documental da Defesa Civil do município de Campina Grande.

¹¹⁹ Ver Relatório de Ocorrências de Chuvas em Campina Grande no período de fevereiro a agosto de 2000, do acervo documental da Defesa Civil do município de Campina Grande.

¹²⁰ Dados fornecidos pela coordenação da Defesa Civil em Campina Grande.

famílias seriam removidas. De acordo com os moradores, o governo havia dado opção de terrenos em bairros distantes, o que foi prontamente negado pela associação. José Leonardo nos conta:

Na época que vieram com a proposta de tirar a gente de lá, eles foram juntando de cada rua três ou quatro pessoas, aí se reunia todo mundo pra resolver isso. Aí esse grupo saía pra ir vendo os terrenos pra onde iam levar a gente. Aí viram terreno pro lado do Tavarez, do Mutirão, perto do Spazzio, da Vila Castelo Branco. Mas nesses cantos ninguém quis, era pior do que onde a gente tava. No mutirão tinha terreno lá mas ninguém quis porque era muito longe. Aí não gostaram porque ficava longe de tudo, longe do centro, longe da feira, longe do trabalho, longe disso, longe daquilo e ninguém não quis. Passou-se. Quando eles trouxeram a gente pra esse terreno aqui aí a gente disse “pronto, é aqui onde a gente vai ficar”. Cássio veio, anunciou a gente, só que nesse período tinha um representante dele né, que foi quem levou a gente pra ver os terrenos. Os outros ninguém queria. Quando chegou nesse aqui que todo mundo viu, a gente disse “é aqui que a gente vai ficar”. Aí todo mundo aprovou. Todo mundo adorou o terreno porque era perto de tudo.



Figura 12. Fotografia representando a visita dos representantes do governo do estado e dos moradores da Favela da Cachoeira ao terreno escolhido para a construção do loteamento Glória. Fotografia do acervo da Cehap.

A negação dos moradores da cachoeira em mudarem para um lugar distante da favela estava de acordo com o que é estabelecido pelo Plano Nacional de Habitação, que prevê a prioridade de relocar os moradores de favelas para áreas próximas de sua

antiga residência, para não distanciá-los das atividades que eram desenvolvidas antes da relocação. De outro modo, as pessoas que trabalhassem próximo a favela teriam que utilizar algum tipo de transporte para se deslocar ao trabalho, o que geraria ônus à sua renda mensal. Além do mais deve ser preservado o acesso ao meio social frequentado por aquelas pessoas, como igrejas, parques e praças por exemplo.

Terreno aprovado, obras iniciadas, e tudo aquilo ainda parecia irreal para alguns moradores. Parecia inacreditável que o desejo de sair da favela estava bem próximo de se concretizar. Juciléia conta que

Mas mesmo assim mostrando lá, mostrando a planta das casinhas como ia ser, dizia tal data aproximadamente pra concluir, ninguém não acreditava. Continuava chegando “isso é conversa, ele mostraram ali a gente pra tapear”. Aí começou a construir. Aí teve um tempo que parou de construir, aí dizia “tá vendo, eu não disse a vocês que não ia pra frente?”. Até que chegasse o tempo de dizer tá pronto, tá aqui a chave e pode ir abrir a casa é o que o povo acreditava.

Ressignificando o viver.

As obras estavam abertas à visitação das pessoas, e José Leonardo diz que “*a gente ia lá quase toda semana pra ver a obra*”. O loteamento Glória estava sendo construído. Os então moradores da favela a partir dali vislumbravam a mudança de suas vidas. A partir dali, mudando-se para um lugar com características diferentes do que estavam acostumados, eles teriam que recriar suas estratégias de sobrevivência. Mas antes de recriar estas estratégias, eles deviam se preparar para o momento da mudança em si. O momento de guardar suas roupas, juntar documentos, encaixotar os móveis que tinham. O momento em que se perguntaram como levar suas plantas e animais de estimação. O momento em que as lembranças de uma vida na favela vinham à mente. O momento em que euforia e alegria por realizar o sonho de uma casa própria se misturavam ao medo do novo, às expectativas do porvir, à saudade que talvez sentiriam, às lembranças que mereciam ser guardadas e as que mereciam ser esquecidas. O dia foi 05 de outubro de 2006.

A mudança estava prevista para acontecer entre os dias 05 e 25 de outubro. Segundo os planos do governo estadual, a mudança seria gradativa, organizada por ruas. Cada rua se mudaria em um dia diferente. O governo cedeu caminhões que transportariam os pertences das famílias da Cachoeira até o Glória. Como não havia

acesso à automóveis dentro da favela, as pessoas tinham que subir as ladeiras com seus bens carregando-os com as próprias mãos. Era a última vez que subiam aqueles degraus, que andariam pelas trilhas estreitas abertas à foice. Era a última vez que chegariam ofegantes de cansaço. Seus pés, a partir daquele dia, andariam por outros caminhos, bem menos íngremes. Colocados os pertences no caminhão, eram transportados até o Glória. Lá, havia a equipe da Cehap para receber as famílias, entregar-lhes as chaves e os documentos de sua casa nova. Enquanto o sonho se concretizava, as casas da favela iam sendo demolidas pela defesa civil e corpo de bombeiros. Tal medida evitava que as pessoas voltassem a ocupar a favela.

Quase tudo ocorreu como esperado pela administração pública. Quase tudo, exceto a gradação das mudanças. A ansiedade e as burlas dos moradores aceleraram o processo. O que havia sido calculado para ocorrer em vinte dias, foi significativamente antecipado. Cada morador mantém vivas suas lembranças sobre aquele dia. Cada um nos conta sua versão de como foi a dinâmica da mudança.

Segundo Juciléia,

A mudança era pra ser bem organizada. Começou por rua, entendeu? Só que o povo parece que ficou com medo de não sobrar casa, aí ninguém queria esperar a rua se mudar pra chegar o dia da outra rua. Aí foi todo mundo de uma vez, sem chave sem nada, tudo indo pras casas. Aí tiveram que ir atrás do povo pra saber qual era sua casa, pra entregar a chave. E as casas que ficou na Cachoeira era você saindo e eles derrubando.

Bino nos diz que

Todo mundo queria chegar no Glória de uma vez, mas os carros e os trabalhadores eram poucos pro tamanho da ansiedade. A ansiedade era tão grande, o povo com medo de ficar, que na véspera de terminar a mudança cortaram a energia. Um próprio morador cortou os fios de luz pra apressar a saída. E cortaram a água geral, lá em cima. Não tinha água na Cachoeira geral. Pra você ver, foi tão engraçado, ainda quiseram dar uma pisa no morador. Porque não era pra ele ter feito isso. Nós saímos de lá com o carro da Celb rapaz... era pra ser bem arrumadinho, uma rua depois outra rua, mas foi uma agonia visse, o povo com medo de não ir. É tanto que as casas mais boas saíram por último. As casas mais ruins eram as primeiras a sair. Mas teve gente que tomou a vez.

Angelita, sobre sua experiência, conta que passou três dias para sair de casa. O estado de encantamento e estranhamento era tanto, que ela foi uma das últimas a efetuar sua mudança.

Mulher, pra eu me mudar de lá pra cá olhe... subiram minhas tias, subiram meus filhos, subiram o povo todinho, derrubaram poste, cortaram água, e lá eu estou mais meu marido. Nós dois sozinhos. Depois que a gente já estava com a chave e a documentação da casa, sentou-se um num canto, outro no outro, as caixas todas arrumadas, os troços todos desarmados, os caminhões, todo mundo subindo, aquele mutirão de gente, que ele mandou os carros e os caminhões baús buscar o povo, e a gente lá sem atinar sair. Era os costumes, as lembranças, eu digo assim “meu deus, eu casei dois filhos lá, será que os outros dois vão ser felizes?”, Aí eu fiquei pensando “meu Deus, e o resto? Mas de todo jeito a gente tem que ir, e só vai ficar uma pessoa aqui é”? A gente pensava “vai que a gente vai pra lá, e derrubam a daqui, a gente vai morar aonde?” se tomassem a daqui? Bino mesmo não acreditava. Tinha gente que dizia que tinha uma taxa que a gente ia pagar ao governo e a gente não tinha dinheiro pra pagar essa taxa, diziam que a gente ia dever a vida toda ao estado. Dizia tanta coisa. O povo falava, mas não foi nada disso. Foi um no outro mesmo, toma lá e dê cá. Me dê sua casa velha e tome sua casa nova.

Tantos medos e questionamentos, tanta espera e finalmente era chegada a hora de trocar um modo de viver por outro novo. Bino conta que, por vezes, parecia não acreditar no que estava acontecendo.

O costume de tantos anos que eu não acreditava de vir aqui, sei lá, era um sonho. Eu sei que eu passei bem uns dois meses perdido ainda pra acertar qual era a casa de tanta casa bonita. Era tão engraçado... eu erreí essa casa aqui umas três vezes. Eu ficava perdido, “será que é minha?”. O papel assinado e tudo, não tinha quem tirasse não, não tem quem tire. Só que eu não acreditava, parecia uma ilusão, sei lá... isso é negócio de gente que nunca teve nada na vida. Chegava aqui e ficava abestalhado. Até hoje eu sou.

O senhor José Leonardo recorda sua experiência:

Até o dia da mudança foi meio assim sofrido e divertido. Por que quando começaram a tirar o pessoal era por etapa, por rua. Aí começaram a tirar o pessoal, um cidadão se levantou de meia noite e começou a cortar os fios da rua. Na véspera da gente vir pra cá um cidadão acordou de noite, foi lá pra cima, no começo lá da ponte e cortou os fios do transformador. Cortou os fios tudinho. E a gente achando que tinha faltado energia. Ele cortou os fios pra vender né? Aí passou a noite toda e nada de energia. Quando foi umas quatro horas da manhã tava o vizinho de frente brigando com ele, porque ele

já vinha de frente a minha casa tirando os fios, faltava bem pouquinho pra ele chegar em baixo no final da rua. Aí o cabra pegou uma espingarda de 28 aí disse “ou você vai descer daí ou eu vou lhe derrubar, pra que você faz isso?”. Ele já estava com seis sacos cheinhos de fio. Já tinha tirado tudinho pra vender. Aí ele desceu e correu. Quando o povo da rua foi se levantando, foi ouvindo a zoadá, foi se levantando. Nos postes não tinha nada. O pessoal tudo em pé. Só tinha só os fios que iam pras casas, somente. Aí o que foi que a gente fez? Eu disse “Elenilda, eu vou lá em cima falar com as meninas da Cehap que eu não vou dormir nesse esquisito”. Aí eu falei lá com a mulher, Olampia, aí ela disse “Seu José, o senhor sabe que não é seu dia, a gente vai dar o carro, mas o senhor vai se responsabilizar de carregar sua mudança”. Mas como não era a vez da gente, não tinha chegado o dia, aí a equipe não tava escalada pra esse dia. Aí o que a gente fez, juntamos os moradores, cada um carregava duma casa, quando terminava aquela casa, ia pra minha, depois outra e assim ia. No caso, era a minha casa, a casa do meu filho, a do meu cunhado e da minha sogra. Foram quatro casas. Isso só da nossa família que eram quatro casas, mas foi a rua toda que se mudou. Foi sofrido porque a gente veio assim nas pressas, mas por outra parte era divertido.

Com a mudança antecipada, os moradores não tiveram a estrutura que os esperava de forma organizada. A energia elétrica das ruas do Glória só era acionada quando as casas das ruas iam sendo ocupadas gradativamente, de acordo com o planejamento. Com a antecipação das mudanças, os moradores ainda passaram cerca de três dias no Glória sem energia elétrica, e recebiam diariamente do governo juntamente com a Cehap maços de velas, fósforos e quentinhas enquanto o serviço de energia era disponibilizado pela empresa responsável.

Mesmo sob essas condições, era mais seguro e confortável passar dias sem energia elétrica no loteamento do que na favela. Este episódio do cidadão roubando os fios dos postes para vender, nos aponta um exemplo das táticas e burlas apresentadas por Certeau pelos homens simples. O problema é que neste caso em particular, isso se deu de forma ilegal, trazendo problemas para a comunidade toda. Como o cidadão não exploraria mais aquele espaço, ele achou por bem se apropriar da fiação elétrica e vendê-la, para ajudar no orçamento da vida nova que levaria. Esse episódio foi citado também na fala de José Martins, o que indica que uma ação particular como essa acabou por atingir o bem estar de todos e ainda ficou marcada na memória coletiva daquelas pessoas. Nos diz José Martins:

O momento mesmo da mudança. O trajeto feito da Favela da Cachoeira para o Bairro da Glória... Eita, parecia aquele filme de

Moisés, êxodo, é a passagem do povo de Israel, desculpe, do Egito para a terra prometida. Era semelhante. Todo mundo levando seu cachorro, seu gato, seu burro, seu bode, seu porco. Era todo mundo numa ansiedade profunda, teve gente que nem pro seu trabalho foi. O governo do estado cedeu o meio de locomoção, alugou vários transportes. Era por rua. Escolhia uma determinada rua e essa rua ia sair hoje, por etapas. Não era de uma vez não. Saia de rua por rua. Só que tinha rua que tinha que fazer em dois dias porque tinha muitos moradores, aí não dava pra fazer de uma vez só. E tinha penico pra carregar, tinha suas plantas, tinha gente que não queria deixar sua planta, o povo tudo apegado as coisas. Uma confusão, muita gente chorando, “minha casinha, minha casinha, vão derrubar”, com pena de deixar a casa, “aqui eu vivi minha vida”. Minha mãe mesmo diz que só tem saudade de lá por causa dos pés de banana dela. No meu caso eu tinha ido pro trabalho. Quando eu cheguei o povo disse “vamos se mudar!”. Eu disse “agora!”. Nós nem almoçamos, viemos almoçar aqui. Saímos empacotando, juntando, fizemos trouxa de roupa. Não tinha muito troço pra encaixotar não. E se tivesse não tinha caixa. Trouxemos pouca coisa. Muita coisa viemos comprar aqui. A gente deixou lá um tonel e uma estante. Mas essa mudança de rua em rua não funcionou direitinho, porque tinha rua que não fazia em um dia só, rua que tinha muita gente. A Militão Marques mesmo, que era a rua principal, a da igreja, começou lá em cima pra terminar lá em baixo. Aí o que aconteceu nesse dia, um dos moradores lá achava que ia sair nesse mesmo dia. Aí as casas primeiras começaram a se mudar, recebiam um papel, dizendo onde era o lote, né, o pessoal da Cehap vinha também, indicava qual era sua casa. Apesar de que muitos moradores já sabiam onde era sua casa, porque quando já estava perto de terminar vieram com um ônibus pra levar a gente pra conhecer o lugar e já via sua casa. A casa toda pronta. Só tivemos o trabalho de ir na Cagepa pra poder registrar, atualizar, na Celb também. Aí pronto, foram se mudando. Aí Everaldo, conhecido por carioca, pensava bem que ia sair no mesmo dia, aí o que ele fez, ele é encanador e eletricista, começou a arrancar os fios de eletricidade dos postes, começou a arrancar os canos para vender, pra poder ganhar um extra, um dinheirinho a mais. Aí começou a arrancar os canos, os fios. Aí deu uma confusão da moléstia. A rua Militão Marques pro tamanho que era era pra sair em três dias. Isso significa dizer que o povo da parte de baixo ia passar dois dias sem energia, no escuro. E aí, sem energia? Mesmo que o povo tivesse ajeitado os móveis, mas tinha gente que precisava ainda ajeitar uma vitamina pras crianças, né. Todo mundo viu. Quiseram dar uma surra nele lá, ele se escondeu. Ele escapou por causa de Dr. Roberto Loureiro, né, Dr. Roberto chegou lá e disse “mas Carioca, por que tu fizesse isso, rapaz?”, ele disse “eu pensava que ia sair todo mundo hoje.” Nessa brincadeira Dr. Roberto Loureiro foi, aumentou a equipe pra evitar um mau a ele, porque tinha moradores que queria lhe dar uma surra. Não deu problema pra Carioca não, ele sumiu. Mas deram a casa a ele por detrás do posto de polícia, pra ele ficar seguro (risos).

O caso de Everaldo Carioca foi resolvido ali mesmo, entre a comunidade, mediado pelo engenheiro responsável da obra. No fim tudo saiu bem pra Everaldo, que

escapou por um triz, mas está morando perto dos mantenedores da ordem, talvez mais vigiado do que seguro, e para a população, que mesmo tendo uma mudança apressada e atribulada, se estabeleceram na segurança de suas casas novas.

Poucas foram as indicações de pessoas que não aprovaram a mudança. Segundo José Martins *“teve gente que não quis vir porque era apegado lá, tinha os vínculos sociais. E outros não queriam vir porque tinham uma vida lá que não convinha aqui, porque a circulação aqui da polícia é mais intensa e lá era um lugar de difícil acesso, a polícia não circulava, era difícil”*. Martins fala de pessoas que viviam de atividades ilegais, no entanto essas pessoas não foram identificadas. Das entrevistas que realizamos nenhuma delas se mostrou insatisfeita com a mudança.

Não se pode dizer o mesmo dos moradores dos bairros vizinhos. Por preconceito, alguns deles temiam a chegada dos ex-moradores da favela. Segundo o senhor Bino

os moradores daqui perto não queriam o Glória aqui não. Porque nós acabamos de dizer que era preconceito. O povo de Santo Antônio todinho, de Nova Brasília, Jardim América, Jardim Europa... oxe... O governo sofreu. Não tem esse povo aí da principal de Santo Antônio? Era tudinho contra o governador. O povo dizia que Cássio ia levar os marginais da Cachoeira pra lá. Só que ninguém é marginal. Tem marginal mas tem gente de bem.

O estigma de marginais ainda permanecia vinculado àquelas pessoas quando do momento da remoção. No entanto, para estimular os antigos moradores da Favela da Cachoeira, então habitantes do Glória, a Cehap, juntamente com o governo do estado, desenvolveram projetos e oficinas acerca do uso do espaço urbano e dos incentivos à capacitação daquelas pessoas para o mercado de trabalho. Como exemplo do trabalho desenvolvido pelas assistentes sociais da Cehap temos: mobilização, sensibilização e informação à comunidade beneficiária e receptora do trabalho técnico social; visitas de acompanhamento às obras; identificação e capacitação de lideranças comunitárias para a formação de multiplicadores; caminhada e campanha pela paz; evento de promoção à mulher; oficina sobre regras de convivência e conservação do imóvel; oficinas de saúde e participação da terceira idade; educação sanitária e ambiental; oficina sobre o uso racional de água e energia e oficinas de geração de trabalho e renda como cursos de

cabeleireiro, manicure e panificação. O público alvo desses trabalhos abrangia de crianças à idosos de ambos os sexos¹²¹.

Todos os entrevistados se mostraram satisfeitos com a casa que receberam e com os equipamentos urbanos oferecidos pelo bairro. Alguns desses equipamentos são o posto de polícia comunitária, posto de saúde, posto de entrega do programa do leite, igrejas, transporte coletivo, coleta de lixo, orelhões, escola, entre outros. Dona Angelita nos fala sobre o uso que faz dos equipamentos urbanos e a forma como exerce suas vivências e práticas cotidianas no Glória:

Passa ônibus aqui perto. Passa mulher... aqui tudo é bom. A diferença pra gente entre morar aqui e morar lá? Ah, aqui é ótimo, carro na porta, é tudo, tudo. Se a gente precisar de um remédio a gente liga pra farmácia e o farmacêutico vem trazer aqui. Aqui só é ruim pra andar de noite porque tem taxista e moto-taxi que não quer entrar dentro do Glória de noite. Por causa de preconceito, olhe, acabamos de dizer. O gás, mulher, era um sacrifício lá pra comprar o gás e descer com ele na cabeça aquelas ladeiras, e aqui é só a gente ligar, quando pensa que não o rapaz chega com o gás na moto.

Para Bino, o que ele tem de mais valioso no Glória que não tinha na Cachoeira é a facilidade em entrar e sair de casa.

A chegada aqui é muito bom, e a saída. Olhe, quer comparar aqui, que eu só ando de pés se eu quiser, ou então se eu não tiver o dinheiro. Passa um carro aqui as 4 da manhã. Passa aqui diretamente pra onde eu vou, pro meu trabalho, todo dia de madrugada. Funciona bem visse...Os moradores cuidam do bairro. Tem gente que ainda joga lixo, não espera o carro do lixo passar. Mas vida aqui é mais fácil 100%, tem tudo aqui perto, aqui fácil...

Segundo a jovem Juciléia dos Santos

É uma bênção, visse, Hilmaria, morar no Glória! Porque aqui no Glória o acesso da polícia é bem mais fácil, eles estão sempre passando nas ruas, não tem ladeira, tem as coisas tudo bem organizadinho, que nem um bairro normal das outras pessoas, entendeu? Coisas que a gente não tinha na Cachoeira a gente tem aqui. A gente se sente mais seguras hoje aqui. Muito mais. Quando tá chovendo, a gente todo mundo se lembra, ah meu Deus, pode chover o dia todinho que não tem nada. Lá na Cachoeira a gente rezava pra não chover, o povo pedia pra não chover, “ah meu Deus, já começou a chuva...”. Hoje a gente sobe lá pra cima com o lençolzinho e diz “oh

¹²¹ Ver mais informações em Relatório de Trabalho Técnico Social de Reassentamento da População Beneficiária da Favela da Cachoeira, escrito em julho de 2007, disponível na sede da Cehap.

coisa boa, oh chuva boa meu deus!” A coisa mais boa do mundo! E não tem mais o sofrimento de tá enxugando lama, aparando com as panelas. Morar aqui é bom que tem a rua, tem calçamento, entendeu? Não tem perigo de Wesley tá andando de bicicleta. Ele aprendeu a andar de bicicleta. Se ele tivesse crescido lá não tinha como ele aprender a andar de bicicleta porque não tinha como eu subir aquela ladeira pra botar ele pra andar lá em cima. E aqui ele aprendeu bem dizer na calçada de casa. Tem essa parte aí de ser uma rua, não ser uma loca. Porque onde a gente morava era uma loca mesmo, uma ladeira, uma loca, parecia uma caverna. Tem a parte boa também que é de ter água e energia. Na Cachoeira era tudo eninhado, podia ter curto circuito, aqui é tudo bem organizadinho, cada qual com a sua. Uma mudança boa! A coisa ruim é água e luz que a gente paga e na Cachoeira não pagava. O povo sempre fala que a água e a luz que paga aqui foi difícil de ir se acostumando porque aqui corta mesmo, aí como lá na Cachoeira não tinha disso, deixava pra lá, aí algumas pessoas foi achando que era assim né? Aí foi uns ficando sem energia, teve que pagar pra religar, uns ficando sem água, teve que pagar pra religar. Aí botaram na cabeça “ah, aqui é diferente, corta mesmo se não pagar”. Aí foi difícil se habituar com esse ponto por exemplo.

Nesse novo modo de viver, em um espaço urbanisticamente organizado, as pessoas tiveram que se adaptar às regras sociais que na favela não havia, como por exemplo o pagamento de impostos. Sair da situação de irregularidade e precariedade em que eles viviam teve seu preço, preço este cobrado nas contas de água e luz. No entanto, esse ônus parece não incomodar tanto a população. Mais vale pagar por esse serviço e ter segurança em suas casas do que voltar à época dos gatos e fios desencapados por sobre as casas da favela.

Para Daniela Nunes, o acesso às ruas, à circulação pelos espaços e o acesso de volta à casa parece ser a maior vantagem do Glória em relação à Cachoeira.

Pra mim foi muito bom, eu saio, chego a hora que quero, não tem mais essa história de trancar porta por causa de bandido não. Na Cachoeira era muito difícil as coisas. Aqui resolve as coisas tudo mais fácil. Tem ônibus que passa. Na Cachoeira não vinha um carro. Morria um naquela hora e não vinha carro. Tinha que botar o doente numa cadeira, chamar tanto do homem pra levar lá em cima pra conseguir chamar um carro. E nem todo carro ia. Era uma agonia pra subir com um doente ou com uma mulher que tivesse tendo menino. Aqui hoje em dia quando pensa que não a SAMU tá na porta, “já chegou?”. Ou então liga pra um taxi e o táxi vem. Lá na Cachoeira muitas vezes o carro nem queria ir. “É pra pegar aonde?”, “Na ponte da Cachoeira”, “Vou nada!”. E se a gente fosse pra uma festa, mesmo que a festa acabasse cedo nós tinha que ficar lá naquele canto até amanhecer o dia, dar 6 horas da manhã pra poder vir pra casa, porque ninguém queria vir. Aqui no Glória ainda tem moto-táxi que vem.

Sobre o acesso à rua, Daniela reforça a facilidade de usar transportes coletivos. Coisas que a própria localização da favela dificultava.

Ônibus, se a gente quisesse ir na feira, na feira central, e fosse de ônibus, a lonjura que a gente tinha que andar pro ponto de ônibus era o tempo de chegar na feira. E agora o ônibus passa aqui na porta. Essa semana eu tava dizendo “minha casa tá famosa dona Maria, olhe, passando ônibus aqui na porta”. A mulher disse “oh besteira”. Eu digo “é, mas pra quem não tinha...”

Percebemos que realmente, por uma questão de infraestrutura e saneamento do lugar até então habitado, aquelas pessoas não tinham acesso a equipamentos básicos de qualquer centro urbano, mesmo os de pequeno porte.

A facilidade em se locomover e transportar e à segurança das casas em períodos chuvosos também aparece na fala do senhor José Leonardo quando perguntado sobre o que ele tem de melhor morando no Glória que não tinha na Favela da Cachoeira:

Vou lhe dizer, porque assim lá a gente convivia sempre alerta né, principalmente no inverno. Tinha sempre aquele alerta porque a qualquer momento as casas podiam ir embora. Outra coisa era esse problema de transporte que a gente não tinha. E as outras dificuldades era pra tudo, era pra fazer uma feira. Se a gente tinha uma bicicleta, primeiro a gente carregava ela nas costas pra poder ela carregar a gente. E aqui não, a gente tem a bicicletinha, já abre o portão, já sai tranquilamente pedalando, e lá a gente tinha que subir a ladeira com ela nas costas pra depois andar. o canto mais ruim daqui chega carro, e o melhor de lá não chegava. A única vez que eu vi um carro ali, foi porque um homem tomou umas canas grandes e desceu com tudo ladeira abaixo com o carro. Foi só essa vez que eu vi um carro ali. Eu só vi porque ele desceu errado. O transporte. Antes a gente não tinha. Olhe, na época que a gente morava lá eu peguei uns momentos difíceis, eu tava com um problema de coluna, eu subi umas três vezes numa cadeira dessa. Eu e muitos e muitos. E pra ganhar menino mesmo, minha filha, era difícil. Essa mesmo uma vez a gente teve que subir com ela nos braços. Nem com uma cadeira dava pra passar porque o acesso era ruim, tinha que ser dois homens. Um pegava nas pernas, outro na parte dos ombros e subia. É que nem quem sair do inferno pra viver no céu.

Para sua esposa, Dona Elenilda:

É, porque no caso era o que, como eu sou gordinha, pesadinha, eu só olhava de baixo pra cima e não tinha coragem de ir. Era muito degraú pra subir. E hoje eu ando esse Glória todinho, de dia, de noite, de madrugada. Tenho condição, liberdade de andar.

Casa, rua, liberdade em caminhar, segurança, reconhecimento, motivação. Essas questões foram levantadas na fala de José Martins acerca do que tinham agora em seu novo lar. Martins diz que até um objeto simples e banal, como o papel higiênico, tem agora mais relevância que antes.

Na Cachoeira nós não tínhamos banheiro, as pessoas defecavam no pavão, jogavam por cima das casas do povo. Minha mãe mesmo já puxou faca pra gente ali quando jogava penico de mijo na porta dela. Aqui no Bairro da Glória não existe isso. As pessoas tem seu sanitário dentro de casa. As pessoas agora tiveram motivo pra usar papel higiênico, lá a gente usava qualquer papel, qualquer coisa. Você chega no banheiro da casa de qualquer morador hoje e vê lá o papel higiênico no banheiro. Você chega na casa de qualquer morador hoje e vê uma reformazinha na casa.

Com a ajuda dos cursos e oficinas de capacitação oferecidas pela Cehap quando da mudança para o loteamento, alguns moradores conseguiram novos empregos, abriram ou melhoraram os pequenos negócios que tinham em casa, como vendas de frutas, espaço para manicure. Assim, conseguiram aumentar a renda familiar, circular nos meios sociais mais diversos, e realizar pequenos sonhos de consumo, como a compra de eletrodomésticos, a reforma de alguns cômodos da casa, e até seu próprio meio de transporte. Segundo José Martins, para ele, a motivação foi a grande locomotiva na vida de muitos ali.

Motivação. Eu não tinha motivação nem pra ajeitar minha casa. Não dava pra comprar uma geladeira porque não tinha como descer, não tinha motivação pra reformar minha casa. O Bairro da Glória trouxe motivação pra todos nós. Muita gente mudou de vida aqui só com a motivação. . Tem gente que tem moto, faz um empréstimo e compra. Eu mesmo fiz um empréstimo e comprei uma motozinha. Mas simples. Fiz empréstimo, reformei minha casa, vou juntar mais dinheiro para ajeitar mais ainda.

Pensando os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização pelos quais passaram aquelas pessoas, percebemos que os novos espaços, bem como outrora os antigos, passam por experiências individuais e coletivas, nas quais às ruas, às praças, aos percursos são impressos uma série de lembranças, experiências e memórias.

Algumas pessoas conseguiram escapar do preconceito, já que não mais eram tidas como favelados e perigosos. Importante atentar para o fato de que o preconceito não foi banido por completo e instantaneamente junto com a mudança para o novo

endereço. Mas foi amenizado significativamente agora que aquelas pessoas saíram da situação de indigência que assolava a favela. Segundo José Martins

Então muita gente passou a ter a Cachoeira por uma outra visão, passou a ver que na Cachoeira não morava só bandido, lá tinha intelectualidade, na Cachoeira também tinha gente formada, tinha universitário, tinha pessoas que estudavam, tinha pessoas que podia bater testa a testa com os governantes. Tinha pessoas que não tinham oportunidade, mas que buscavam o conhecimento. Tinha jovens que trabalhavam de dia e iam para a universidade de noite.

Cidadãos agora se apropriam da dignidade que lhes fora usurpada durante tantos anos de vivência na favela. Agora tinham acesso aos bens públicos, aos equipamentos urbanos modernos. Eram melhor tratados pela polícia e pela sociedade civil. Através de sua luta conquistaram visibilidade. Foram às ruas, fizeram barulho, chamaram atenção, se expuseram à dificuldades e humilhações, mas aprenderam a questionar a reivindicar, inclusive usando os meios de comunicação como rádio e televisão. Hoje, se sentem ricas não apenas por terem um chuveiro e uma pia (*“Hoje eu to rica, rica. Tem banheiro, tem chuveiro, tem lavanderia tem pia de lavar prato, tem... Ave Maria, eu vivo no céu¹²²”*) em casa, mas por terem segurança, tranquilidade e dignidade.

Ao mudar para o Glória, foi percebida uma série de relações e de ressignificações que o transformaram não apenas em local de moradia, mas de reconhecimento. Esse reconhecimento só se torna possível em um bairro ou loteamento, segundo Tereza Pires do Rio Caldeira, porque “a vida cotidiana está baseada em uma espécie de convenção coletiva¹²³”.

Trajetórias pessoais, coletivas e a dinâmica das transformações urbanas se misturam, entrecruzam-se. A cidade se (re)forma em outro espaço de vida. Tomando de empréstimo as palavras de Regina Beatriz Guimarães Neto¹²⁴:

Parece-me fundamental tornar visível o lugar de transformação de um espaço geográfico e cultural em objeto de operação de práticas

¹²² Fala da senhora Maria Alexandrina da Silva, disponível em http://www.youtube.com/watch?v=ONa2mSUZp68&feature=player_embedded, acessado em outubro de 2012.

¹²³ Ver CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *A Política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1984. CERTEAU, Michel de, GIARD, Luce e MAYOL, Pierre; *A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 10. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

¹²⁴ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz, *Cidades da Mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006.

narrativas, produzindo a memória histórica. Essa elaboração se realiza através do gesto da escrita, capaz de produzir o texto que se apresenta com autoridade para compreender o passado.

DEPREENSÕES SOBRE A FAVELA

*A história não deve ser curta. Ela não termina quando o narrador se despede
(Antônio Paulo Rezende)*

A Favela da Cachoeira não mais existe enquanto um espaço construído concretamente, enquanto lugar habitado. As casas foram todas derrubadas no ato da mudança e o mato, que antes devia ser constantemente podado, pode crescer livremente por sobre as encostas. Do alto da entrada da favela não se veem mais as escadarias, não se distingue mais as demarcações dos terrenos nem as ladeiras por onde os moleques desciam correndo como habilidosos equilibristas. Mas estão lá ainda o córrego que originou o nome da favela, estão lá as bananeiras que Dona Floripa deixou para trás, estão lá as ervas com que Dona Macária e outras mulheres idosas faziam chás e curavam doenças de meninos e de adultos. A Favela da Cachoeira construída subjetivamente continua lá, junto com a história da cidade, junto com a história de 2.336 habitantes, inscritos em sua memória.

As famílias que hoje habitam o loteamento Glória, mantém na memória a Favela da Cachoeira que construíram para si, suas vivências na favela, e mantém uma relação de afetividade de maior ou menor grau com as memórias que guardam. A jovem Daniela dos Santos, por exemplo, não guarda essa memória de forma tão afetiva, segundo ela, suas lembranças sobre a favela não são saudosas.

Eu não tenho não. Saudade nenhuma, o que passou passou. Eu não me lembro nada de bom, se teve bom eu não me lembro, só me lembro das coisas ruins, marcaram mais.

Entretanto, Dona Angelita sente falta dos momentos de alegria que viveu na favela:

De vez em quando, quando as meninas descem pra lá eu digo “vamos, eu vou mais vocês”, e fico caçando o canto onde era minha casa. Lembro com saudade. Com todo sofrimento a gente ainda era feliz lá. Lá a gente era acostumado.

A história da Favela da Cachoeira, não é só uma história da cidade de Campina Grande, não é só uma história política, não é só uma história possível de ser legitimada academicamente. Seu valor não está apenas aí. A história da Cachoeira é principalmente a história de sonhos construídos, realizados, refeitos. É a história de trajetórias de quem migrou, de quem foi abandonado, esquecido, de quem amou, de quem pariu, de quem

passou fome, de quem apanhou, de quem trabalhou, de quem lutou, de quem riu, de quem jogou bola, de quem perdeu, de quem sofreu, de quem buscou, de quem conseguiu ou não aquilo que procurava.

Enfim, acreditamos que à medida em que levantamos questões sobre como pensar a cidade, a historicidade dos sujeitos, as práticas cotidianas dos moradores da Favela da Cachoeira, as condições de vida, aspectos sociais dos moradores da comunidade, quais forças e interesses se relacionavam quando da elaboração do processo de transição para o Bairro da Glória, sobre o papel ou o lugar dos populares nessa conquista enquanto produtores de uma cultura e agentes que militavam em prol de medidas eficientes de melhoria das condições de vida da comunidade, estamos contribuindo não apenas com os debates que vem sendo realizados na academia que versam sobre as relações e conflitos sociais, sobre o cotidiano, sobre as reformas urbanas e as tramas políticas e econômicas que estão atreladas. Mas acreditamos que essas questões que colocamos em debate sejam relevantes para se pensar a construção histórica de nossa cidade e do nosso povo. O fato de elas serem úteis à historiografia é consequência da exposição dessa construção.

Para tentar dar um sentido ao fim dessa história contada aos leitores, trazemos a fala de José Martins, que indica o que aquela favela representou para tantas pessoas:

Eu tenho saudade da favela. Tenho saudade não do sofrimento, tenho saudade da vida. Porque foi ali que eu cresci, foi ali que eu aprendi a ser gente, foi ali que eu aprendi a ser cidadão. Eu não tenho vergonha de ter nascido lá. Vergonha eu teria se tivesse roubado banco, queimado índio. Teria vergonha se eu fosse filho de um juiz ou promotor e tivesse preso dando cavalo de pau. Mas ter vergonha de pedir esmola como eu pedi e de sofrer como eu sofri, disso eu não tenho vergonha não. Foi uma experiência que eu vivi que me deu uma maturidade muito grande. Hoje eu sei o que é viver. Se eu morrer hoje eu morro feliz, realizado. O maior sonho que eu tinha era sair da Cachoeira. Eu realizei. Não quero dinheiro nem riquezas. Se vier, sobrevém da minha luta. Não será sonho realizado, será fruto de uma luta. O único sonho que eu ainda tenho é de fazer um primeiro andar lá atrás, no terreno, porque meu terreno é de 8 por 32 metros, é grande né, quero fazer um primeiro andar lá no terreno pra colocar um daqueles ferros de bombeiro, pra descer escorregando de cabeça pra baixo. Meu sonho na infância era ser bombeiro, mas eu fui ser gari, mas é uma profissão digna que luta pelo bem da humanidade também.

Sobre dignidade, José Martins, vocês nos ensinaram ao longo de toda essa pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

AGRA DO Ó, Alarcon, *Da cidade de pedra à cidade de papel: projetos de educação, projetos de cidades - Campina Grande*. Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

ÁGUEDA, Abílio Afonso de. *Morro da Providência: estigma social e ações transformadoras*. In. *Vozes do Porto: memória e história Oral*. Icléia Thiesen; Luitgarde oliveira Cavalcanti Barros; marco Aurélio Santana (orgs.) Rio de Janeiro: 2005. DP&A editora, UNI – RIO.

ALMEIDA, Elpídio, *História de Campina Grande*. 2º Ed. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1979.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (coordenadoras) *Usos e Abusos da História Oral*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. P. XXIV.

ARANHA, Gervácio Batista. *Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925)*. Doutorado em História. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2001.

ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro de. *Campina Grande; Poder local, mudança nacional (1945-1964)* Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural do Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1985.

ARAÚJO, Mateus Augusto. *A política nacional de habitação e a produção do espaço urbano: o conjunto Glória em Campina Grande – PB*. Bacharelado em Geografia. Universidade Federal da Paraíba, 2010.

BENJAMIM, Walter. *Magia e técnica. Arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (obras escolhidas, v.1)

CAIAFA, Janice. *A aventura das cidades*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2007.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *A Política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. Editora Brasiliense, São Paulo. 1984.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

CÂMARA, Epaminondas, *Alicerces de Campina Grande*. Oficina Gráfica da Livraria Moderna, 1943.

CÂMARA, Epaminondas, *Datas Campinenses*. João Pessoa: Departamento de publicidade, 1947.

CAVALCANTI, Silêde Leila Oliveira, *Campina Grande De(fl)vorada por Forasteiros: a passagem de Campina patriarcal a Campina burguesa* In *Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*. Organizado por Eliete Queiroz Gurjão. Campina Grande: A União, 2000.

CERTEAU, Michel de, GIARD, Luce e MAYOL, Pierre; *A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 10. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*; tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva, *A Maldição do Trabalho: homens pobres, mendigos e ladrões no imaginário das elites nordestinas – 1850-1930*. Mestrado em Ciências sociais, João Pessoa, UFPB, 1988.

FERNANDES, Edésio e VALENÇA, Márcio Moraes (organizadores) *Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

FERNANDES, Silvana Torquato. *Progresso e modernização em Campina Grande: Da época de ouro do algodão até a consolidação do setor educacional*. In: SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa e DAMASCENO, Francisco José Gomes (orgs.) *Cidades (Re)Inventadas: sujeito(s), fonte(s) e história(s) na Paraíba e no Ceará*. Fortaleza/ Campina Grande, EDUECE/ EDUFCEG, 2010.

GONÇALVES, Teresina. *A cidade como palco da urbanidade*. In. *Cidade e meio ambiente: estudos interdisciplinares*. Coordenação: Teresinha Maria Gonçalves, Robson dos Santos. Criciúma, SC: ED. Unesc, 2010.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Espaços e tempos entrecruzados na história: práticas de pesquisa e escrita*. In: *História: cultura e sentimento, outras Histórias do Brasil*. Recife: Ed. Universitária UFPE; Cuiabá: Ed. Da UFMT, 2008.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz, *Cidades da Mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006.

GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.) *Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*. Campina Grande: A União, 2000.

GURJÃO, Eliete Queiroz, *Morte e Vida das Oligarquias*. João Pessoa,: Editora Universitária/ UFPB, 1994.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida nas Grandes Cidades*. São Paulo, Martins fontes, 2003.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Fortaleza Estampada na Imprensa e na Literatura*. In.: *Populares na Cidade, vivências de trabalho e lazer*. SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de (Org.) João Pessoa: Ideia, 2011.

KOWARICK, Lúcio. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

KOWARICK, Lucio. *Usos e abusos: reflexões sobre as metamorfoses do trabalho*. In: *Cidade: Usos e abusos*. KOWARICK, Lucio (org.) São Paulo, Editora Brasiliense, 1978.

LIMA, Luciano Mendonça. *Uma porta estreita para a liberdade: as ações cíveis e alguns aspectos do cotidiano escravo na campina Grande do Século XIX* In. *A Paraíba no Império e na República: estudos de História Social e Cultural*. João Pessoa: Idéia, 2003.

MARINS, Cesar Garcez. *Habitação e Vizinhaça: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. Paulo. In. *História da vida privada no Brasil*, vol. 3. Coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; Organizador do volume Nicolau Sevcenko. São Paulo: companhia das letras, 1998.

MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples*. Editora Contexto, 2ª Ed. Ver e ampl. São Paulo: 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 5ª edição. São Paulo. Edições Loyola, 2005.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. *Política Urbana e Movimento de Favelas em Belo Horizonte (1947-1964)*. In. *sÆculum - REVISTA DE HISTÓRIA* [24]; João Pessoa, jan./ jun. 2011.

PESAVENTO, Sandra Jatahy, *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. Revista Brasileira de História, vol. 27, nº 53, junho de 2007, p.14,15.

REZENDE, Antônio Paulo. *Ruídos do Efêmero: histórias de dentro e de fora*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

RODRIGUES, Arlete Moysés Rodrigues. *Moradia nas cidades brasileiras*. 10ª Edição São Paulo: Contexto, 2003.

ROLNIK, Raquel, *História urbana: história na cidade?* In Cidade & História (org.) Ana Fernandes e Marco Aurélio A. de F. Gomes. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, ANPUR, 1992.

ROLNIK, Raquel. *Exclusão territorial e violência: o caso de São Paulo, Brasil*. In. Brasil urbano. Edésio Fernandes e Márcio Moraes Valença, organizadores. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SANTOS, Milton. *Pobreza urbana*. São Paulo: editora Hucitec, 1979.

SILVA FILHO, Lino Gomes da. *Síntese Histórica de Campina Grande 1670 – 1963*. João Pessoa-PB: Editora Grafset, 2005.

SILVA, Josefa Gomes de Almeida, *Latifúndio e Algodão em Campina Grande: Modernização e Miséria*. Mestrado em História, UFPE, 1985.

SILVA, Keila Queiroz, *Sem lenço e Sem Documento: Mulheres de 60, filhas de um novo tempo?* In Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande. Organizado por Eliete Queiroz Gurjão. Campina Grande: A União, 2000.

SOLLER, Maria Angélica e MATOS, Maria Izilda Santos de. (orgs.) *A cidade em debate*. Editora Olho D'água. São Paulo, 2000.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande - 1920-1945*, Doutorado em História. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2001.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Território de Confrontos: Campina Grande (1920-1945)*. Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

SOUSA, José Alves de. *Experiência de Trabalho Social em Favela: Favela da Cachoeira – Campina Grande, Paraíba*. Monografia apresentada ao curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba . Campina Grande, 1990.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de e FALCÃO, Luiz Felipe (orgs.) *Cidades Médias do Brasil na Historiografia Contemporânea*. Campina Grande, EDUFCG, 2012.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. *Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos: Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945 – 1965)*. Tese de doutorado, UFPE, 2002.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de. *O dia em que a cidade (quase) pertenceu a todos: O centenário de Campina Grande (1964)*. In. SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa e DAMASCENO, Francisco José Gomes (orgs.) *Cidades (Re)Inventadas: sujeito(s), fonte(s) e história(s) na Paraíba e no Ceará*. Fortaleza/ Campina Grande, EDUECE/ EDUFCG, 2010.

SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de (Org.) *Populares na Cidade, vivências de trabalho e lazer*. João Pessoa: Ideia, 2011.

SOUZA, Josefa Lúcia Jordão de. *Agradando a Deus e ao Diabo – um estudo sobre a gestão Severino Cabral (Campina Grande – 1959-1963)* Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado em Sociologia Rural do Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Alguns aspectos da dinâmica recente da urbanização brasileira*. In. *Brasil urbano*. Edésio Fernandes e Márcio Moraes Valença, organizadores. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

SYLVESTRE, Josué, *Da Revolução de 30 à Queda do Estado Novo*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1993.

THOMPSON, Paul, *A voz do passado*, 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VALENÇA, Márcio Moraes (org.) *Cidade (i)legal*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

VALLA, Victor Vincent (org.) *Educação e Favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro (1940 – 1985)*. Vozes: Petrópolis, 1986.

VALLADARES, Licia do Prado & MEDEIROS, Lúcia. *Pensando as favelas do Rio de Janeiro (1906- 2000): uma bibliografia analítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará /FAPERJ, 2003

FONTES CONSULTADAS

CEHAP. *Relatório de Trabalho Técnico Social de Reassentamento da População Beneficiária da Favela da Cachoeira*, 2007.

SUDENE – DPG – PSU – PCDU *Legislação do uso do solo e meio ambiente urbano*. Seminário Processos Urbanos e Meio Ambiente, Recife, 8 a 12 de junho de 1987. Recife.

DEFESA CIVIL. *Relatório de Ocorrências de Chuvas em Campina Grande no período de fevereiro a agosto de 2000*. Campina Grande, PB.

ENTREVISTAS REALIZADAS

Angelita dos Santos Nunes, entrevista concedida em 23/08/2011.

Daniela dos Santos Nunes, entrevista concedida em 23/ 08/ 2011.

Elenilda Francisca dos Santos Silva, entrevista concedida em 24/ 08/ 2011.

Floripa Martins da Silva, entrevista concedida em 03/03/2012.

José Leonardo da Silva, entrevista concedida em 24/ 08/ 2011.

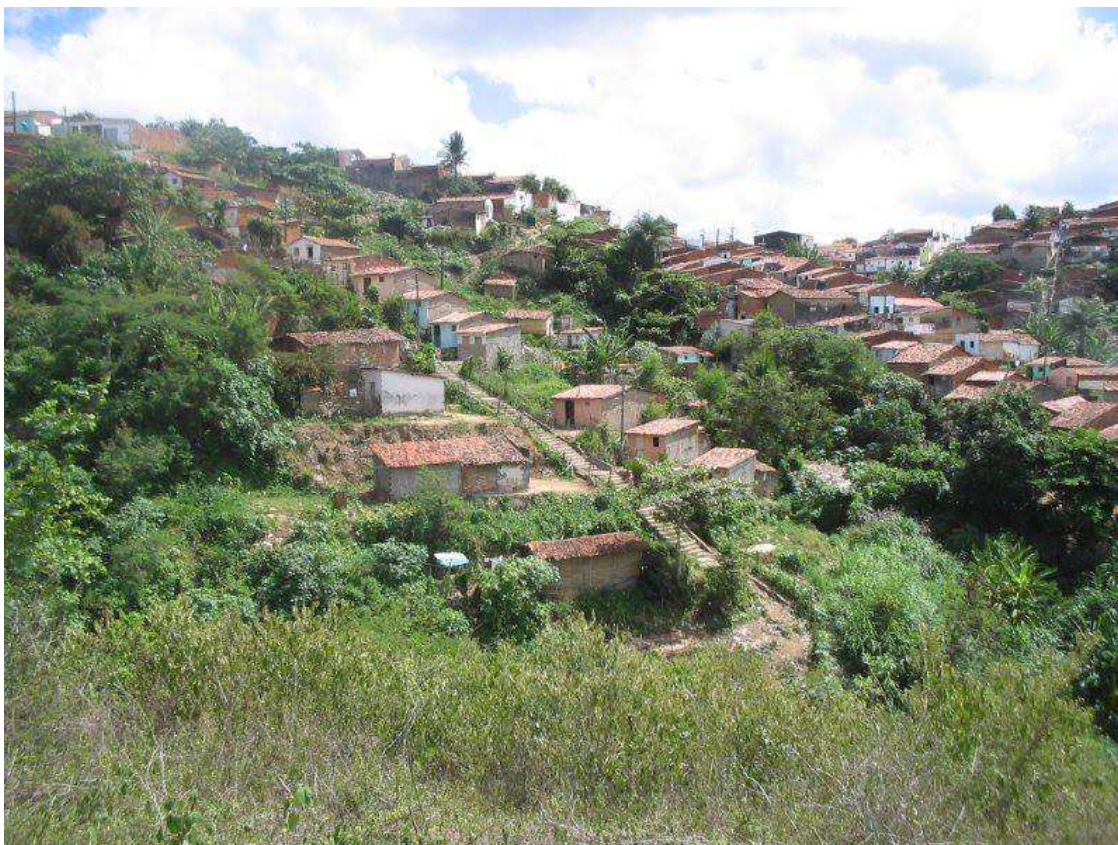
José Martins de Paiva, entrevista concedida em 10/ 09/ 2011.

Juciléia dos Santos Nunes, entrevista concedida em 23/ 08/ 2011.

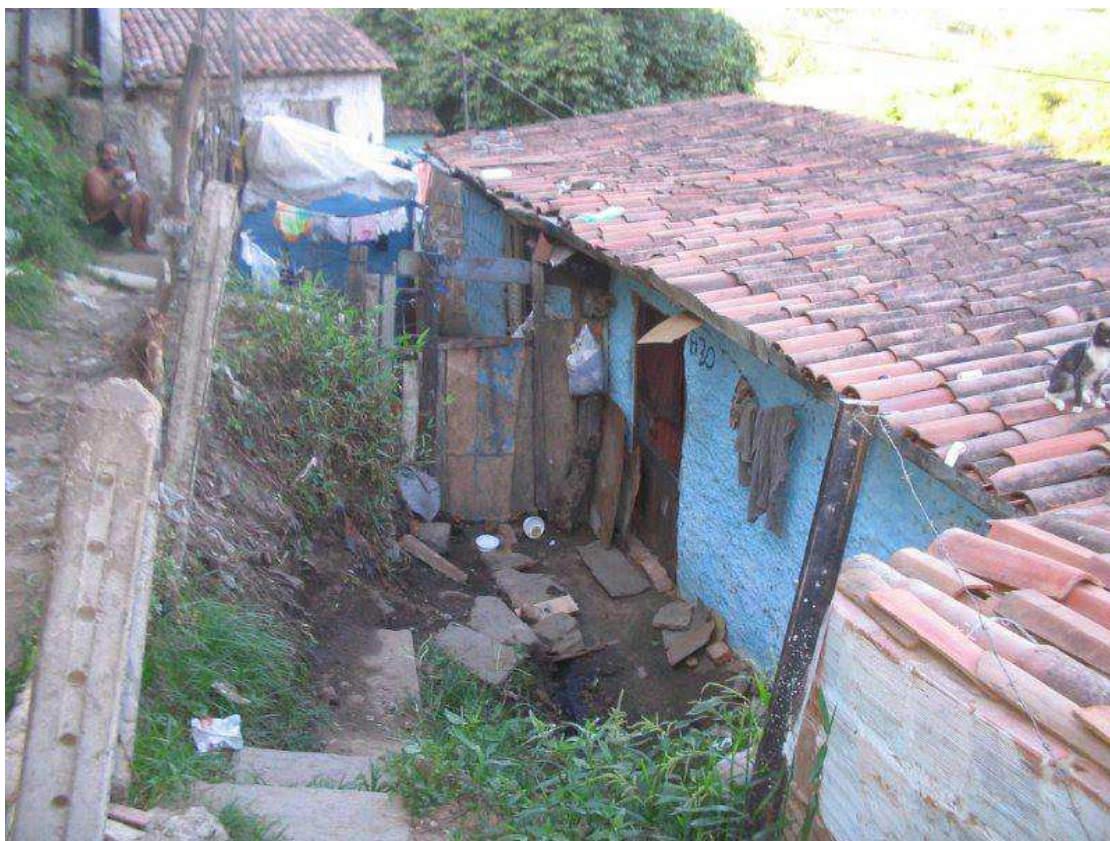
Macária dos Santos, entrevista concedida em 03/03/2012.

Pedro José da Silva, entrevista concedida em 24/ 08/ 2011.

Severino da Silva Nunes, entrevista concedida em 23/08/2011.

ANEXOS

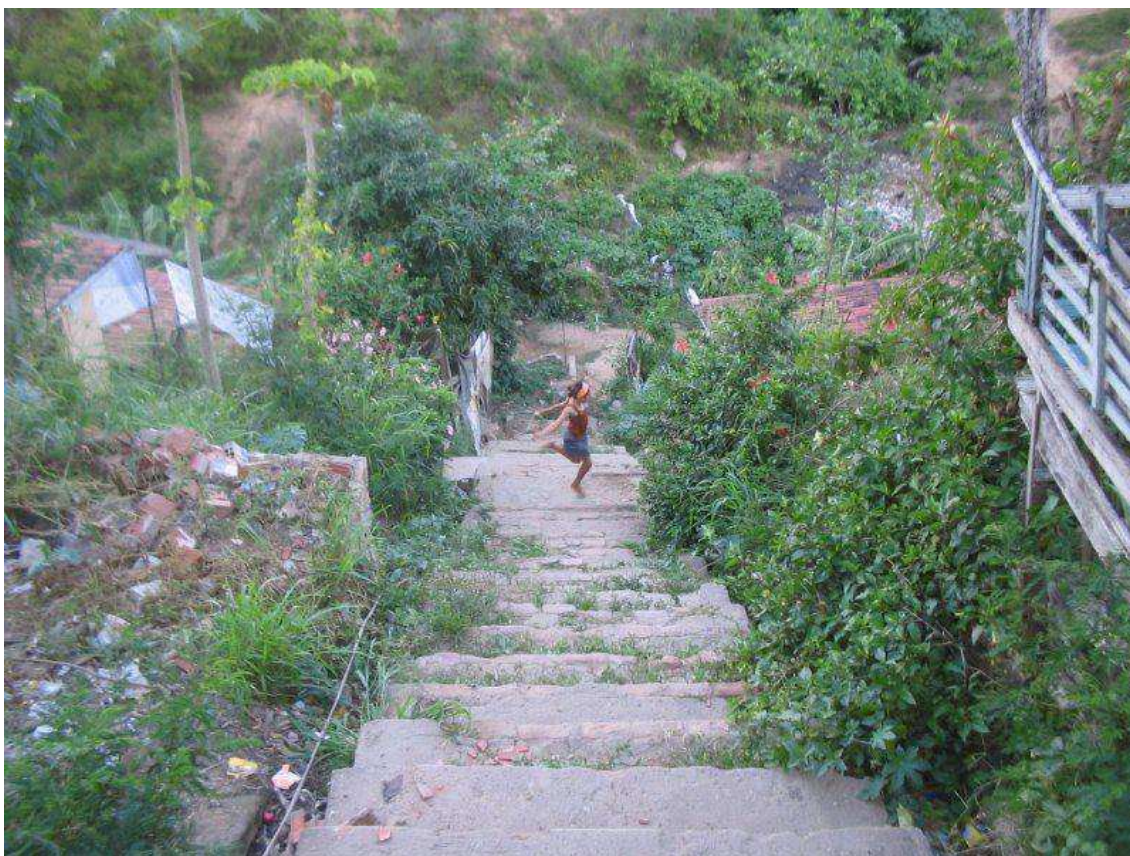
Vista parcial da Favela da Cachoeira. Fotografia do acervo pessoal de José Martins.



Fotografia apontando a proximidade das casas com as encostas do pequeno morro. Fotografia do acervo pessoal de José Martins.



Imagem apresentando cercados construídos pelos moradores para criação de seus animais, em geral porcos e galinhas. Fotografia do acervo pessoal de José Martins.



Fotografia representando as escadarias da favela, lugar onde pessoas transitavam e crianças brincavam. Fotografia do acervo pessoal de José Martins.



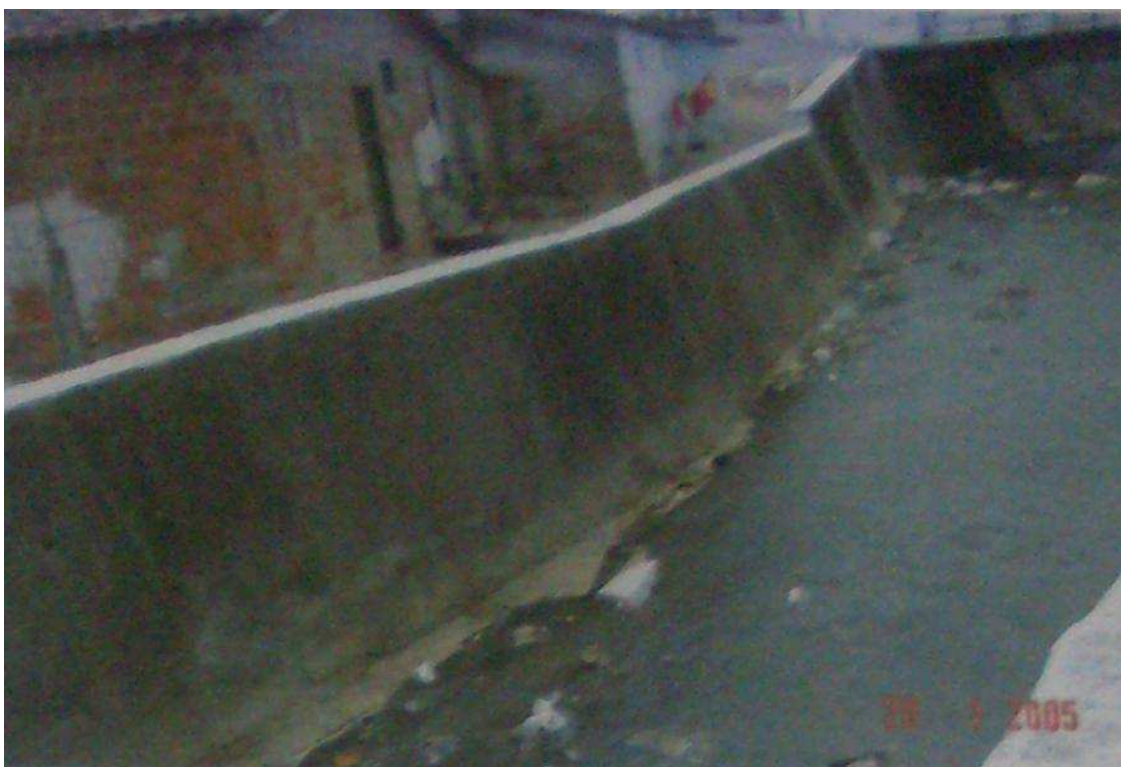
Fotografia representando as atividades que se fazia no terreiro de casa, como secar roupas por exemplo. A intimidade de suas vestes e seus pertences eram expostas à circulação das pessoas. Fotografia do acervo pessoal de José Martins.



Casa de taipa na Favela da Cachoeira. Fotografia do acervo pessoal de José Martins.



Fotografia de parte da escadaria e anexo de uma casa destruído em função das chuvas. Fotografia do acervo da Cehap.



Canal de esgoto que deságua dentro da Favela da Cachoeira, repleto de lixo e dejetos. Fotografia do acervo da Cehap.



Apresentação do projeto urbanístico do loteamento à comunidade pela equipe de engenharia. Fotografia do acervo da Cehap.



Apresentação do projeto urbanístico do loteamento à comunidade pela equipe de engenharia. Fotografia do acervo da Cehap.



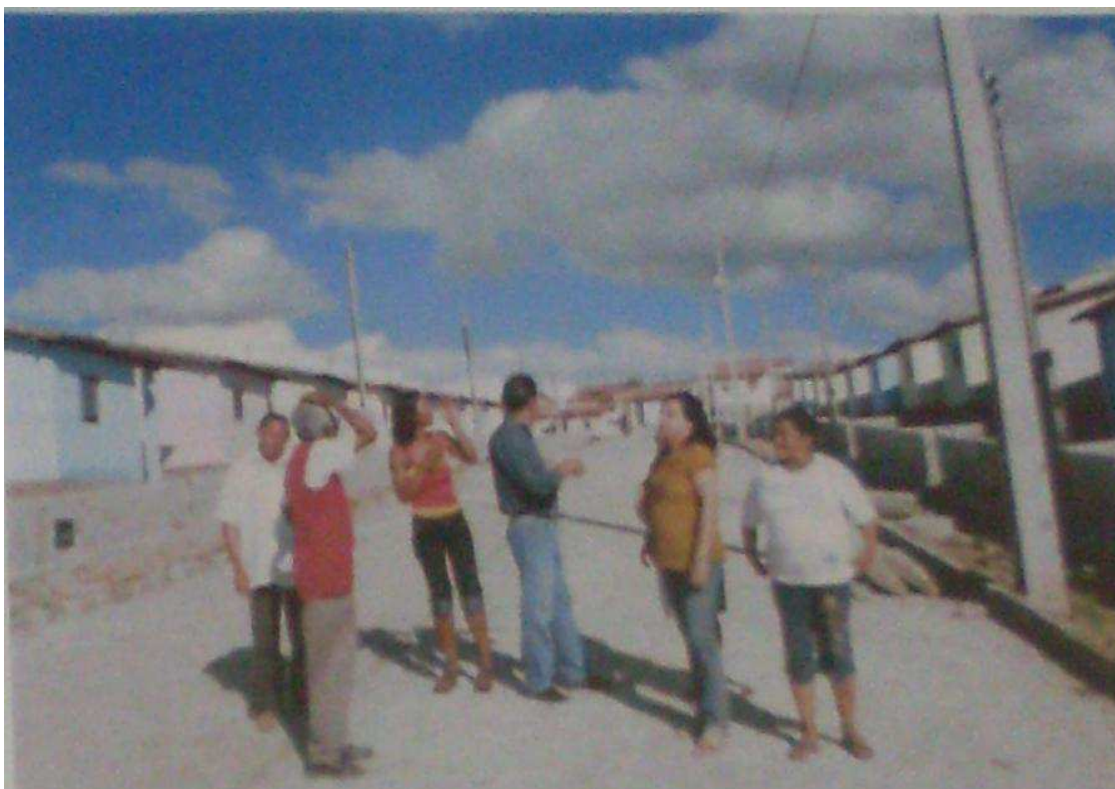
Reunião com a comissão de moradia. Fotografia do acervo da Cehap.



Canteiro de obras do loteamento Glória. Fotografia do acervo da Cehap.



Acompanhamento dos futuros moradores às obras do loteamento Glória. Fotografia do acervo da Cehap.



Visita dos moradores às obras em estado de acabamento. Fotografia do acervo da Cehap.



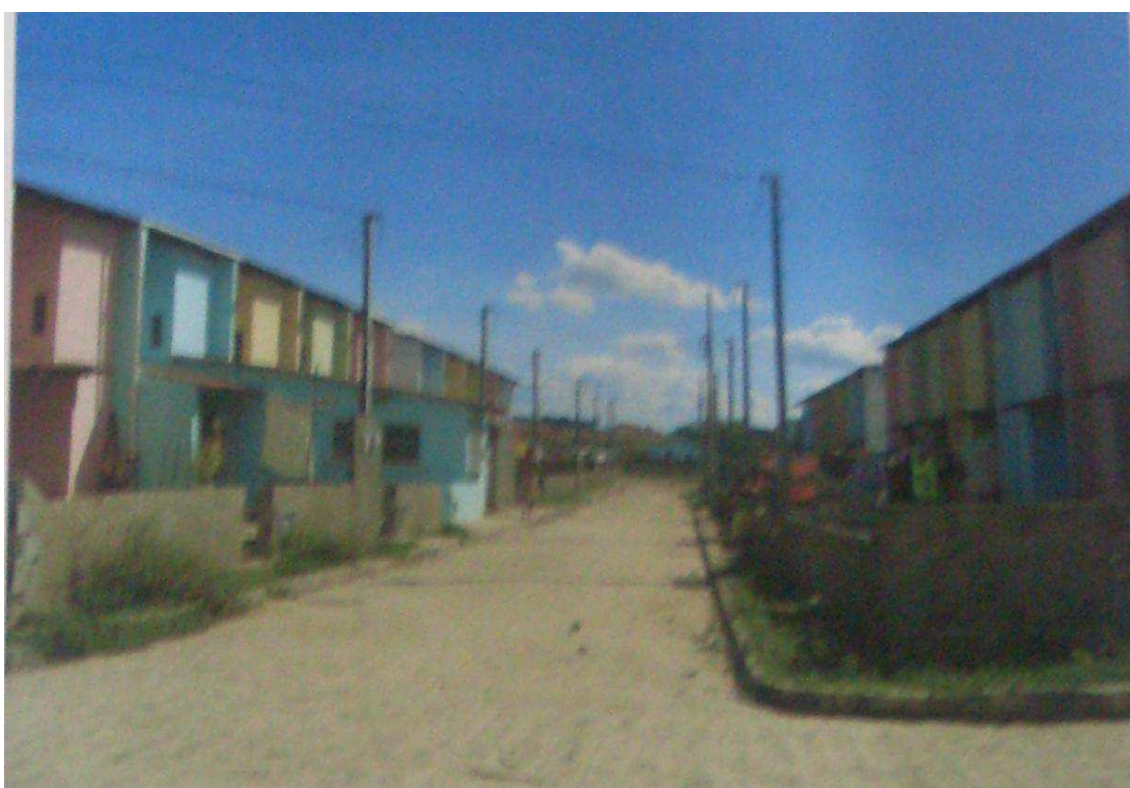
Casas da Favela da Cachoeira sendo derrubadas à medida em que as famílias iam se mudando para o loteamento. Segundo a Cehap, houve um aproveitamento do material de construção que ainda era útil pelos moradores que tiveram interesse. Fotografia do acervo da Cehap.



Vista parcial da Favela da Cachoeira com parte das casas demolidas após a remoção das famílias. Fotografia do acervo da Cehap.



Unidades habitacionais térreas. Fotografia do acervo da Cehap.



Unidades habitacionais tipo duplex do loteamento Glória. Fotografia do acervo da Cehap.